

# **Plano de Gestão e Conservação**

**2010 - 2014**

## **Ilha de Moçambique**

### **Património Cultural Mundial**

**Ministério da Cultura - Moçambique**

**Maputo, 2010**

## Índice

|                                                                                       |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----|
| I. Prefácio .....                                                                     | 4  |
| II. Agradecimentos .....                                                              | 5  |
| III. Equipa de Coordenação .....                                                      | 6  |
| IV. Siglas e Acrónimos .....                                                          | 8  |
| VI. Management Plan Executive Summary (Sumário Executivo do Plano de Gestão) .....    | 10 |
| 1. Identification of the property .....                                               | 10 |
| 2. Retrospective Inventory of Outstanding Universal Value for Mozambique Island ..... | 10 |
| 3. Brief on the present state of preservation .....                                   | 12 |
| 4. Integrity and Authenticity .....                                                   | 16 |
| 5. Brief on the protection and management of the property .....                       | 20 |
| 6. Vision.....                                                                        | 20 |
| 7. Key issues to be addressed .....                                                   | 21 |
| 8. Objectives and sub-objectives .....                                                | 21 |
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                                   | 23 |
| 1.1. Nota Introdutória .....                                                          | 23 |
| 1.2. Método de Trabalho .....                                                         | 24 |
| 1.3. Visão do Património Cultural da Ilha .....                                       | 25 |
| 1.4. Objectivos do Plano .....                                                        | 26 |
| 2. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO .....                                                        | 28 |
| 2.1. Localização .....                                                                | 28 |
| 2.2. Limites do Sítio.....                                                            | 29 |
| 2.3. Descrição Física .....                                                           | 31 |
| 2.3.1 Paisagem Urbana .....                                                           | 33 |
| 2.3.2. Património Imóvel.....                                                         | 35 |
| 2.4. Enquadramento Histórico e Arqueológico.....                                      | 39 |
| 2.5. Tradições Culturais.....                                                         | 42 |
| 2.6. Significado Cultural e Valor Universal Excepcional .....                         | 44 |
| 3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E AMEAÇAS .....                                              | 47 |
| 3.1. Estado Geral de Conservação .....                                                | 47 |
| 3.2. Área Central .....                                                               | 47 |
| 3.2.1. Património Imóvel.....                                                         | 47 |
| 3.2.2. Património Móvel .....                                                         | 52 |

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3. Zona de Protecção .....                                                                          | 53  |
| 3.3.1. Património Imóvel.....                                                                         | 53  |
| 3.3.2. Património Natural.....                                                                        | 53  |
| 3.3.3. Património Subaquático.....                                                                    | 53  |
| 3.4. Uso corrente do Património Imóvel.....                                                           | 54  |
| 3.5. Práticas correntes relativas a Conservação do Património .....                                   | 54  |
| 3.5.1. Conservação do Património Imóvel .....                                                         | 56  |
| 3.5. 2. Conservação do Património Subaquático .....                                                   | 57  |
| 3.6. Autenticidade e Integridade do património da Ilha de Moçambique .....                            | 58  |
| 3.7. Ameaças à Conservação da Ilha.....                                                               | 62  |
| 4. PROTECÇÃO E GESTÃO.....                                                                            | 64  |
| 4.1. Quadro Institucional referente a Conservação da Ilha .....                                       | 64  |
| 4.1.1. Conselho Municipal da Ilha de Moçambique.....                                                  | 64  |
| 4.1.2. Governo do Distrito da Ilha de Moçambique.....                                                 | 64  |
| 4.1.3. Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique .....                                            | 65  |
| 4.1.4. Sociedade Civil .....                                                                          | 66  |
| 4.2. Principais Instrumentos Legais referentes à Conservação da Ilha de Moçambique .....              | 66  |
| 4.2.1. No domínio da Gestão do Território.....                                                        | 67  |
| 4.2.2 No domínio da Cultura .....                                                                     | 68  |
| 4.2.3. Noutros domínios.....                                                                          | 69  |
| 4.3. Efectividade do Quadro Legal e Institucional na Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique ..... | 69  |
| 4.4. Análise <i>SWOT</i> referente a Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique .....                 | 71  |
| 4.5. Modelo de Gestão da Ilha de Moçambique.....                                                      | 77  |
| 4.5.1. Termos de Referência para os Actores na Gestão da Ilha .....                                   | 77  |
| 4.6. Recursos Humanos e Financeiros para a Conservação e Gestão.....                                  | 84  |
| 4.7. Visitas ao Sítio .....                                                                           | 85  |
| 5. PLANO DE ACÇÃO 2010 - 2014 .....                                                                   | 86  |
| 6. PRESSUPOSTOS .....                                                                                 | 109 |
| VI. Referências .....                                                                                 | 110 |
| VII - ANEXOS.....                                                                                     | 113 |
| ANEXO 1 – LISTA DOS PARTICIPANTES .....                                                               | 113 |
| ANEXO 2 – ESFORÇOS PARA A CONSERVAÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE .....                                     | 116 |
| ANEXO 3 - ALGUNS EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS DA ILHA E A SUA SITUAÇÃO EM TERMOS DE USO CORRENTE .....      | 122 |

## **I. Prefácio**

Sob proposta do Governo de Moçambique e consequente aprovação da UNESCO, a Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial, em 1991. A necessidade de conservação da Ilha de Moçambique advém do facto de nela existir um património histórico e cultural, que evidencia a convivência de moçambicanos com outros povos e culturas.

No trabalho de conservação da Ilha de Moçambique, o Governo de Moçambique conta com um Gabinete de Conservação - GACIM e apoio dos parceiros de cooperação, com destaque para a UNESCO e suas agências especializadas.

É nessa perspectiva que se enquadra o presente Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, como um compromisso escrito de diálogo e articulação sistemática entre vários actores que lidam no dia-a-dia com o património cultural. Temos orgulho em referir que participaram na sua elaboração, técnicos e conselheiros, envolvendo, a nível nacional, além do Ministério da Cultura, a Universidade Eduardo Mondlane, o Instituto Politécnico de Tete e o Cruzeiro do Sul e Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. A nível internacional, a elaboração deste Plano contou com a assistência técnica e financeira do Centro do Património Mundial da UNESCO, CRATERE-ENSAG, Programa África 2009, Fundo Mundial para o Património Africano e da Representação da UNESCO em Moçambique.

Este esforço enquadra-se, não apenas na vontade do Governo de Moçambique e do Centro do Património Mundial de assegurar a realização das medidas de conservação e protecção dos bens do património mundial, emanadas das Convenções da UNESCO, mas, acima de tudo, na necessidade de, à luz da Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação, dar maior visibilidade a esta riqueza cultural, com vista a sua valorização e uso, em benefício de todos, em particular da comunidade da Ilha de Moçambique, através da acção educativa e de turismo cultural.

O Ministro da Cultura

Armando Artur João

## II. Agradecimentos

O processo de elaboração do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, abreviadamente designado por (Plano) não teria sido de modo algum possível sem o apoio, cooperação e orientação de vários participantes. Todos os participantes neste processo, que são na realidade os verdadeiros autores deste Plano de Gestão, são gratos aos seguintes parceiros:

- Programa África 2009, por ser um programa conjunto de instituições responsáveis pelo Património Cultural em África.
- CRAterre-ENSAG, por financiar a participação de uma consultora internacional para coordenar e orientar o processo de elaboração do Plano.
- Centro do Património Mundial da UNESCO, por ter apoiado o envolvimento de uma equipe de técnicos da DINAC, consultores nacionais e conselheiros, no processo de preparação do Plano, tendo sido igualmente co-financiador.
- Fundo Mundial para o Património Africano (AWHF), por ter contribuído para o envolvimento de técnicos da DINAC na fase de documentação do processo e por financiar a publicação do Plano para uma maior disseminação do mesmo.
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), por ter apoiado o envolvimento de um técnico do GACIM no processo de preparação do Plano.
- Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e ao Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT), por terem autorizado e apoiado o envolvimento dos seus técnicos no processo de preparação do Plano.
- Museu Nacional de Etnologia de Nampula, por ter autorizado a participação da sua técnica para apoiar o trabalho de preparação do Plano.
- Comunidade da Ilha de Moçambique, os Ilhéus que foram, incansavelmente, cooperativos durante todo o processo de planificação e elaboração do documento, tendo participado activamente nas sessões públicas de auscultação e discussão do documento, bem como nos grupos de trabalho (conforme lista de participantes no anexo 1).

Os nossos agradecimentos são extensivos a todos quanto directa ou indirectamente colaboraram ou contribuíram para que este Plano se tornasse possível.

### **III. Equipa de Coordenação**

Este Plano é resultado do esforço conjunto de várias pessoas que contribuíram de diferentes maneiras em termos de informação e ideias contidas neste documento. Os principais intervenientes na redacção deste documento são:

#### **Direcção**

Solange Macamo, Arqueóloga  
Direcção Nacional de Cultura (DINAC)  
Bakonirina Rakotomamonjy, Arquitecta  
CRAterre - ENSAG, AFRICA 2009

#### **Equipa Técnica**

Bakonirina Rakotomamonjy, Arquitecta  
CRAterre - ENSAG, AFRICA 2009  
Albino Jopela, Arqueólogo e Gestor do Património Cultural  
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)  
Teodato Nguirazi, Arquitecto e Gestor do Património Cultural  
Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT)

#### **Conselheiros**

Francisco Monteiro, Arquitecto  
UNESCO  
José Forjaz, Arquitecto  
José Forjaz Arquitectos  
Jens Hougaard, Arquitecto  
Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM)  
Luís Filipe Pereira, Historiador  
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)  
Cruzeiro do Sul e Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão

#### **Secretariado**

Seana Daúde  
Museu Nacional de Etnologia (MNE)  
Lúcia Omar  
Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM)

**Título:**

Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique.

**Editores:**

Solange Macamo e Luís Filipe Pereira.

**Concepção e escolha do material ilustrativo:**

Albino Jopela e Bakonirina Rakotomamonjy.

**Capa:**

Concepção de Albino Jopela. Fotos de Bakonirina Rakotomamonjy e Filipe Branquinho.

**Imagens:**

Todas as imagens foram registadas e seleccionadas pela equipe técnica de elaboração do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, excepto onde especificado.

#### IV. Siglas e Acrónimos

|                  |                                                                              |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| AAIM             | Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique                                  |
| AAN              | Rede de Arqueologia Africana                                                 |
| AHM              | Arquivo Histórico de Moçambique                                              |
| APETUR           | Associação dos Pequenos Empresários de Turismo da Ilha de Moçambique         |
| APIE             | Administração do Património Imobiliário do Estado                            |
| ARPAC            | Instituto de Investigação Sociocultural                                      |
| ASDI             | Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional                               |
| ASSOPIMO         | Associação dos Pescadores da Ilha de Moçambique                              |
| AWHF             | Fundo Mundial para o Património Africano                                     |
| BAD              | Banco Africano de Desenvolvimento                                            |
| CDS              | Centro de Desenvolvimento Sustentável                                        |
| CEDH             | Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat                              |
| CHDA             | Centro para o Desenvolvimento do Património em África                        |
| CIHA             | Centro Internacional de Actividades do Património                            |
| CMC              | Centro Multimédia da Ilha de Moçambique                                      |
| CMIM             | Conselho Municipal da Ilha de Moçambique                                     |
| CNPC             | Conselho Nacional do Património Cultural                                     |
| CRAterre – ENSAG | Centro Internacional de Arquitectura de Terra                                |
| DAA              | Departamento de Arqueologia e Antropologia                                   |
| DINAGECA         | Direcção Nacional de Geografia e Cadastro                                    |
| DINAC            | Direcção Nacional de Cultura                                                 |
| DNPC             | Direcção Nacional do Património Cultural                                     |
| DPA              | Direcção Provincial da Agricultura                                           |
| DPC              | Direcção Provincial da Cultura                                               |
| DPE              | Direcção Provincial de Educação e Cultura                                    |
| DPOPH            | Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação                            |
| DPTCN            | Direcção Provincial de Transportes e Comunicações de Nampula                 |
| DUAT             | Direito de Uso e Aproveitamento da Terra                                     |
| EPA              | Escola do Património Africano                                                |
| EPC              | Escola Primária Completa                                                     |
| ES               | Escola Secundária                                                            |
| FAPF             | Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico                               |
| FLCS             | Faculdade de Letras e Ciências Sociais                                       |
| GACIM            | Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique                                |
| GDIM             | Governo do Distrito da Ilha de Moçambique                                    |
| GPN              | Governo Provincial de Nampula                                                |
| GTRIM            | Gabinete Técnico de Apoio à Reabilitação da Ilha de Moçambique               |
| ICCROM           | Centro Internacional para Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais |
| ICOMOS           | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios                                |
| IGESPAR          | Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico              |
| IIP              | Instituto de Investigação para o Desenvolvimento                             |



|                    |                                                                  |
|--------------------|------------------------------------------------------------------|
| INAMAR             | Instituto Nacional da Marinha                                    |
| IPAD               | Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento                  |
| ISPT               | Instituto Superior Politécnico de Tete                           |
| LOLE               | Lei dos Órgãos Locais Estatais                                   |
| MC                 | Ministério da Cultura                                            |
| MEC                | Ministério da Educação e Cultura                                 |
| MICOA              | Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental                 |
| MITUR              | Ministério do Turismo                                            |
| MNE                | Museu Nacional de Etnologia de Nampula                           |
| NORAD              | Agência Norueguesa para o Desenvolvimento                        |
| OCPM               | Organização das Cidades do Património Mundial                    |
| OGE                | Orçamento Geral do Estado                                        |
| ONG                | Organização Não Governamental                                    |
| PC                 | Património Cultural                                              |
| PCI                | Património Cultural Imaterial                                    |
| PDIM               | Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique         |
| PES                | Plano Económico e Social                                         |
| PNUD               | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                |
| Projecto 7 Cidades | Projecto de Gestão do Ambiente Urbano para Sete Municípios       |
| SIDA-SAREC         | Agência Sueca para a Cooperação Científica                       |
| SWOT               | Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças                       |
| UCCLA              | União das Cidades Capitais Lusófonas                             |
| EU                 | União Europeia                                                   |
| UEM                | Universidade Eduardo Mondlane                                    |
| UNESCO             | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| VUE                | Valor Universal Excepcional                                      |

## **VI. Management Plan Executive Summary (Sumário Executivo do Plano de Gestão)**

### **1. Identification of the property**

Country: Mozambique

Province or Region: Nampula Province

Property Name: Ilha de Moçambique (Mozambique Island)

### **2. Retrospective Inventory of Outstanding Universal Value for Mozambique Island**

#### **Brief synthesis**

Mozambique Island is located in the entrance to the Mossuril Bay of the Indian Ocean in Nampula province of the Republic of Mozambique (at latitude 15° 03' 2.55" and 15° 01' 39.45" South and longitude 40°43'37.14" and 40°44'36.29" East). A bridge of about 3,5 km, built in the 1960s join the Island (which is about 1km<sup>2</sup>) to the mainland, in particular the administrative Post of Lumbo. Mozambique Island forms an Archipelago with two small Islands not inhabited, the Islands of Goa and Sena to the east.

Mozambique Island, from which the name of Mozambique comes from, has been recorded in navigation routes of the Indian Ocean since from the 10<sup>th</sup> century and was the first capital of Mozambique from 1507 to 1898. Thereafter, the capital was transferred to Lourenço Marques – now Maputo. The Island was the trading centre for people from different parts of the world: Africa, Asia and Europe.

The Mozambique Island has a rich architecture that reflects an exceptional example of an urban dichotomy resulting from cultural diversity and interaction among people from different cultures of Bantu, Swahili, Arab, Persian, Indian and European origins. The attributes of the Island's cultural historical landscape is comprised of two urban systems: the Stone town of European, Arab and Swahili influences, and the Macuti town of traditional African architecture. These towns reflect not only a mixture of people's wisdom, but also urban development within a cultural *continuum*, where local and external architectural designs and building techniques were adjusted to the local socio and environmental context.

Therefore, Mozambique Island became an important trading post for the maritime route between Western Europe, the Eastern African Coast, the sub-continent of India, and in a way with Asia. The intangible attributes of the Island are embodied in the dances, traditions, handcrafts, culinary and beliefs practised on the Island, thereby creating the social integrity sandwiching the tangible heritage of the site.

### **Outstanding Universal Values**

#### **Criterion (iv):**

The city and the fortifications of Mozambique Island are exceptional examples of incredible architecture and building techniques where local traditions, Portuguese, Arab and Indian influences are interweaved. Some materials and the same decorative principles illustrate significant stage in human history. The typology of the traditional architecture of the Macuti demonstrates the coexistence of two different architectural styles through time and in space.

#### **Criterion (vi):**

Communities of the Mozambique Island are intimately associated with the history of navigation in the Indian Ocean. The Island played a unique role in intercontinental links, with an international historic importance related to the development and establishment of Portuguese maritime routes between Western Europe and the Indian subcontinent. The richness of intangible heritage, also connected to the tangible aspects of the Island, reflects interactions between different people from time immemorial.

### **Authenticity**

The building materials (stone, macrusse, macuti...) and the building techniques used on buildings are the same as that available at original places in different parts of the continent. The existing houses or structures on the Island provide evidence attesting to this. The majority of the building that had administrative, commercial and military functions are still in the same form and still represented in terms of overall design at their period of construction. However residences have changed in form and design in reaction to the different influences and the evolving political and economical development of the Island. The Island is still a place of encounter between different cultures as illustrated by the different traditions and techniques (such as gastronomy, local language, specific technique of building construction, specific way of fishing, specific know-how on boat construction) that are still alive.

## **Integrity**

The important and incredible architectural attributes and building techniques of the fortress, defensive buildings and numerous religious buildings are well preserved. The ongoing rehabilitations of some of the structures on the Island are illustrative of the mitigation to deal with the deterioration of the property.

The enormous population influx to the Island during the destabilizing war, inadvertently affected the Island and its physical and socio economical aspects. Though these changes are controlled, most of the conservation works are informed by research and carried in accordance with international guidelines on conservation.

## **Protection and management requirements to maintain the OUV**

The Island has legal and other protective measures to maintain the OUV, the integrity and authenticity of the Island undertaken by the Government. These include the establishment of a Conservation Office with a Site Manager and the present Management Plan. The Plan will ensure the protection of both tangible and intangible aspects of the Island in the core area and buffer zone through formal recognition of traditional protection systems that have been in existence for decades, and other measures.

## **3. Brief on the present state of preservation**

There are lots of studies on the architecture, history, typology, techniques and the preservation state of the buildings in the Mozambique Island, some of which require updating. Due to lack of means, it was not possible for the team in charge of the Management Plan to access in detail the state of conservation, in particular because the place is particularly dense and the study would have required considerable time. Noting, however the importance of having a detailed view of this situation, it is recommended that a deep analysis of the state of conservation in the Macuti area be undertaken, as soon as possible. This analysis should be a continuous one, more comprehensive (including the Macuti area) and continuously updated, and the data to be collected is correctly systematized and filed, as suggested in the Action Plan.

However, quick studies of the aerial view allow for a rapid evaluation of the state of conservation:

## Urbanism

The urbanism has changed in the stone and lime city. However, the main periods of urban development are still clearly feasible. In Macuti town, the urbanism has maintained its main characteristic. The seven *bairros* (quarters) are still delimited by high level roads. The different urbanisation between “contra costa” and costa (coast opposite to another and coast) are still visible (regular vs. not planned).

The commercial, fishery and poor/rich characteristics are still visible. However, there is a slight change on public spaces, which are less visible, illustrating encroachment.

## Architecture

According to the nomination dossier of the Island for the World Heritage List in 1990, the urban set was in an advanced state of degradation and one third (1/3) of the built heritage was in decay (WHC 1990). The PDIM (Integrated Development Plan for Mozambique Island) presents the evolution of the state of conservation of 46 buildings in the stone town (this sample corresponds to 17% of the existing original buildings).

|      |    | State of conservation of 46 buildings in the stone town, Mozambique Island |          |      |
|------|----|----------------------------------------------------------------------------|----------|------|
|      |    | Good                                                                       | Mediocre | Poor |
| 1983 | Nb | 39                                                                         | 10       | 7    |
| 2008 | Nb | 20                                                                         | 12       | 14   |

Source: CESO-CI 2009.

The table above suggests that the general tendency is still the evolving degradation. Although a more comprehensive and systematic assessment of the integrity and authenticity of the building, intangible and underwater heritage of the Mozambique Island is required, a preliminary report from 2010 on the study of vernacular architecture in the Island (assessed the state of conservation of 213 buildings in stone town, sample corresponds to 56% of the existing buildings) suggests that the overall condition of the state buildings in Stone Town is good (see table below).

|      |    | State of conservation of 213 buildings in the stone town, Mozambique Island |          |      |                     |
|------|----|-----------------------------------------------------------------------------|----------|------|---------------------|
|      |    | Good                                                                        | Mediocre | Poor | Without Information |
| 2010 | Nb | 147                                                                         | 38       | 17   | 11                  |
|      | %  | 69%                                                                         | 18%      | 8%   | 5%                  |

Source: José Forjaz Arquitectos 2010.

This study of vernacular architecture also presents a survey of 180 houses in Macuti town (sample represents 13.5% of the existing original building stock) carried on the *bairros* Areal, Litine and Macaripe identified six main different building types, techniques and materials used in the vernacular architecture: (i) traditional construction with natural fibbers roof (this could be considered the “original” vernacular building); (ii) traditional construction covered with industrial roof sheet; (iii) conventional construction covered with industrial roof sheet; (iv) conventional construction with reinforced concrete slab roofs; (v) coral stone construction; and (vi) coral stone construction covered with industrial roof sheets (José Forjaz Arquitectos 2010).

### **The underwater heritage**

Mozambique has an extensive coastline with reported evidence of coastal trade and navigation since the first century A.D. Even before the Europeans (Portuguese) started sailing in the region, there were Swahili, Arab and Indian ships sailing regularly along the coast. Archaeological surveys have reported the existence of several important places with evidence of underwater archaeological remains especially in the main bays like Inhambane in the south and the Quirimbas archipelago in the northern part of the country, but it is in the vicinity of Mozambique Island that the most important underwater archaeological remains have been reported (Duarte, pers.com. 2009).

From about the 90<sup>s</sup> the underwater archaeological investigation has concentrated in the Mozambique Island, regarding its great potential. The investigation was undertaken by Eduardo Mondlane University in cooperation with SAREC, a Swedish Research Institution. However, the character of research, greatly, occasionally, did not allow the presentation of consistent reports. In 1999, underwater archaeological investigation has been granted, through the license to a research team of a private company Arqueonautas, in order to operate in Mozambique Island.

According to the PDIM, since the year 2000 there are several sites discovered, with traces of ships wrecked. Arqueonautas Worldwide S.A./Património Internacional SARL has made two excavations and another two are still in progress. Despite the high number of discoveries made only 14 sites (archaeological sites) are referenced in the official documents. The limited information acquired on the underwater heritage does not include any information on the conservation status *in situ* (especially of the two sites already excavated and the 35 prospected). The information doesn't include any plan for its monitoring and management.

There are also elements of the traditional underwater ethno-archaeological heritage (certain kinds of traditional boats of the region) in the Mozambique Island, but there's danger they might disappear (CESO-CI 2009).

It is suggested now that the involvement of the local people, namely fishermen, through their training in underwater archaeology is a key to the solution of the problems for the preservation of underwater archaeology. The Government of Mozambique is also considering the adoption of the 2001 UNESCO Convention on the Protection of Underwater Archaeology.

### **Movable heritage**

Artefacts, instruments, tools, beads, old coins, pieces of porcelain and other objects of an archaeological type or with some historic and aesthetic interest for the visitors are indiscriminately sold by the young population. The situation indicated above is very worrying and has caused the Education & Culture Provincial Directorate to think about practical suggestions in order to make the concentration of objects with historic value feasible, so as to be included in the collection at the museums in the Island, in thematic expositions or to complete the already existing exhibitions. Those objects can be found scattered in the Island or in the possession of the families. At the same time, an alternative solution should be found, to occupy and remunerate the youngsters at the Island, since they and their families, live out of the sale of antiquities.

### **The intangible heritage**

The intangible heritage in the Island is rich and varied. This heritage comprises dances, gastronomy, arts and crafts; religions between other living traditions. It was having this in mind that UNESCO and the former Ministry of Education and Culture (now Ministry of Culture) have initiated a programme in order to make an inventory of the intangible heritage of the Island, in the context of the programme to develop cultural industries as an income generation source for the survival of the population, aiming above all, at preserving cultural heritage in a sustainable way. The former Ministry of Education and Culture has also initiated a study in order to include the Tufo Dance in the UNESCO Indicative List, aiming to promote it to the UNESCO category of Universal/World Heritage.

#### **4. Integrity and Authenticity**

The ICOMOS evaluation of the Mozambique Island nomination dossier considers that the authenticity and integrity of the Island are expressed by the “incredible architectonic unity of the Island, originated by the continuous use of the same techniques with the same materials and decorative principles” (ICOMOS 1990). However, taking into consideration the permanent changes that occurred in the Island since its registration in 1991, it is pertinent to think about its authenticity at present. According to the Operational Guidelines for the implementation of the 1972 Convention it can be considered that the assets satisfy the condition of authenticity if its cultural values are expressed in a credible and veridical way through various characteristics such as: location and setting, form and design, fitting, conception, materials and substance, use and function, traditions, techniques and management systems and other internal and external factors (UNESCO 2008: Paragraph 82). The analysis on the authenticity of the Mozambique Island presented below is based on a structure contained in the UNESCO 2008 Operational Guidelines.

##### **Location and setting**

The natural landscape (Island and surrounding Bay) that has attracted African communities, sailors and foreign traders throughout the centuries is still in its original state (natural landscape). Urban morphology resulting from cultural fusion during more than five centuries has resulted in a specific organization of the space (specific functions assigned to the different parts of the Island throughout the centuries of occupation) are still visible in the territory. The unique urban morphology can be seen at various levels: the Bay and the Island, Macuti City and the Stone Town: the different areas of utilization (administrative, commercial, fishing, religious, etc) the “noble” City and old stone-quarry.

##### **Form and design**

Most of the buildings that used to have an administrative, commercial or military function (mainly in the Stone Town) have maintained their shape and represent in conceptual terms the architectonic structure of the period they were built in, as illustrated by the forts, churches, mosques, the hospital, the captaincy, the customs, the market, the shops and warehouses, as well as a considerable part of modest houses that make the urban set of the Island. The authenticity of the main historic monuments is intimately associated to the lack of potable water and construction materials, which in turn, determined the maintenance of a construction tradition (terraces and water-tanks) that was maintained throughout the centuries.



The modest residences (mainly in Macuti City) have resulted or are the expression of the interaction between cultures and peoples throughout time and are prone to changes. Indeed, contrary to the Stone Town, whose construction tradition guarantees longevity of the buildings, the houses in Macuti have a life span not higher than 20 years. Even though some houses have changed in terms of material use, a reflex of different influences of economic-political development and colonial legislation in relation to the constructions in the Island - the majority of constructions have maintained their shape and special conception. Still during colonial time, in most cases the external aspect was preserved partially (Swahili type house), traditional construction materials were replaced by modern ones (cooked bricks in the walls and metal sheets in the roof). In this kind of construction, partially modified, the veranda was maintained with brick piers and the roof with “four waters” but now made in metal sheets.

The population exodus to the Island (during the last years of the National Liberation Struggle) and from the continent to the Island (during the civil war), the constraints in terms of conservation resulting from the difficulties in responding to the basic needs of the population (increase in the number of rooms in the house which causes them to occupy public spaces) have affected the physical aspect (urban setting) and the socioeconomic aspect of the Mozambique Island. As a result, except in some cases, (in the Stone and Lime City), where the interventions follow conservation principles, some public spaces have been abandoned or illegally occupied, such as the most critical case of Macuti City. In addition most of the houses have invaded public spaces. In this area, most houses were and have been transformed at the time of rehabilitation, using non-traditional material. However, during one of the ICOMOS Mission to the Island it was suggested that the maintenance of the organization structure and the living traditions would be more important than the building material itself.

### **Materials and Substance**

Approximately 80% of the buildings and public spaces in the Stone and Lime City are still made up by the material used at the time they were built despite the growing loss or absence of construction elements like the old doors and windows. In the Macuti City, houses started to be built on the basis of local materials (traditional) *pau a pique* and barked with the roof in Macuti, by force of Portuguese administration regulations. This landscape of roofs in Macuti shows the problematic historical relationship between the “colonial city”

and the “indigenous gatherings/quarters”. It was established that within the Lime and Stone City houses could not be built in Macuti, as a way of expelling the “ill-favoured population”

Despite the fact that in the last years before National Independence, regulations were set obliging the population to maintain the Macuti roofs in order to preserve this landscape, contrary to the “noble city”, the replacement of these roofs by zinc plates, reflecting the new attitudes and conditions of the population is taking place. Despite the fact that Macuti houses follow a traditional model, this tradition is being abandoned due to the introduction of new materials. Only a careful analysis and inventory of Macuti City can allow us to understand to what extent the houses (traditional ones) are still satisfying or not, the aspirations of its users. However, in the cases where there are no changes in the typology of the houses or habitation, it can be considered that this typology still satisfies part of the population.

### **Use and function**

When the Nacala Port started functioning (1951) the Island ceased being the biggest trade Centre in the region. Nevertheless, the port is still an important trade centre locally and this can be witnessed by the intense activity in the coast (harbour area) and in the market (fishing). The Island is still a meeting point of cultures that witness different cultural identities (national and foreign) that have been contributing to its development. On the other hand, the Island is no longer an administrative centre, since the transfer of the capital to Maputo (then Lourenço Marques), in 1898. However, the residential, commercial and productive areas are still active.

### **Traditions, techniques and management systems**

Apart from the extensive heritage, manifestations such as prayers, songs and dances (*tufo*, *ntsope* and *mualide*), ornaments, decorations and clothes, beauty techniques (the famous *mussiro* or *m'siro* beauty mask), cookery practices (traditional and domestic canned seafood) traditional medicine and small tables, traditions and legends, local language (*nahara*), are an integral part of the traditions still alive in the Island. The knowledge of traditional construction techniques (stone and wood and Macuti houses), of handcraft, fishing and naval construction (canoes and boats covered with skins).

The technologies for working with coral stones (before independence with the introduction of iron and concrete/cement) efforts are being made in order to reintroduce through FAPF

studies and capacity-building for the craftswoman in Lamu and Zanzibar. However, a clarifying situation characterizing the current situation concerning the results of workers capacity-building efforts in traditional construction techniques is referred to in the Integrated Development Plan of Mozambique Island. According to the study from CESO-CI (2009), two bricklayer workers from the City Council benefited from capacity-building in traditional construction techniques, with special focus on the use of lime. Despite the fact that both spent a month in Norway and six months in Zanzibar for the purpose, none of them is linked to works and one of them is in charge of cleaning the streets. In general, it can be said that part of this knowledge and techniques risk to disappear due to the most general influences and due to the lack of capacity-building for the revitalization of such traditional techniques.

## **Conclusion**

Mozambique Island continues to express its cultural values with authenticity, mainly concerning its landscape, the urban setting, the intangible heritage and with some serious threats to the built heritage. This authenticity is however, risking to be compromised both at the level of the built heritage and at the level of the urban setting if concrete measures are not adopted in order to improve life conditions in the Macuti City, always observing general preservation principles and effectively controlling the Development of the Stone and Lime City and the Macuti City, through urban plans and other strategic legal means.

However, there are some projects in the Island aimed at overcoming some of the aforementioned. Some are from the Government side initiatives (rehabilitation of roads and the secondary school, including the toilets) and others result from initiatives of the private sector in partnership with the Government (Project Millenium Village sponsored by the Government of Portugal, with the objective of developing the Lumbo region so as to attract the population from the Island that can not find suitable sanitary conditions, which is partly due to its overpopulation). In January 2010, the Government of Mozambique has signed a project with UNIDO. The project aimed at promoting economic activities in the districts of Mozambique Island and Mossuril. This project supports initiatives in the area of Provincial Government Public Policies that try to facilitate the application of commercial rules and greater competition to attract new entrepreneurial initiatives and guarantee that districts will become Poles of Development – main objective of the Mozambican Government.

## **5. Brief on the protection and management of the property**

The important legislation already exists concerning the protection and safeguarding Mozambique Island as a whole, in the context of cultural heritage (including conventions), environment (territory planning and urban soil management, marine waters, etc) tourism and related areas. The institutional framework is constituted by District Government, Municipality, (CMIM) and by the Cabinet for the Conservation of Mozambique Island (GACIM). Apart from this administrative framework there is the civil society that is also organised in various ways.

However, the establishment of this legal framework, as well as the institutional reinforcement through GACIM is still challenged by the lack of competent Staff, Staff trained in the area of heritage conservation, to be able to carry out the programmes designed in a satisfactory way. Up to now, the alternative has been the direct technical support mainly from the National Directorate for Culture and in some specific cases resulting from international cooperation.

However, one of the threats to the effective management of the Island is the lack of coordination between the various initiatives public-private and state, despite the various initiatives by various partners, including the government, throughout the years in the development of the Island, to rehabilitate the heritage and support the Municipality. On the other hand, the political-institutional processes, which are usually slow, do not correspond to the expectations of a quick resolution that is required for the issues related to the Mozambique Island. Consequently, there is a need for an administrative system that can contribute to the sharing of management ideas and solutions at all governance levels. Aiming to solve this problem, meetings have been organized to discuss project coordination in the Island, by the Government itself in cooperation with partners. Such Committee has been approved already by the former Ministry of Education and Culture in 2009.

## **6. Vision**

In 2020 Mozambique Island is the most interesting cultural and tourist destination in Northern Mozambique, famous for the outstanding values of its cultural heritage. The cultural significance of the Island is better known at the local, national and international

levels and its heritage preserved while contributing for the improvement of the local community live hood.

## **7. Key issues to be addressed**

The SWOT analysis is focused not only in the Mozambique Island as the object under analysis but also in the role of the main institutions responsible for the Management of Mozambique Island, namely the CMIM and the GACIM, in the following areas:

- Legal framework
- Institutional framework
- Human Resources for the preservation
- Coordination between institutions (CMIM e GACIM)
- Urban planning
- Property and use of the heritage built
- Preservation and construction techniques
- Promotion/marketing, valorisation and education
- Tourism and cultural development

## **8. Objectives and sub-objectives**

The objective of the Management Plan of Mozambique Island was originated in the harmonization of the principles in the pertinent national legislation (Law 10/88; Decree 27/94 and Decree n.º 27/2006) with UNESCO rules (1972 Convention and Operational Guide 2008), applicable to the protection and management of World Heritage Sites. In this context, the current Management Plan's general objective is to preserve and value everything good that Mozambique Island possesses, in terms of historic, cultural ethno-archaeological, artistic and museological heritage, with its heritage importance and exceptional world value, dating back centuries.

Thus, the following are the specific objectives defined in the Plan:

### *Objective 1*

Enforce a system for the management and monitoring of the site in order to preserve and value the historic-cultural heritage, the archaeological and natural heritage of Mozambique Island, safeguarding the memory, the history and local cultural expressions of the Mozambican people as well as its status of World Humanity Heritage.

### *Objective 2*

Make an inventory, document, classify and categorize the tangible and intangible cultural heritage of Mozambique Island so as to improve knowledge on the existing estate and establish basis for intervention actions.

### *Objective 3*

Preserve Cultural Heritage of Mozambique Island through the fulfilment of the principles of “good practice” for the preservation and safeguarding of the heritage in accordance with the national legislation (Law 10/88; Decree 27/94; Norms 2003) and international Conventions (UNESCO 1972, 2001, 2003, 2005).

### *Objective 4*

Guide the conservation, restoration and safeguarding of the intangible and tangible heritage of Mozambique Island in order to guarantee socio-economic benefits for the Small Islands and contribute to improve their life conditions.

### *Objective 5*

Define options for a constructive intervention for the Island with technical, economic and environmental feasibility.

### *Objective 6*

Interpret and disseminate the importance of the cultural heritage of Mozambique Island in order to improve knowledge of the inhabitants on the cultural importance of the Island, benefits and implications of living in a City considered World Heritage.

### *Objective 7*

Implement and reinforce the legal framework in relation to the Protection of the Cultural Heritage in Mozambique Island so as to make heritage management more effective.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Nota Introdutória**

A Ilha de Moçambique foi declarada Património Cultural Mundial pela UNESCO, em 1991, após proposta apresentada pelo Governo de Moçambique em 1990. Apesar do reconhecimento do Valor Universal Excepcional (VUE) do Património Cultural da Ilha, a mesma não possuía até aqui um Plano de Gestão que pudesse orientar e coordenar as intervenções dos vários actores, como forma de salvaguardar o significado cultural do Sítio. Desde 1991, o Governo de Moçambique tentou, por diversas ocasiões, elaborar o Plano de Gestão para a Ilha, em resposta às recomendações do Comité do Património Mundial da UNESCO, mas sem sucesso. Tal situação deveu-se, não só, à falta de recursos financeiros para o efeito, como também à fraca capacidade institucional (poucos técnicos nacionais com conhecimentos sólidos na área de Gestão do Património). No entanto, a criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM), pelo Governo de Moçambique, em 2006, associado à capacitação de quadros nacionais, através de programas e projectos coordenados pela DINAC (AFRICA 2009, SIDA-SAREC, NORAD, AAN e de cooperação com o Canadá, através da Universidade de Athabasca, em colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane) de pesquisa e formação na área de gestão do Património Cultural, permitiram inverter o cenário e criar a capacidade requerida para a elaboração do presente Plano.

Para a elaboração do Plano, o Ministério da Cultura de Moçambique garantiu a disponibilização de recursos humanos (técnicos) como financeiros (infra-estruturas, transporte, equipamento) das suas instituições de tutela, nomeadamente, a Direcção Nacional de Cultura, a Direcção Provincial de Educação e Cultura de Nampula, o Museu Nacional de Etnologia e o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, na Ilha de Moçambique. Neste processo, foram ainda envolvidas outras instituições do Governo, nomeadamente a Universidade Eduardo Mondlane, o Instituto Superior Politécnico de Tete e o Cruzeiro do Sul e Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.

A anteceder o Plano, foram elaborados vários estudos resultantes dos programas de cooperação internacional, que são tidos em conta neste trabalho. Apenas para mencionar alguns deles referimos o relatório sobre a história e o património edificado da Ilha de Moçambique produzido pelo Ministério da Cultura de Moçambique com a participação da Escola de Arquitectura de Aarhus da Dinamarca, em 1982, a proposta de 50 projectos individuais que combinam a conservação do património com o desenvolvimento humano e sustentável da Ilha de Moçambique, com o apoio da UNESCO e PNUD, em 1998 e o Plano

Estratégico para a Conservação do Património Edificado da Ilha de Moçambique (2005-2010), com os auspícios da NORAD. Mais recentemente, o Fundo Português para o Banco Africano de Desenvolvimento possibilitou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique (2009), que é também um complemento do presente Plano. Considerou-se ainda o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Nampula 2010-2020 (Governo Provincial de Nampula, 2010), recentemente aprovado.

A importância do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique justifica-se, não apenas, como resposta às exigências do Comité do Património Mundial (que os Estados Parte da Convenção devem elaborar um Plano de Gestão para cada Sítio do Património Mundial, como primeiro requisito para a salvaguarda do VUE do Sítio), mas sobretudo pelo valor cultural e natural da Ilha de Moçambique, como um conjunto urbano sujeito a pressões devido aos diferentes projectos de desenvolvimento. Neste contexto, o Plano funcionará como instrumento de planificação, implementação e monitoria de todas as actividades, com impacto directo ou indirecto no Património Cultural, com vista à interpretação, conservação, divulgação e promoção efectivas do Sítio. As várias entidades intervenientes ou interessadas foram envolvidas no processo de preparação do Plano como forma de assegurar uma implementação coerente e coordenada das diversas actividades que possam contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentável Ilha de Moçambique.

## **1.2. Método de Trabalho**

A fase preparatória do processo de elaboração deste Plano iniciou em 2006, após um pedido de Assistência Técnica submetido pelo Governo de Moçambique ao Centro do Património Mundial, com o apoio da UNESCO, em Maputo, ao que se seguiu uma missão do Programa África 2009 a Maputo e Ilha de Moçambique em 2007. Em 2008 decorreu a fase preparatória do processo, centrada na elaboração do projecto do Plano e no fortalecimento dos contactos entre os vários parceiros envolvidos (AWHC, África 2009 e UNESCO). Este processo tinha em vista a aprovação dos termos de referência e orçamento para a elaboração do Plano, o qual foi preparado, tendo como guiões metodológicos os instrumentos legais em vigor no país e os princípios estruturantes referentes à gestão de sítios do Património Mundial, plasmados nas Convenções e no Guia Operacional da UNESCO e ainda noutros documentos de práticas internacionais recomendáveis.

Para a elaboração do Plano foram efectuadas consultas de uma parte significativa das fontes de informação disponíveis no país, tendo-se seguido o diagnóstico do estado de conservação do Património Cultural da Ilha. Constituem documentos de referência, o



Relatório do Ministério da Cultura sobre o Estado de Conservação da Ilha de Moçambique (1982-85), também conhecido por “Livro Azul”; o Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique, estudo levado a cabo pela CESO-CI em 2008; os relatórios periódicos de avaliação do Centro do Património Mundial da UNESCO e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); o Relatório sobre a Arquitectura Vernacular na Ilha de Moçambique, estudo levado a cabo pela equipe José Forjaz Arquitectos em Março de 2010; a legislação vigente em Moçambique referente ao Património Cultural e as Convenções da UNESCO das quais Moçambique é signatário (Convenção de 1972, 2003 e 2005).

Com vista a garantir a integração do Plano no processo de desenvolvimento sustentável, as necessidades socioeconómicas, culturais e ambientais da comunidade da Ilha de Moçambique foram tomadas em conta. Tal foi possível através do envolvimento abrangente de todas as partes interessadas ou *stakeholders*. De acordo com a sua disponibilidade, o envolvimento dos *stakeholders* foi directo, através da sua participação em quatro encontros colectivos de consulta pública na Ilha de Moçambique (nos meses de Junho, Agosto, Novembro de 2009 e Junho de 2010), de entrevistas individuais, e de trabalho em grupo.

### **1.3. Visão do Património Cultural da Ilha**

Até ao ano de 2020 a Ilha de Moçambique será o centro turístico e cultural mais atraente do norte de Moçambique, famoso pelo valor excepcional do seu património histórico-cultural e paisagístico. O significado da Ilha será melhor conhecido a nível local, nacional e internacional e o seu património preservado, à medida que o mesmo contribui para a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Para a materialização desta visão de centro turístico e cultural, a gestão do património da Ilha deverá:

- Orientar os esforços de gestão e conservação do Património da Ilha para a promoção do turismo cultural e comunitário com vista a criação de receitas a partir do uso sustentável do Património Cultural e Natural e promoção das actividades económicas e iniciativas culturais locais;
- Reforçar o quadro institucional do GACIM e do CMIM através da contratação de quadros técnicos qualificados para a área da gestão do património como forma de capacitar estas instituições para liderar conjuntamente o processo de gestão participativa da Ilha;
- Promover uma gestão participativa e partilhada do Património Cultural da Ilha, entre o sector público (instituições do Estado) e sector privado (sociedade civil,

agentes económicos, ONG's), sendo todos intervenientes informados sobre o papel e tarefa de cada um na conservação e gestão da Ilha;

- Desenvolver programas de sensibilização e acções de formação (difundir conceitos, princípios e boas práticas de conservação do Património Cultural no sistema de ensino local) como forma de garantir uma participação efectiva dos habitantes da Ilha na conservação e gestão da Ilha;
- Vincular uma dotação adequada do Orçamento Geral do Estado necessária para assegurar a participação pública na gestão da Ilha e os custos de funcionamento corrente dos órgãos locais (manutenção do património edificado como propriedade do GACIM);
- Estabelecer mecanismos (incentivos e contrapartidas) para a mobilização articulada de financiamento directo de doadores e financiamento privado para protecção e uso sustentável do património móvel, imóvel e subaquático da Ilha de Moçambique.

#### **1.4. Objectivos do Plano**

O presente Plano destina-se a coordenar os esforços de todas as partes envolvidas na conservação da Ilha de Moçambique. O objectivo deste Plano deriva da harmonização dos princípios plasmados na legislação nacional pertinente (Lei 10/88; Decreto 27/94 e Decreto n.º 27/2006) e nas normas da UNESCO (Convenção da 1972, 2003 e Guia Operacional 2008), aplicáveis à protecção e gestão de sítios do Património Mundial.

Neste contexto, o presente Plano tem como objectivo geral conservar e valorizar tudo o que, secularmente, a Ilha tem de bom no concernente ao seu património histórico-cultural, etno-arqueológico e natural, com o seu respectivo significado cultural e valor universal excepcional. Os objectivos específicos do Plano são:

##### *Objectivo 1*

Pôr em vigor um sistema de gestão e monitoria do Sítio de modo a conservar e valorizar o património histórico-cultural, etno-arqueológico e natural da Ilha, salvaguardando a memória, a história e as expressões culturais locais do povo moçambicano bem como o seu estatuto de Sítio do Património Cultural Mundial.

##### *Objectivo 2*

Inventariar, documentar, classificar e categorizar o Património Cultural tangível e intangível da Ilha de modo a melhorar o conhecimento sobre o espólio existente e estabelecer bases para acções de intervenção.

### *Objectivo 3*

Conservar o Património Cultural da Ilha através do cumprimento dos princípios das ‘boas práticas’ de conservação e salvaguarda do património, consagrados nas Convenções internacionais (UNESCO 1972, 2001, 2003, 2005) e na legislação nacional (Lei 10/88; Decreto 27/94; Resolução 12/2010).

### *Objectivo 4*

Orientar a conservação, o restauro e a salvaguarda do património tangível e intangível da Ilha de modo a assegurar benefícios socioeconómicos para os Ilhéus, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

### *Objectivo 5*

Definir opções de intervenção construtiva para a Ilha com viabilidade técnica, económica e ambiental.

### *Objectivo 6*

Interpretar e divulgar a importância do Património Cultural da Ilha de modo a melhorar o conhecimento dos habitantes sobre o seu significado cultural, os benefícios e as implicações de viver numa Cidade do Património Mundial.

### *Objectivo 7*

Operacionalizar e reforçar o quadro legal referente à protecção do Património Cultural da Ilha de modo a tornar a gestão do património mais efectiva.

A publicação e distribuição do Plano a uma vasta audiência irá assegurar uma maior disseminação dos conhecimentos sobre a riqueza do património (tangível e intangível), o seu estado de conservação e uma visão comum sobre o futuro da Ilha de Moçambique.

## 2. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

### 2.1. Localização

A Cidade da Ilha de Moçambique está localizada na República de Moçambique, a cerca de 2400 km da capital do país, a cidade de Maputo e cerca de 180 km da capital da província nortenha de Nampula (Fig 1). Uma ponte de cerca de 3,5 km, construída nos anos 1960, liga a Ilha ao continente, em particular ao Posto Administrativo do Lumbo, com o qual a Ilha forma o Distrito da Ilha de Moçambique que abrange um território de cerca de 445 km<sup>2</sup> dos quais 444 km<sup>2</sup> correspondem ao Lumbo e apenas 1 km<sup>2</sup> à parte insular, onde se situa o Município da Ilha (CMIM 2006a). A Ilha de Moçambique situa-se à entrada da Baía de Mossuril, no Oceano Índico. Fazem parte do arquipélago três pequenas Ilhas, não habitadas: a Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim do mesmo nome, a leste as Ilhas de Goa e de Sena.

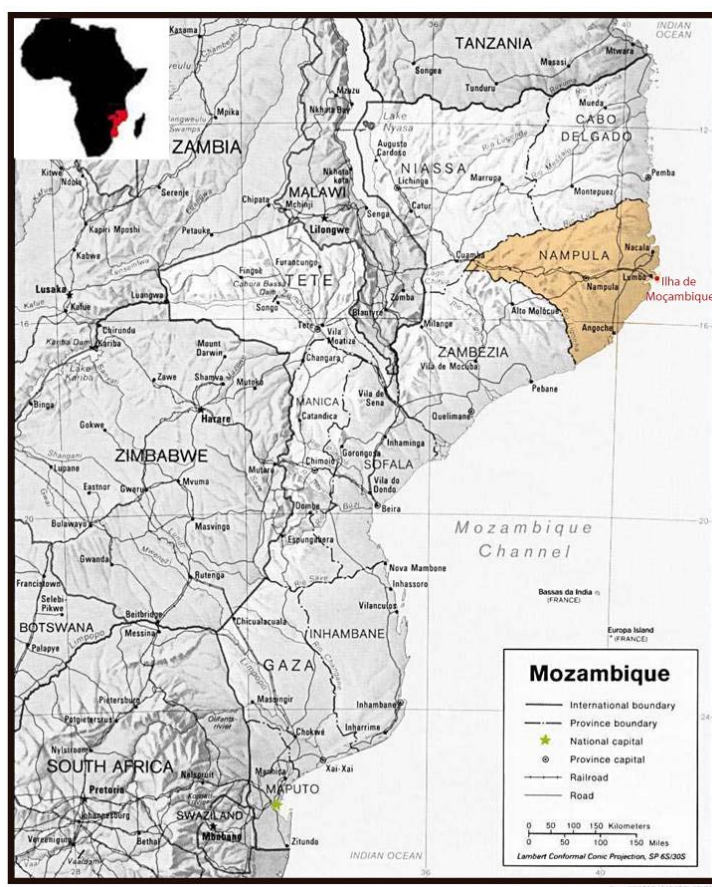


Fig. 1. Localização da Ilha de Moçambique no contexto de África e de Moçambique

## 2.2. Limites do Sítio

No contexto da candidatura da Ilha para a Lista do Património Mundial em 1990, foi definida como área central (*core area*) todo o conjunto urbanístico da Ilha de Moçambique (incluindo o Fortim de São Lourenço), que é, geograficamente, definido pelos paralelos 15° 03' 2.55" e 15° 01' 39.45" Sul e os meridianos 40°43'37.14" e 40°44'36.29" Leste (Fig. 2).



| Pontos | latitude       | longitude     |
|--------|----------------|---------------|
| 1      | 15° 02'44.13"S | 40°43'37.14"E |
| 2      | 15° 02'26.29"S | 40°43'40.25"E |
| 3      | 15° 02'06.94"S | 40°43'51.25"E |
| 4      | 15° 01'50.74"S | 40°44'12.36"E |
| 5      | 15° 01'39.45"S | 40°44'36.29"E |
| 6      | 15° 01'59.40"S | 40°44'16.68"E |
| 7      | 15° 02'19.81"S | 40°44'00.34"E |
| 8      | 15° 02'35.97"S | 40°43'56.19"E |
| 9      | 15° 02'52.07"S | 40°43'35.82"E |
| 10     | 15° 03'2.55"S  | 40°43'35.62"E |

Fig. 2. Área central da Ilha de Moçambique classificada Património Mundial (<http://earth.google.com> 2009).

Por seu turno, a Zona de Protecção (*buffer zone*) integra a área circundante à Ilha de Moçambique, que integra toda a costa ao seu redor (a parte do continente mais próxima da Ilha) junto com as terras que oferecem uma vista à Ilha de Moçambique, e da Ilha à costa a toda volta, cobrindo uma área de cerca de 45,000 km<sup>2</sup> nomeadamente, a costa do cabo Sancul (área demarcada do ponto 19 a 30), a baía de Mossuril, a Cabaceira Grande e a Cabaceira Pequena (área demarcada do ponto 1 a 18) e ainda as Ilhas de Goa (área demarcada pelo ponto 31) e de Sena (área demarcada pelo ponto 32) (Fig. 3 e Fig. 4). A Zona de Protecção não foi classificada Património Mundial.



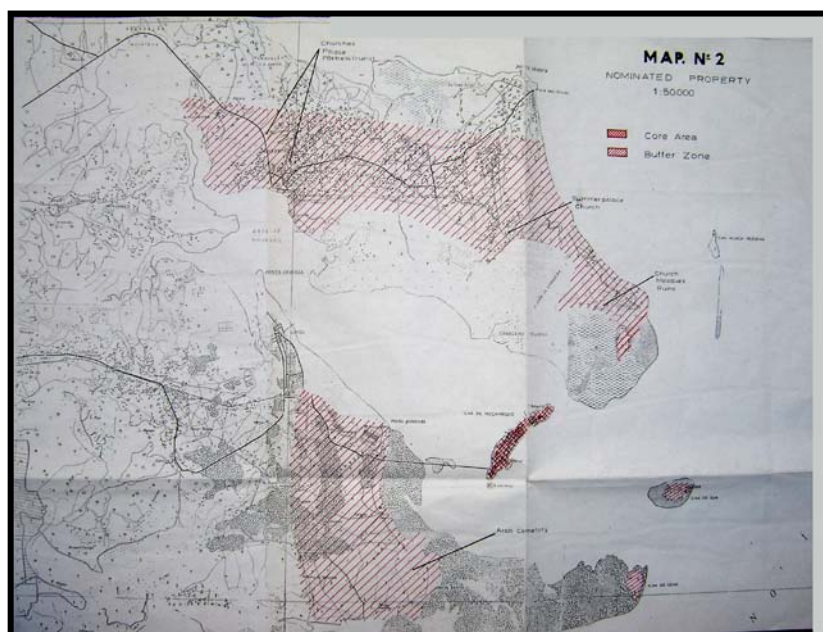


Fig.3. Limites da área central e da Zona de Protecção da Ilha de Moçambique em 1990 (WHC-UNESCO 2010).

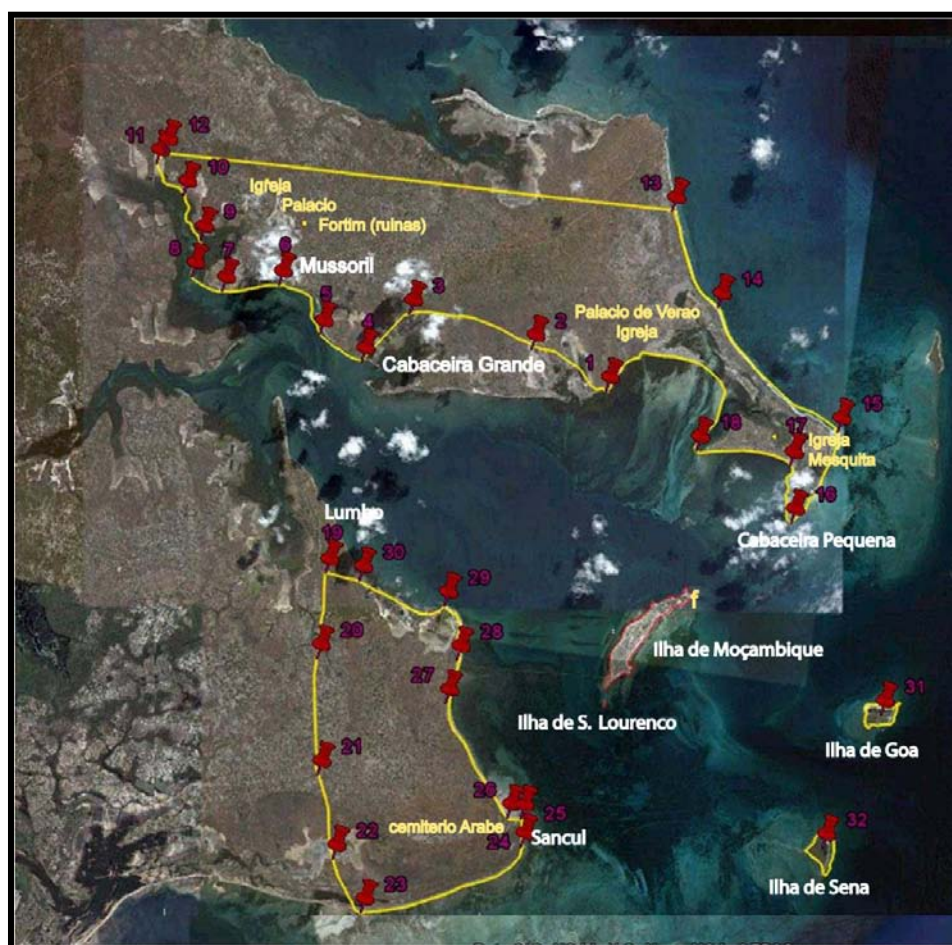


Fig.4. Limites da área central e da Zona de Protecção da Ilha de Moçambique (<http://earth.google.com> 2009)

| Pontos | Latitude            | Longitude          |
|--------|---------------------|--------------------|
| 1      | 14° 59 '1 8. 5 4" S | 40° 43 '3 7. 4 2"E |
| 2      | 14° 58 '4 6. 0 0" S | 40° 42 '4 3. 8 8"E |
| 3      | 14° 58 '2 2. 8 0" S | 40° 41 '1 0. 4 4"E |
| 4      | 14° 58 '5 7. 4 3" S | 40° 40 '3 4. 7 2"E |
| 5      | 14° 58 '3 7. 4 4" S | 40° 40 '3. 61 " E  |
| 6      | 14° 58 '1. 84 " S   | 40° 39 '3 3. 0 0"E |
| 7      | 14° 58 '6. 61 " S   | 40° 38 '4 8. 4 6"E |
| 8      | 14° 57 '5 5. 6 2" S | 40° 38 '2 7. 7 5"E |
| 9      | 14° 57 '2 9. 4 1" S | 40° 38 '3 4. 3 6"E |
| 10     | 14° 56 '5 6. 8 2" S | 40° 38 '2 1. 7 2"E |
| 11     | 14° 56 '3 4. 1 5" S | 40° 38 '1. 38 " E  |
| 12     | 14° 56 '2 6. 3 6" S | 40° 38 '7. 43 " E  |
| 13     | 14° 57 '8. 61 " S   | 40° 44 '2 6. 8 2"E |
| 14     | 14° 58 '1 8. 0 5" S | 40° 45 '0. 85 " E  |
| 15     | 14° 59 '4 8. 0 4" S | 40° 46 '3 0. 4 5"E |
| 16     | 15° 0' 53.50"S      | 40° 45 '5 5. 6 9"E |

| Pontos | Latitude          | Longitude          |
|--------|-------------------|--------------------|
| 17     | 15° 0' 12.59"S    | 40° 45 '5 4. 7 9"E |
| 18     | 15° 0' 1. 4 0 " S | 40° 44 '4 4. 8 0"E |
| 19     | 15° 1' 29.75"S    | 40° 40 '7. 80 " E  |
| 20     | 15° 2' 31.31"S    | 40° 40 '1. 33 " E  |
| 21     | 15° 3' 55.32"S    | 40° 40 '1. 73 " E  |
| 22     | 15° 4' 56.06"S    | 40° 40 '1 2. 9 1"E |
| 23     | 15° 5' 34.75"S    | 40° 40 '3 4. 0 0"E |
| 24     | 15° 4' 47.34"S    | 40° 42 '3 3. 7 7"E |
| 25     | 15° 4' 26.97"S    | 40° 42 '3 3. 5 1"E |
| 26     | 15° 4' 26.55"S    | 40° 42 '2 3. 4 4"E |
| 27     | 15° 3' 3. 7 8 " S | 40° 41 '3 7. 3 7"E |
| 28     | 15° 2' 32.37"S    | 40° 41 '4 5. 8 1"E |
| 29     | 15° 1' 53.46"S    | 40° 41 '3 6. 6 1"E |
| 30     | 15° 1' 35.10"S    | 40° 40 '3 2. 9 9"E |
| 31     | 15° 3' 12.18"S    | 40° 47 '2. 80 " E  |
| 32     | 15° 4' 48.25"S    | 40° 46 '1 9. 1 6"E |

A área de intervenção do Plano é correspondente aos limites do Sítio definidos aquando da inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial em 1991. A extensão geográfica do Sítio (área central e da zona de protecção) é apresentada na tabela que se segue:

| Área central                                   | Área (km <sup>2</sup> ) |
|------------------------------------------------|-------------------------|
| Ilha de Moçambique                             | 1,0000                  |
| Ilha de São Lourenço                           | 0,0062                  |
| Total da área central                          | 1,0062                  |
| Zona de protecção                              | Área (km <sup>2</sup> ) |
| Cabaceira grande, Cabaceira pequena e Mossuril | 28,7724                 |
| Sancul e Lumbo                                 | 15,7867                 |
| Ilha de Goa                                    | 0,2087                  |
| Ilha de Sena                                   | 0,2333                  |
| Total da zona de protecção                     | 45,0011                 |
| <b>Área total do Sítio</b>                     | <b>46,0073</b>          |

### 2.3. Descrição Física

A estrutura e o tecido urbano da Ilha deve entender-se no seu contexto histórico. A Ilha foi, durante vários séculos, arena principal de acontecimentos significativos para o desenvolvimento do território moçambicano, bem como também para a história do Oceano Índico Ocidental. Neste contexto, a presente secção pretende apresentar uma breve descrição da Ilha centrando-se nas principais fases evolutivas e transformações da cidade ao longo dos séculos até ao presente. A descrição mais detalhada sobre a Ilha de Moçambique

encontra-se publicada no Relatório do Ministério da Cultura (1985)<sup>1</sup> e no Relatório da CESO-CI (2009)<sup>2</sup>, que foram, igualmente, aqui usados.

O Património Cultural (histórico, urbano, arquitectónico, arqueológico terrestre e subaquático e imaterial) com particular expressão na Ilha, está também bem representado na parte continental. À volta da Baía de Mossuril existe uma variedade de edifícios singulares e de conjuntos urbanos, quintas e postos fortificados, muralhas, poços, rampas e cemitérios de interesse histórico que se integram no ambiente rural. Nas zonas costeiras e na península de Mossuril é o património histórico edificado que se integra no ambiente natural e paisagístico que contribui para o valor excepcional da Ilha de Moçambique. As diferentes categorias do património da Ilha de Moçambique (área central e zona de protecção) encontram-se distribuídas, por zonas geográficas, conforme ilustra a tabela a seguir:

| Património por categorias e zonas geográficas |                                                  | Património Histórico Edificado | Património Natural e Paisagístico | Conjugação entre paisagem e elementos urbanísticos | Património Arqueológico Terrestre | Património Arqueológico Marítimo |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| <b>A Baía de Mossuril</b>                     |                                                  |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
| <b>Distrito da Ilha de Moçambique</b>         | Parte insular da Ilha (área central)             |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Bairro Jembesse (zona de protecção)              |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Bairro Sanculo (zona de protecção)               |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Costa das salinas (zona de protecção)            |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Lumbo (zona de protecção)                        |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Ilha de Goa e Sena (zona de protecção)           |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
| <b>Distrito de Mossuril</b>                   | O interior                                       |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Vila e Porto de Mossuril                         |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Cabaceira Grande (zona de protecção)             |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Cabaceira Pequena (zona de protecção)            |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |
|                                               | Cabo da Cabaceira e o mangal (zona de protecção) |                                |                                   |                                                    |                                   |                                  |

Fonte: CESO-CI 2009.

<sup>1</sup> Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique & Arkitekttskolen i Aarhus – Denmark 1985. *Ilha de Moçambique. Relatório 1982-1985*. Phonix A/S, Aarhus.

<sup>2</sup> CESO-CI 2009. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique*. BAD/MEC.





A parte sul, Cidade de Macuti, também de origem Swahili e de construção tradicional local, com valor de conjunto, em que o evidente interesse de cada edifício se dilui por corresponder a um mesmo modelo que se repete *ad infinitum* (CESO-CI 2009). Embora com construções de *pau a pique* maioritariamente cobertas com macúti, os Bairros apresentam igualmente habitações em pedra e cal ou alvenaria. De facto, a Cidade de Macuti já é maioritariamente de outras tipologias e o Macuti, como material de construção, está em rápido desaparecimento (Fig.7).



**Fig. 7. Vista parcial da Cidade de Macuti**

Os dois sistemas urbanos da Ilha têm uma relação de interdependência com carácter histórico. Por exemplo, a edificação da cidade de Pedra e Cal foi feita através da extracção da pedra coralina do espaço para onde se relegou a habitação da população carenciada (antigas pedreiras nos actuais bairros Esteu e Litine). Existe portanto, uma clara diferença socioeconómica entre os habitantes de Macuti e da Cidade de Pedra e Cal, o que contribui para a fraca coesão social entre habitantes destas duas áreas da Ilha. À semelhança dos zoneamentos urbanos, as costas exprimem diferenças nas suas funções históricas e na

consequente expressão paisagística urbana. A costa virada à Baía tem, na sua maior extensão, carácter de porto. Foi deste lado que se desenvolveram as actividades ligadas ao comércio por via marítima, devido ao ancoradouro protegido na baía. A contra costa, não protegida e não acessível por barcos de maior calado, tinha menos interesse económico no passado e mantém, em grande parte, um carácter de praia aberta. Nesta costa, situa-se um dos mais importantes ancoradouros da navegação e pesca tradicionais, junto ao Fortim de Santo António.

### **2.3.2. Património Imóvel**

A estrutura urbana da Ilha desenvolveu-se a partir do extremo norte, inicialmente fortificado para defender a entrada da Baía (Capela de Nossa Senhora do Baluarte em 1522 e Fortaleza de São Sebastião iniciada em 1558) (Fig.8). A parte sul da Ilha (a Ponta da Ilha) localizava-se fora da cidade e sem interesse particular durante a primeira fase de ocupação, com excepção das pequenas fortificações, nomeadamente, o Fortim de São Lourenço (construção iniciada em 1588) e o Fortim de Santo António (construção iniciada em 1588), para a protecção da parte sul da Ilha.



**Fig. 8. Fortaleza de São Sebastião em 2009 (Com permissão de José Forjaz Arquitectos)**

Os séculos XVI e XVII registaram o desenvolvimento do núcleo urbano, marcado pelas edificações ao longo da baía na costa norte da Ilha; pela fila de estreitos talhões de lojas com fachada virada para a rua; pelos armazéns de mercadorias virados à praia e pelos palmares na faixa central da cidade, virados à contra costa. O padrão dos arruamentos, hoje

aparentemente labiríntico, teve a sua lógica própria ligando os pontos importantes da época: a ponte de atracação; a praça central, a Fortaleza e o Convento Hospital fora da cidade no lado sul, além da ligação às fortificações na ponta sul da Ilha.

Durante o século XVIII construíram-se, sobretudo na zona sul da Cidade de Pedra e Cal, as feitorias ricas com dois andares, arruamentos mais regulares e praças amplas. Ao longo da contra costa cresceu um bairro de casas pobres, das quais ainda existem algumas. Até meados deste século os quarteirões concentravam-se no Largo do Pelourinho onde estão actualmente localizados restaurantes, enquanto na Ponta da Ilha (na actual Cidade de Macuti) não havia nada para além das pedreiras, do Convento S. João de Deus, o lavadouro de Marangonha e o Fortim Santo António. Após a criação do Município em 1761 e no período áureo do tráfico de escravos (1776-1803), observa-se a expansão da Cidade mais para a costa ocidental. Esta expansão consistia em palhotas para escravos e outra população local. Era o chamado Bairro Alto da Marangonha ou Missanga, semeado de coqueiros que, por ser uma zona irregular e pobre, constituía um foco de doenças justificando as várias tentativas para realizar o seu saneamento.

No século XIX completou-se praticamente a urbanização da Ilha deixando apenas os palmares e hortas da Contra Costa e as pedreiras na Ponta da Ilha para a expansão da cidade. Fora da cidade, na Ponta da Ilha, encontram-se os cemitérios, o Matadouro e o Paiol. A cidade desenvolveu-se ao longo da costa virada à baía, com grandes armazéns ligados à escravatura e economia das plantações. Na zona da Ponta da Ilha encontram-se a grande Mesquita e a Cavaliça. O majestoso hospital foi construído em 1880 no sítio onde, antes, existiu o Convento Hospital (Fig. 9). O Bairro pobre da Contra Costa, onde viviam escravos foi demolido e novos bairros de Macuti foram planeados nas antigas pedreiras no sul da cidade, começando com os bairros da Contra Costa: Marangonha e Areal, e no interior, Esteu e Litine.

As posturas camarárias sobre construções, a partir de meados do século XIX, aproximadamente, impuseram regras tanto para a Cidade de Pedra e Cal como para os Bairros (Cidade de Macuti). Por exemplo, os prédios tinham que ser caiados anualmente dentro de um período fixado pelas autoridades municipais, sendo a queima da cal só permitida nos Bairros da parte a sul da Ilha. Regulamentos posteriores (1852) determinaram que nenhum escravo podia construir palhotas dentro da Cidade, a não ser no terreno do seu senhor e sob seu controlo. Para o Bairro da Missanga houve uma organização, permitida



pelos regulamentos urbanos que previam uma licença da Câmara Municipal para a construção desde que respeitados alguns princípios tais como os alinhamentos das ruas que deveriam ser observados e que todas as palhotas deveriam ter a mesma altura. Em 1866, é ampliada a área atribuída à construção de palhotas, para a Marangonha e também para as áreas que delimitavam a pedreira (Fig.10).

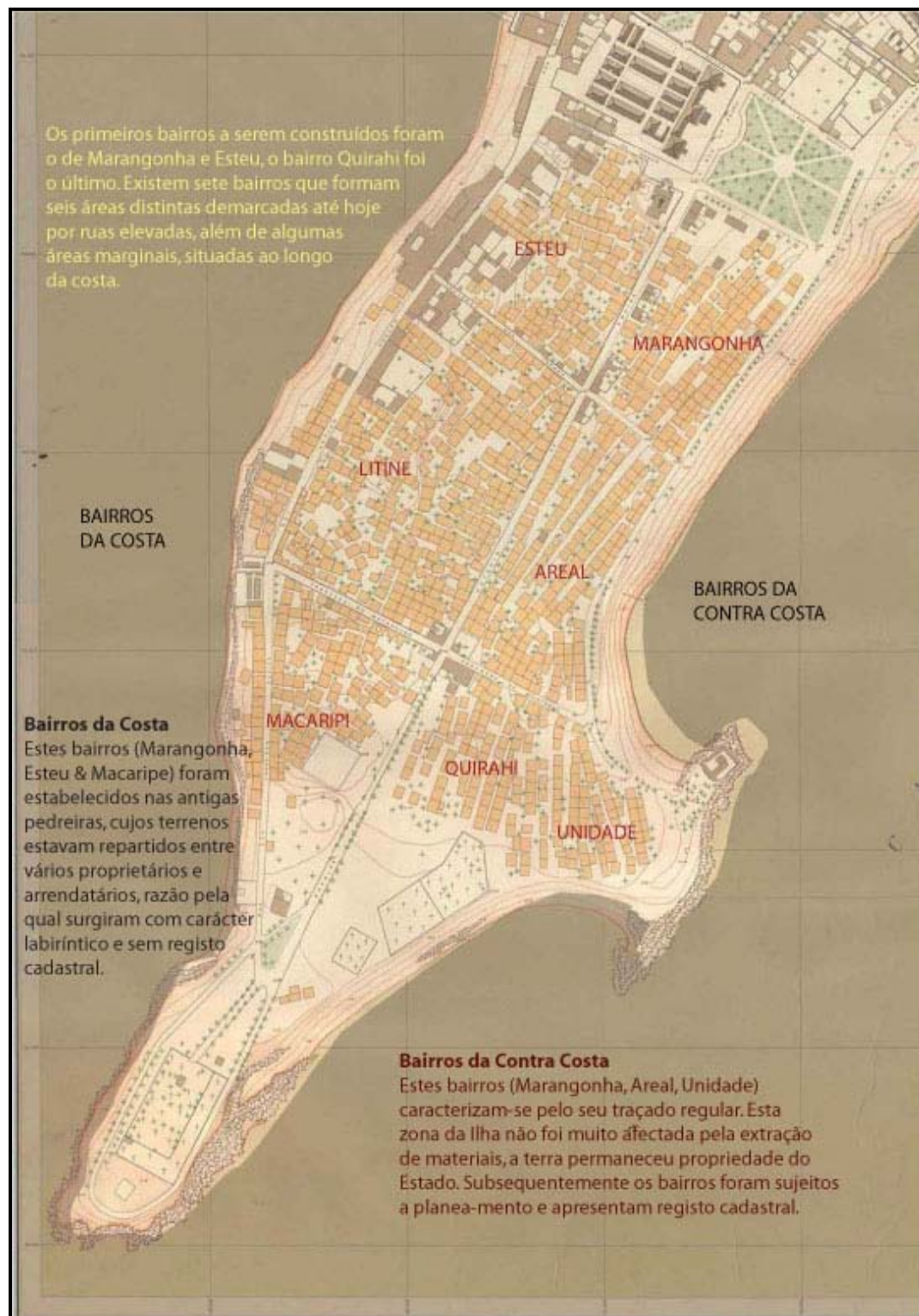


**Fig. 9. Descrição da Cidade de Pedra e Cal ilustrada por um mapa de 1957**

**(Com permissão de José Forjaz Arquitectos)**

Em 1878 estabeleceu-se uma linha divisória da costa à contra-costa, proibindo-se assim a construção de palhotas a norte da linha limite. A sul desta linha encontravam-se as pedreiras, os currais de gado, o matadouro, fornos para a queima de cal e os depósitos de lenha e carvão. A parte sul da linha divisória, denominada “Bairro Indígena,” indica claramente o seu carácter selectivo. Com a introdução da postura camarária em 1894, foram impostas algumas exigências em relação às condições sanitárias nas quais; eram

proibidas coberturas em Macuti ou de outra espécie de palha nas casas ao longo de todas as vias principais, ruas e travessas. Foi igualmente proibido construir palhotas em Macuti ou em palha em terrenos públicos.



**Fig. 10. Descrição da Cidade de Macuti ilustrada por um mapa de 1957**

**(Com permissão de José Forjaz Arquitectos)**

Na história do século XX, até a independência, pode observar-se já em toda a Ilha, nos clubes desportivos, nos hotéis, nos bairros, alterações modernistas de algumas fachadas e por último a introdução de elementos de pretensão histórica, na fase terminal do colonialismo. Em 1969 foi terminada a construção da ponte que liga a Ilha ao continente. Foi construída uma nova rua, ao longo da contra costa, ligando a ponte ao novo hotel turístico e à Fortaleza.

Houve igualmente uma grande expansão da cidade de Macuti, principalmente depois da Independência Nacional, caracterizada por parcelamentos ao longo das ruas rectilíneas, com um espaçamento adequado entre as palhotas. Nas áreas ainda não ocupadas o assentamento deu-se sem planeamento o que originou um povoado mais compacto e labiríntico. Nos lugares onde as palhotas velhas se haviam desmoronado preservaram-se as áreas de reserva enquanto se esperava por uma planificação total dos Bairros. A história pós-independência mostra, infelizmente, também a degradação acelerada da Cidade de Pedra e Cal, e a sobre-densificação dos bairros de Macuti, com os problemas de saneamento e de saúde que isso implica.

## **2.4. Enquadramento Histórico e Arqueológico**

O movimento de dispersão das primeiras comunidades agrícolas na África Austral e Oriental, no início do Primeiro Milénio AD., deu origem às sociedades "Proto-Swahili". Estas comunidades eram falantes de línguas Bantu, tendo-se estabelecido na costa oriental Africana e adoptado um modo de vida marítimo, onde desenvolviam uma indústria artesanal, distinta caracterizada por olaria, tecelagem, produção de metais, marfim e tratamento de pele, bem como o comércio local e com mercadores distantes (Adamowicz 1987; Duarte & Meneses 1996). Inicialmente, as origens Swahili e do comércio na África Oriental eram vistas como sendo Árabes, mas hoje, as evidências arqueológicas comprovam que são Africanas (Chami 1994).

Dada a sua localização geográfica no Oceano Índico, a Ilha de Moçambique tornou-se, desde cedo, num ponto de encontro entre povos de origem africana, árabe, persa, turca e indiana. Por volta de 900 AD, os árabes já detinham o monopólio do transporte e comércio de mercadorias na região. Com a expansão comercial e advento do Islão, os núcleos

Islamizados e/ou entrepostos comerciais espalhados ao longo da costa oriental africana, estruturaram-se em unidades político-administrativas sob a designação de Xeicados e Sultanatos, como são os casos de Lamu, Mombassa, Zanzibar e Quíloa. O Xeicado da Ilha de Moçambique foi fundado por Hassani Moussa M'Biki (de onde advém, provavelmente, o nome de Moçambique) por volta do século XI.

A presença europeia a partir do século XV, iniciada com a passagem do navegador português Vasco da Gama em 1498, tornou a Ilha num dos centros do comércio internacional fazendo a ponte entre a Europa e o Oriente, nas diferentes fases do comércio na costa oriental africana (comércio de especiarias, ouro, marfim e escravos) (Serra 2000). A Ilha tornou-se no principal entreposto para abastecimento em mantimentos e centro de reparação dos navios a caminho da Índia, assim como entreposto comercial (comércio de têxteis e especiarias por ouro e marfim). Devido a sua importância estratégica, a Ilha foi alvo de ataques por parte de outras potências europeias, sendo o ataque Holandês de 1607 o mais grave: uma grande parte da povoação foi destruída, contudo, a Fortaleza de S. Sebastião resistiu (DNPC-IGESPAR 2007).

A reconstrução da cidade manteve a sua estrutura anterior e os edifícios foram reconstruídos em pedra coral, cal e madeira. A escassez de mão-de-obra portuguesa fez com que a reconstrução fosse igualmente assegurada pelas comunidades africanas e pelas comunidades Hindus viradas para as artes finas. Algumas coberturas eram em Macuti, mas predominavam os terraços, denotando a influência de Diu (na Índia) e semelhanças com o Algarve (em Portugal), para aproveitar a água das chuvas que eram recolhidas em cisternas. A Ilha tornou-se igualmente um importante centro Missionário Católico. Os Dominicanos, Jesuítas e Salesianos eram as principais ordens religiosas, tendo construído igrejas e conventos, como é o caso do Palácio de São Paulo (1610) ou do Convento de São Domingos (1662) e dirigido a formação de jovens na Escola de Artes e Ofícios. Digno de realce é, igualmente, de referir o facto de Luís Vaz de Camões, autor dos Lusíadas, ter vivido na Ilha entre 1567 e 1569 (Lobato 1970; Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique/Arkitektsskolen I Aarhus 1985).

O século XVII assistiu à fundação do sultanato de Zanzibar que devolveu o monopólio do comércio a norte de Cabo Delgado aos árabes, tendo como intermediários os mercadores de Guzerate, com forte presença na Ilha de Moçambique. No século XVIII iniciou-se o comércio regular de escravos para as Ilhas francesas do Oceano Índico e para o Brasil. Cedo



a Baía de Mossuril tornou-se no principal centro de comércio de escravos. Os lugares de acampamento para caravanas de escravos, os armazéns nas costas, a Alfândega da Ilha, assim como as rampas de embarque de escravos, são alguns dos marcos físicos que ficaram deste período. Durante a fase dramática do florescimento do tráfico de escravos (1750-1840), dezenas de milhares de pessoas de origem Ajawa e Makua-Lómuè foram forçosamente enviados para as Ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba (SERRA2000). Em 1837 o comércio de escravos foi oficialmente banido e a partir de 1840 o volume do tráfego de escravos saídos de Moçambique começou a declinar. Depois da abolição oficial o comércio clandestino continuou, principalmente, através dos Xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage e o do Sultanato de Angoche (Capela 2002; CESO-CI 2009).

Devido ao enorme crescimento urbano nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, a Ilha recebeu o estatuto de cidade em 1818. Nesta fase, para além dos cerca de seis mil moçambicanos (população na sua maioria negra e escrava de origem Swahili) que viviam na Ilha de Moçambique, em Mossuril e nas Cabaceiras, existiam também pequenos grupos de Portugueses, mestiços e Indianos (hindus e cristãos) e alguns Árabes (muçulmanos). Esta população maioritariamente residente na Ilha e litoral próximo praticava também o Islamismo. O crescimento populacional e urbano, deu também origem aos chamados “Bairros Indígenas” que ocuparam a região da ponta da Ilha (antigas pedreiras), surgindo assim a cidade de Macuti. No entanto, a importância estratégica da Ilha foi sendo progressivamente reduzida, processo que culminou em 1898, com a transferência da capital da então colónia portuguesa para Lourenço Marques. A abertura do novo porto de Nacala em 1951 contribuiu igualmente para o declínio da hegemonia da Ilha de Moçambique (Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique/ Arkitektskolen I Aarhus 1985).

Em 1969 foi concluída a ponte que liga a Ilha ao continente, impulsionando uma nova dinâmica de relações entre a Ilha e o continente. Após a independência em 1975, a população de origem portuguesa e os seus descendentes abandonaram a Ilha e parte considerável dos edifícios foi gradualmente ocupada pela população local, com necessidades básicas que não deixaram muito espaço para os esforços de conservação. Uns anos depois a guerra civil trouxe para a Ilha um grande número de refugiados, aumentando a pressão demográfica e contribuindo para a deterioração do património urbano. Por exemplo, na cidade de Macuti a superlotação das casas resultou numa condição caótica de saneamento (CESO-CI 2009).

## 2.5. Tradições Culturais

A Ilha de Moçambique está materialmente associada a acontecimentos históricos (entreposto de ligação da Europa ao Oriente e tráfico de escravos), tradições vivas (cultura Swahili, Macua, danças, técnicas de construção), e a obras artísticas de significado universal excepcional.

### Língua Naharra

A Ilha de Moçambique constitui uma extraordinária manifestação da fusão cultural que teve lugar na costa oriental africana, durante vários séculos, entre os povos de origem Bantu, Swahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia. Esta confluência de culturas manifesta-se não só através do património construído mas também através da língua local – *Naharra*, uma variante do Macua de origem Swahili, falada pela população da Ilha e zona costeira. Ao longo de séculos de colonização acabou por integrar alguns vocábulos de origem Portuguesa.

### Confrarias

A transição do século XIX para o século XX assistiu à instalação das confrarias-islâmicas na Ilha e sua posterior expansão para as regiões continentais, tendo um grande impacto na identidade cultural das populações. As confrarias são um importante veículo de disseminação do Islão e das formas de organização social e expressões culturais a ele associados. Há duas ordens de confrarias, correspondentes às duas primeiras que se estabeleceram na zona: a Xadulia, de origem egípcia (séculos XII-XIII), mas aqui estabelecida através das Comores em 1897; e a Cadiria, de origem iraquiana (século XII), aqui estabelecida por via de Zanzibar desde 1904. Cerca de 1940 estas confrarias deixaram de estar dependentes das suas sedes iniciais, assumindo a respectiva autonomia (Pereira 1988).

### Danças

Articuladas com a difusão de um tipo particular de Islamismo, proposto pelas confrarias, surgem também as expressões culturais populares normalmente entendidas como marcadores identitários da cultura local. Com efeito as características danças, como o *ntsope*, o *tufo* e o *mualide*, são de notória influência do tipo de Islamismo aqui vigente e associáveis às particularidades Swahilis. Estas expressões artísticas – cuja importância social lhes advém da sua impregnação nas formas de organização familiar e social local e

enquanto marcadores do relacionamento inter-géneros – são na História oral local referenciadas como presentes na região desde as primeiras décadas do século XX, sendo como tal associáveis à expansão popular do Islamismo e às novas formas de ritualização da vida social (CESO-CI 2009) (Fig. 11).



**Fig. 11. Parte dos membros do grupo de *tufo* Estrela Vermelha**

### **Associações Culturais**

Os grupos culturais existentes na Ilha principalmente de mulheres ligam-se às expressões artísticas e musicais tradicionais. Em alguns casos certas manifestações artísticas implicam a criação de grupos especializados, como é o caso da dança *maulide naqira*, dançada exclusivamente por homens. A maioria dos grupos culturais institucionalizados dedica-se, no entanto, à dança *tufo*. Alguns desses grupos associam à execução do tufo outras danças, em especial a dança *nsope*, uma dança feminina, cuja origem é atribuída à integração em ritos de iniciação femininos, mas que vem assumindo funções lúdicas (CESO-CI 2009).

### **Técnicas construtivas tradicionais**

As técnicas construtivas tradicionais na Ilha de Moçambique assumem a sua maior expressão nas casas de macuti - construção de *pau-a-pique* com cobertura de folhas de palmeira secas e trançadas. O tecto é feito em mangal ou bambú, enquanto as paredes exteriores constituídas por uma fileira de estacarias de madeira cravadas no chão espaçadas de 50 cm e reforçadas com canas de bambú atadas horizontalmente com cordel de sisal ou fibras vegetais, são rebocadas com argamassa de cal ou barro em ambas as faces e posteriormente caiadas com cal pigmentada (Macamo 2003). O lado maior da casa de macuti forma a fachada para a rua, com a porta principal ao centro. As casas em macuti são funcionais, ambientalmente confortáveis e sustentáveis (Nguirazi 2008). Elas reflectem um

modelo arquitectónico no estilo e desenho, retratando uma rica cultura sob ponto de vista construtivo (Carrilho 2005). As casas de macuti conjuntamente com o conhecimento das técnicas de construção constituem parte significativa da história da Ilha de Moçambique, e estão associados ao património arquitectónico Swahili. As técnicas construtivas assim como as tecnologias associadas à sua manutenção são bem conhecidas e praticadas pelos Ilhéus.

## **2.6. Significado Cultural e Valor Universal Excepcional**

### **Breve síntese**

A Ilha de Moçambique está localizada na província de Nampula, República de Moçambique, à entrada da Baía de Mossuril, no Oceano Índico (paralelos 15° 03' 2.55" e 15° 01' 39.45" Sul e os meridianos 40°43'37.14" e 40°44'36.29" Leste). A ligação da Ilha (com cerca de 1km<sup>2</sup>) ao Posto Administrativo do Lumbo é feita através de uma ponte com cerca de 3,5 km, construída na década de 1960, entre 1967/69. A Ilha de Moçambique faz parte do arquipélago formado por mais duas pequenas Ilhas não habitadas, as Ilhas de Goa e Sena, na parte oriental.

A Ilha de Moçambique, de onde advém o nome do país, figura nas rotas de navegação do Oceano Índico já desde o século X e foi a primeira capital de Moçambique, entre 1507 e 1898. Posteriormente, a capital foi transferida para Lourenço Marques, hoje Maputo. A Ilha foi um centro comercial para onde convergiam pessoas de diferentes partes do mundo: África, Ásia e Europa. Possui uma arquitectura bastante rica que é exemplo excepcional de uma dicotomia urbana resultante da diversidade cultural e interacção entre pessoas de diferentes origens e culturas: Bantu, Swaahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia. Os atributos da paisagem histórica e cultural da Ilha compreendem dois sistemas urbanos: a cidade de Pedra e Cal, de influência Árabe, Swahili e Europeia, e a cidade de Macuti, de influência Swahili e arquitectura tradicional Africana. Estas cidades reflectem não só uma mistura de saberes populares, como também um desenvolvimento urbano dentro de um *continuum* cultural onde o desenho arquitectónico e as técnicas construtivas locais e exógenas foram ajustadas ao contexto social e do meio ambiente local. Por estas razões, a Ilha de Moçambique tornou-se num importante entreposto comercial da rota marítima entre a Europa Ocidental, a costa Leste Africana, o sub-continente da Índia e, de uma forma geral, a Ásia. O património intangível da Ilha incorpora as danças, tradições, artesanato, culinária e crenças praticadas na Ilha que, assim, reforçam a integridade social impregnada no património material do sítio.

## **Valor Universal Excepcional (VUE)**

### **Critério (iv):**

A cidade e as fortificações da Ilha de Moçambique são exemplos excepcionais da arquitectura e técnicas de construção, onde as tradições locais, a influência portuguesa e, até certo ponto, a influência árabe e indiana se amalgam. Alguns materiais usados e a persistência dos princípios decorativos ilustram uma etapa significativa na história humana. A tipologia da arquitectura tradicional do Macuti demonstra a coexistência de dois diferentes estilos arquitectónicos ao longo do tempo e no espaço.

### **Critério (vi):**

A comunidade da Ilha de Moçambique está intimamente associada à história da navegação no Oceano Índico. A Ilha desempenhou um papel único nas ligações intercontinentais, com importância histórica mundial relacionada com o desenvolvimento e estabelecimento de rotas marítimas entre a Europa Ocidental Portuguesa e o sub-continente indiano. A riqueza do património intangível, também relacionado com os aspectos tangíveis da Ilha, reflecte as interacções entre pessoas diferentes, desde tempos imemoriais.

### **Autenticidade**

Os materiais de construção (pedra, mecrusse, macuti...) e as técnicas de construção utilizadas nos edifícios são os mesmos que estão disponíveis nos locais de origem em diferentes partes do continente. Isto é evidenciado pelas casas ou estruturas ainda hoje existentes na Ilha. A maior parte dos edifícios que tinham funções administrativas, comerciais e militares ainda estão na mesma forma e continuam representados em termos de arquitectura do seu período de construção. No entanto, como resultado das diferentes influências e do crescente desenvolvimento político e económico da Ilha, as residências mudaram na forma e no desenho. Tal como ilustram as tradições e técnicas diversas (como a gastronomia, a língua local, técnicas específicas de construção civil, formas específicas de pesca artesanal, saber específico sobre a construção do barco) ainda vivas, a Ilha é fundamentalmente um lugar de encontro de diferentes culturas.

### **Integridade**

Os atributos mais importantes, como a arquitectura e técnicas de construção da fortaleza, construções defensivas e numerosos edifícios religiosos encontram-se bem conservados. A reabilitação em curso de algumas das estruturas da Ilha é ilustrativa dos esforços de mitigação da deterioração do imóvel. O enorme afluxo populacional para a Ilha durante a guerra de desestabilização afectou profundamente a Ilha nos seus aspectos físicos e

socioeconómicos. Apesar da ocorrência destas mudanças, a maioria das obras de conservação são orientadas pela pesquisa e levadas a cabo em conformidade com as directrizes internacionais de conservação.

### **Protecção e requisitos de gestão para manter o VUE**

O Governo de Moçambique implementa instrumentos legais e outras medidas de protecção com vista a manter o VUE da Ilha, como sejam a integridade e a autenticidade. Estes instrumentos incluem o estabelecimento de um Gabinete de Conservação (GACIM), com um gestor do sítio e ainda de um Plano de Gestão e Conservação em fase final de elaboração. O Plano irá garantir a protecção do património tangível e intangível da Ilha, na área central e na zona tampão, através do reconhecimento formal dos sistemas de custódia tradicional que já existem há décadas.

Importa ainda salientar que a declaração do significado cultural/VUE da Ilha constituirá referência principal para a protecção e gestão eficaz do sítio, devendo constar nos relatórios periódicos do Estado por parte de Moçambique ao Centro do Património Mundial da UNESCO.

### 3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO E AMEAÇAS

#### 3.1. Estado Geral de Conservação

Existem muitos estudos sobre a arquitectura, história, tipologia, técnicas e estado de conservação dos edifícios da Ilha, assim como várias iniciativas e esforços para a conservação do seu património (anexo 2). A análise sobre o estado geral de conservação da Ilha que a seguir se apresenta tem como base alguns dos estudos efectuados.

#### 3.2. Área Central

##### 3.2.1. Património Imóvel

De acordo com o dossier de candidatura da Ilha para Património Mundial, em 1990, o conjunto urbano apresentava-se num avançado estado de degradação com cerca de um terço (1/3) do património construído em estado de ruína (WHC 1990). Uma avaliação comparativa do estado de conservação de 46 edifícios emblemáticos na Cidade de Pedra e Cal, entre os anos de 1983 e de 2008, sugere uma degradação evolutiva do património imóvel. Na avaliação do estado de conservação em 1983, 39 edifícios apresentavam-se em *bom*<sup>3</sup> estado, 10 em estado *mediocre*<sup>4</sup> e 7 em *mau*<sup>5</sup> estado de conservação. Na reavaliação dos mesmos edifícios em 2008, 20 apresentam-se em *bom* estado de conservação, 12 em estado *mediocre* e 14 em *mau* estado (CESO-CI 2009).

De acordo com este estudo, a tendência geral em termos de conservação é ainda de degradação evolutiva. De facto, parte dos edifícios da Cidade de Pedra e Cal estão arruinados em número cada vez maior, e alguns dos que se encontravam em uso estão ainda abandonados e degradados, incluindo alguns dos edifícios que foram objecto de obras no passado recente. No esforço de reabilitação, na Cidade de Pedra e Cal foram reabilitados 12 edifícios em 2004, 10 no ano seguinte, 16 em 2006 e 24 no ano de 2007 que já manifestavam os efeitos de degradação.

O abandono, o clima excepcionalmente agressivo, a má construção a falta de manutenção e, muitas vezes, a infestação por figueiras bravas, tornam o processo de degradação demasiado rápido. Os edifícios de maior envergadura, como as antigas feitorias, os edifícios administrativos, a Capitania, o Consulado Francês e os armazéns, constituem um grupo particularmente problemático. Alguns destes edifícios estão abandonados ou ocupados por moradores “informais”, tendo outros sido vítimas de grande negligência por parte dos

---

<sup>3</sup> *Bom*: necessitando apenas de algumas reparações e manutenção.

<sup>4</sup> *Mediocre*: em ruína, necessitando de reabilitação ou reconstrução.

<sup>5</sup> *Mau*: necessitando de reparações profundas e algumas renovações.

donos e utilizadores. Alguns edifícios que albergam serviços do Governo carecem igualmente de manutenção e, nalguns casos, têm sido aproveitados para alojar funcionários em condições pouco condignas e sem condições para assegurar a sua manutenção (CESO-CI 2009 e Fig. 12.).



**Fig. 12. Exemplos do avançado estado de degradação de alguns imóveis  
(Foto de Filipe Branquinho 2010).**

O Relatório da Missão conjunta da UNESCO/ICOMOS, de Fevereiro de 2009, refere igualmente que o GACIM reportou que 20 edifícios colapsaram completamente, 40 edifícios privados e 3 na posse do Estado estão em avançado estado de degradação embora se encontrem parcialmente habitados. Há 38 edifícios privados e 2 edifícios do Estado que estão degradados e habitados. Verifica-se igualmente que o estado geral das casas na costa viradas à baía, assim como as casas viradas ao mar (contra-costa), são afectadas por problemas ambientais derivados do uso impróprio de alguns espaços (crescente privatização das costas e praias públicas), falta de limpeza e fecalismo a céu aberto.

Todavia regista-se, de um modo geral, uma tendência de melhoria do estado de conservação do património edificado e do conjunto urbano da Ilha. Há melhorias de alguns espaços públicos (parques e jardins) e algumas vias (rua marginal da contra-costa). De acordo com o Relatório de Moçambique ao Centro do Património Mundial da UNESCO de Janeiro de 2009, foram inventariados 1749 edifícios e 42 ruínas. No contexto dos esforços das autoridades para sensibilizar os proprietários para a necessidade de conservação do património, foram reabilitados 37 edifícios (4 edifícios religiosos, 29 edifícios privados e 4 edifícios do Estado). Adicionalmente, em prosseguimento das acções de reabilitação dos edifícios afectados pelo ciclone Jokwe de Março de 2008, foram reabilitadas 495 casas na cidade de Macuti, das quais 330 usando material tradicional (macuti) e 165 usando material convencional.



Uma avaliação a 213 edifícios da Cidade de Pedra e Cal (amostra correspondente à 56% dos edifícios originais<sup>6</sup> existentes) sobre o estado de conservação do património da Ilha, realizado no âmbito do estudo sobre arquitectura vernacular na Ilha em Março de 2010, sugere uma melhoria significativa do estado de conservação do património edificado na Ilha, conforme ilustra a tabela que se segue. De facto, a Cidade de Pedra e Cal encontra-se num processo gradual de *reconstrução*<sup>7</sup>, *reabilitação*<sup>8</sup> ou *restauro*<sup>9</sup> sendo que cerca de 40% do património imóvel já foi alvo de um certo nível de intervenção (José Forjaz Arquitectos 2010).

|      |                 | Avaliação do estado de conservação de 213 edifícios na Cidade de Pedra e Cal em 2010 |          |     |                |
|------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----|----------------|
|      |                 | Bom                                                                                  | Medíocre | Mau | Sem informação |
| Ano  | Nº de edifícios | 147                                                                                  | 38       | 17  | 11             |
| 2010 | Percentagem (%) | 69%                                                                                  | 18%      | 8%  | 5%             |

Fonte: José Forjaz Arquitectos 2010.

Os edifícios com significado singular, como a fortaleza, os fortins, o Palácio de S. Paulo, as igrejas e mesquitas, o templo hindu e o mercado são alvo de maior atenção pública, nomeadamente por parte do Governo e parceiros de desenvolvimento, e, num ou noutro caso, têm tido alguma manutenção e obras de restauro. O exemplo mais elucidativo é o projecto de reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, concebido em duas fases, e que teve o seu início em 2007. Para além da avaliação técnica e da preparação das obras, a Fase I concentrou-se na urgente consolidação estrutural e nas obras e reestruturação e fornecimento de serviços e instalações de base. No entanto algumas secções das obras (restauração e paredes externas, iluminação) necessitam ainda de ser terminadas e as obras de reparação dos danos causados pela tempestade de 2008 tem de ser feitas com urgência (Eloundou & Weydt 2009).

Prevê-se que a Fase II da reabilitação da Fortaleza se concentre na reabilitação para utilização e gestão sustentável, bem como na manutenção da fortaleza. Para além dos fundos adicionais que terão ainda de ser atribuídos para a implementação da Fase II, o Governo de Moçambique tem de decidir, após consulta com todas as partes interessadas,

<sup>6</sup> Excluindo as novas construções.

<sup>7</sup> No sentido de tornar o imóvel, tanto quanto possível, semelhante com a sua aparência original conhecida, a qual se distingue pela introdução no mesmo imóvel de materiais (novos ou antigos) (Resolução 12/2010).

<sup>8</sup> Para modificar um imóvel de modo a corresponder à proposta de uma utilização compatível (Resolução 12/2010).

<sup>9</sup> Para reproduzir uma condição de uma estrutura previamente conhecida, adicionando materiais antigos ou novos (Resolução 12/2010).

sobre o destino da Fortaleza, tendo já sido apresentada uma proposta de reutilização. As possibilidades de reutilização incluem um museu, uma sala de conferências, um centro de investigações, um mercado, oficinas de obras de arte e artesanato, escritórios, confeitaria e pousada. Estas sugestões contribuirão para tornar a fortaleza uma importante atracção turística não só da Província de Nampula como também de todo país e a sua gestão sustentável (Eloundou & Weydt 2009).

O estudo sobre a arquitectura vernacular na Ilha abrangeu 180 casas da Cidade de Macuti (amostra equivalente a 13.5% do total das 1330 construções existentes)<sup>10</sup> dos bairros de Areal, Litine e Macaripe. Tendo em conta os diferentes tipos, técnicas construtivas e materiais, foram identificados seis exemplos mais representativos dos diferentes modelos da arquitectura vernacular na Cidade de Macuti, nomeadamente:

- Construção de modelo tradicional com cobertura em macuti (pode-se considerar como sendo o modelo original da arquitectura vernacular) (Fig. 13);
- Construção de modelo tradicional com cobertura em chapas de zinco;
- Construção de modelo convencional com cobertura em chapas de zinco;
- Construção de modelo convencional com cobertura em placa de betão;
- Construção em pedra coral;
- Construção em pedra coral com cobertura em chapas de zinco.



**Fig. 13. Construção de modelo tradicional com cobertura de macuti.**

De acordo com este estudo preliminar, o modelo clássico de arquitectura vernacular na Ilha, a casa de Macuti, representa não mais do que  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da amostra analisada e que o uso de materiais industriais está amplamente difundido constituindo uma forma

---

<sup>10</sup> Esta amostra exclui todas as casas e edificações erguidas após 1997.

prevalecente de construção. A actual arquitectura vernacular local baseia-se em materiais industriais, principalmente no bloco de cimento e na chapa de zinco para cobertura (José Forjaz Arquitectos 2010) (Fig. 14).



**Fig. 14. Diferentes modelos da arquitectura vernacular na Cidade de Macuti  
(Fotos de José Forjaz Arquitectos 2010).**

Uma breve comparação do urbanismo da Cidade de Macuti em 1985 (antes da sua inscrição na Lista do Património Mundial) e em 2009 permite-nos, contudo, verificar que a estrutura urbana manteve na essência as suas características (Fig. 18). Os 7 (sete) “Bairros” ainda continuam delimitados pelas principais ruas. As diferenças em termos de urbanização (planificada vs. irregular) entre os “Bairros” da costa e os “Bairros” da contra-costa são ainda visíveis. Há contudo ligeiras mudanças que são menos visíveis actualmente, como indicador da crescente privatização dos mesmos. A privatização dos espaços públicos é notória no mapa de 1985.





**Fig. 15. Comparação do Urbanismo da Cidade de Macuti, entre 1985 e 2009**  
 (Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique/Arkitektskolen I Aarhus 1985; Google Earth 2009)

### 3.2.2. Património Móvel

Artefactos, utensílios e ferramentas, missangas, moedas antigas, fragmentos de porcelana e outros objectos de valor arqueológico ou apenas com algum interesse histórico e estético, são alvo de interesse pelos visitantes, sendo vendidos indiscriminadamente pela população mais jovem. De facto, as chamadas missangas do mar, que, durante séculos, foram utilizadas como meio de pagamento, marfim e outros, bem como os fragmentos de porcelana chinesa oriundos de navios naufragados, vão dando a costa e são procurados na areia das praias à volta da Ilha. A procura destes elementos, que é permanente, acelera o desaparecimento destes vestígios. Este comércio é, pois, preocupante, uma vez que a Ilha está a perder uma parte significativa do seu património, sem que sequer ele seja registado ou avaliado, não existindo amostras dos diferentes tipos de artefactos com interesse histórico nem informação e consciencialização da importância de manter este património vulnerável (CESO-CI 2009).

### **3.3. Zona de Protecção**

#### **3.3.1. Património Imóvel**

A zona envolvente à Ilha (Lumbo, Baía de Mossuril e Cabeceiras) possui vários elementos do património histórico edificado na forma de edifícios singulares e conjuntos urbanos, quintas e postos fortificados, muralhas, poços, rampas e cemitérios, que se integram em ambiente rural. Alguns destes locais históricos encontram-se bem mantidos, como é o caso do Cemitério Britânico (com jazigos de soldados vítimas do 1ª Guerra Mundial), ou do antigo Cemitério Muçulmano (vedado com um grande muro de pedra de coral, que protege túmulos antigos, na zona do Lumbo. No entanto, parte significativa do património edificado encontra-se num acelerado estado de degradação, como se pode observar no conjunto urbano da Vila do Lumbo (Estação de Caminhos de Ferro, Hotel, edifício das Telecomunicações e diversos armazéns e moradias), na península de Mossuril (antigos postos militares, quintas fortificadas e antigos poços) e na Cabaceira Grande (antigo Palácio de Verão do Governador da Ilha de Moçambique, antiga Igreja considerada a igreja mais antiga da parte continental de Moçambique, com altar em talha dourada trabalhado em Goa). Acresce o facto de que algumas ruínas estão a ser pilhadas de madeiras e pedras trabalhadas, alegadamente para uso em restauros em curso na Ilha.

#### **3.3.2. Património Natural**

Em termos paisagísticos a zona de protecção padece de alguns problemas de poluição, sendo igualmente preocupante a sua ocupação descontrolada com habitações tradicionais, que já se iniciou na costa, nomeadamente em Jembesse e Sanculo. A construção de casas de férias e o complexo turístico na duna primária da Cabaceira, juntamente com o trânsito de veículos e respectivas consequências, poderão vir a provocar perturbações significativas, com consequências ambientais graves para a baía.

#### **3.3.3. Património Subaquático**

De acordo com o PDIM, foram descobertos, desde o ano 2000, vários sítios de vestígios de navios naufragados, tendo sido feitas, pela empresa Arqueonautas Worldwide S.A./Património Internacional SARL, duas escavações e estando duas outras em curso. Apesar do elevado número de descobertas, apenas 14 sítios (estações arqueológicas) aparecem referenciadas nos documentos oficiais. A esta limitada informação sobre o património subaquático acresce que, mesmo relativamente aos sítios dos quais alguma informação foi disponibilizada, ela não inclui quaisquer dados sobre o respectivo estado de conservação *in situ* (especialmente dos dois sítios já escavados, mas também dos 35 prospectados), nem qualquer plano de monitorização e gestão de cada um deles. Elementos

do património etno-arqueológico náutico tradicional (certos tipos de embarcações tradicionais da região) ainda existem na Ilha de Moçambique não havendo para já perigo relativo ao seu desaparecimento (CESO-CI 2009).

### **3.4. Uso corrente do Património Imóvel**

A Cidade de Pedra e Cal é actualmente um repositório histórico do passado. A função da maioria das casas dos bairros da Cidade de Macuti continua ser a habitação, mas os bairros estão agora sobre ocupados e com condições de vida deploráveis. As zonas comerciais dos bairros mantêm as suas funções e actividades, que lhes dão um carácter genuíno. As funções das faixas costeiras estiveram sempre ligadas ao mar com as suas embarcações de mercadorias e de pesca. No geral as praias foram invadidas por mercados informais e lixeiras e são usadas também para o fecalismo a céu aberto. As funções das ruas e praças para circulação pedonal ou por veículos ligeiros, comunicação e recreação, estão agora ameaçadas pela circulação e estacionamento de carros e motorizadas, mercados informais e lixeiras.

Para a revitalização da cidade há, portanto, uma necessidade imediata de se encontrarem novas funções para a vida urbana sem afectar a qualidade dos edifícios como testemunho do passado e no seu valor de conjunto. É preciso refuncionalizar<sup>11</sup> parte significativa do património construído da Ilha, principalmente da Cidade de Pedra e Cal, de modo a tornar o seu uso actual relevante para os Ilhéus. Uma avaliação mais detalhada da relação entre o uso e o estado de conservação do edificado mais emblemático da Ilha é apresentada na tabela em anexo 3.

### **3.5. Práticas correntes relativas a Conservação do Património**

Com a prioridade dada às áreas de educação, saúde e desenvolvimento económico e social e com um Orçamento Geral do Estado, ainda sustentado pela cooperação internacional, é natural que o país tenha que optar por uma estratégia de financiamento da conservação do património através de *lobbies* e atracção de investidores privados. Assim foram atraídos alguns parceiros internacionais (UNESCO, PNUD, SIDA/SAREC, NORAD, BAD, UE, IPAD, ASDI, DANIDA, Cooperação Suíça, etc.) e mobilizados recursos financeiros e técnicos em prol da salvaguarda do Património da Ilha de Moçambique ao longo dos anos.

---

<sup>11</sup> Reorganização espacial do interior de edifícios que outrora tenham tido outras funções. São igualmente necessárias várias acções de carácter administrativo, espacial e construtivo para transformação do uso dos edifícios ou conjunto de edifícios.

Contudo, apesar da adopção de um quadro legal sobre a protecção do Património Cultural (Lei no 10/88; Decreto no 27/94; Decreto n.º 27/2006; Resolução 12/2010), que define as regras com vista a um tratamento adequado do Património Cultural por parte do Estado e da sociedade, bem como da criação de gabinetes de conservação na Ilha (GTRIM em 1994 e GACIM em 2006), a Ilha ressentia-se ainda da falta de um Plano de Conservação e Gestão que definia estratégias claras para a conservação integrada e gestão sustentável do Sítio e sobretudo para garantir uma boa coordenação entre os seus vários intervenientes. De facto, os numerosos projectos e iniciativas levados a cabo na Ilha resultaram num grande número de estudos e recomendações, mas quase não são implementados em termos de obras concretas de restauro e conservação do património construído.

O Património edificado abandonado, ou nacionalizado depois da Independência Nacional, estava a cargo da Administração do Parque Imobiliária do Estado (APIE). Edifícios que constituem unidades arquitectónicas foram subdivididos e arrendados parcialmente a inquilinos sem capacidade técnica e financeira para garantir a sua manutenção e não beneficiaram de qualquer manutenção por parte do APIE. Grande parte desse património chegou ao estado de ruína quase completa. Reconhecendo a incapacidade de manutenção de grande parte dos imóveis nacionalizados, procedeu-se à sua alienação, segundo uma tarifa geral que deu pouco ou nenhum valor à dimensão histórica do património alienado. Adicionalmente o património passou para a posse de pessoas singulares que por incapacidade económica ou por ver o património apenas como objecto de especulação, não têm mantido os edifícios num estado de conservação desejável.

Apesar do panorama geral de degradação das construções é de assinalar algum movimento de reabilitação do património edificado, geralmente, realizado sem modificar arbitrariamente as construções e adoptando mesmo as tecnologias tradicionais adequadas e respeitando-se, a aparência e o traçado originais. Uma obra verdadeiramente exemplar de restauro ocorreu, recentemente, na Casa Girassol, fruto da cooperação entre os Municípios da Ilha de Moçambique e da Cidade de Bergen, com o apoio do Reino da Noruega. No âmbito da conservação, reabilitação e restauro, várias infra-estruturas foram melhoradas, destacando-se entre outras, a ponte que liga a Ilha ao continente (Lumbo), a reabilitação da Escola de Artes e Ofícios da Ilha com a valiosa contribuição da Comunidade Europeia; a reabilitação dos Museus da Ilha com financiamento da Noruega e da Dinamarca. Como responsabilidade directa do Ministério da Cultura para com o património edificado da Ilha, a maior atenção tem sido dada ao principal monumento da Ilha que é a Fortaleza de São Sebastião.

### **3.5.1. Conservação do Património Imóvel**

#### **a) Propriedade de instituições do Estado**

Em geral pode dizer-se que as instituições do Estado não cuidam do seu património edificado. A manutenção de rotina é relegada em muitos casos a pessoal auxiliar, sem os meios necessários técnicos ou orçamentais. Não existe uma tradição de manutenção regular dos edifícios do Estado, mas sim o hábito de intervenções de reabilitação apenas depois de longos períodos de abandono e degradação. O património histórico da Ilha entregue a instituições do Estado não escapa à regra. De facto, a seguir ao grupo de edifícios abandonados, é neste grupo de edificações que se encontram os piores casos em termos de estado de conservação. Esta situação é ainda agravada pela sob utilização dos edifícios e conjuntos onde o actual uso não preenche o espaço construído para as actividades de outros tempos, e pelo alojamento precário de funcionários e pessoal auxiliar nos espaços inutilizados, em condições precárias e desumanas de habitação.

Os edifícios que albergam os serviços da Administração Distrital, que incluem algumas das grandes feitorias do século XVIII, edifícios de alto valor histórico, encontram-se, assim, num estado de degradação acelerada. Como forma de atenuar estes problemas que resultam no abandono do património edificado, uma carta circular foi produzida pelo GACIM, com apoio da DINAC e aconselhamento da missão de consultoria do ICOMOS, em 2007, a qual chamava atenção sobre a obrigatoriedade dos seus depositários deverem manter os imóveis que lhes pertencem. Existe uma proposta de Lei feita pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação para colmatar este cenário, aguardando-se a sua aprovação e publicação.

Após a criação do GACIM, em 2006, formalizou-se a entrega da gestão dos imóveis da Ilha de Moçambique pelo APIE ao GACIM (Despacho nº 7/2008), tendo sido transferidos 125 edifícios. Esta entrega, no entanto não teve qualquer efeito positivo pois, tal como o APIE, o GACIM não tem nem a capacidade técnica nem orçamental para a manutenção dos imóveis entregues e alguns já estão em ruínas pois o fundo de receitas dos edifícios arrendados é insignificante. De facto, mesmo alguns dos edifícios que foram objecto de obras no passado recente (por exemplo a Casa Girassol em 2006) já exibem efeitos de degradação, e as instituições de tutela parecem pouco poder fazer para inverter a situação. A situação de manutenção dos edifícios de propriedade do Conselho Municipal não difere em nada da dos edifícios que são propriedade das instituições do Estado.



## **b) Propriedade em uso ou posse privada**

O património de posse e uso privado na Cidade de Pedra e Cal é, como se poderia esperar, o património que sofreu menos degradação. O contínuo uso e hábito de manutenção do património, que tem um valor e é um factor de segurança na vida do dono ou utilizador, que assegura, normalmente uma manutenção mínima adequada, e, nalguns casos, sem grandes alterações da sua autenticidade histórica. O património edificado da Cidade de Macuti de uso e posse privada constitui a maior parte das casas. Este património sofreu alguma degradação durante o conflito armado pela pobreza generalizada da população e pela superlotação das casas, com a chegada de muitas famílias, vindas do continente para a Ilha, em busca de refúgio e segurança.

A pobreza e a falta de alternativas de emprego faz com que as casas sejam, em grande parte alugadas a pescadores vindos de Nacala e outras regiões e a pessoas não residentes tradicionais em busca de emprego, tornando-se em dormitórios, sem condições mínimas de habitabilidade. Verifica-se, contudo, uma tendência recente de reabilitação de casas familiares por pessoas com algum poder económico. Nestes casos trata-se muitas vezes da demolição da casa antiga construída com materiais tradicionais e a sua substituição e ampliação por construção convencional de baixo custo (blocos de cimento com cobertura em chapas de zinco). Esta tendência está a alterar algumas das características tradicionais da paisagem urbana da Cidade de Macuti, com a consequência de que nalgumas zonas (Marangonha, Areal e Quirahi) as casas de macuti estão rapidamente a desaparecer.

Os edifícios adquiridos recentemente, sobretudo por forasteiros, quer nacionais quer estrangeiros, para uso como casa de férias ou exploração turística, são, em geral, submetidos a uma reabilitação profunda, que, em nalguns casos significa um restauro com respeito pelas boas práticas de conservação e pelos critérios consagrados pela UNESCO, mas, nalguns outros, uma remodelação destrutiva em relação às características históricas dos imóveis.

### **3.5. 2. Conservação do Património Subaquático**

As principais actividades dirigidas ao Património Cultural subaquático da Ilha têm sido levadas a cabo pela Arqueonautas Worldwide S.A./Património Internacional SARL, desde 1998, após contracto de concessão – Contrato de Pesquisa em Arqueologia Subaquática. Apesar da limitada informação sobre as práticas referentes à conservação do património subaquático da Ilha, facto é que a Arqueonautas Worldwide/Património Internacional tem-se dedicado à exploração comercial do Património Cultural subaquático da Ilha. Importa

igualmente referir que no âmbito das actividades da Arqueonautas Worldwide/Património Internacional, foi já vendida em leilão internacional uma importante colecção de objectos do Património Cultural subaquático da Ilha de Moçambique. Ademais, relatórios de duas missões de avaliação da UEM aos trabalhos da Arqueonautas Worldwide/Património Internacional colocam reservas relativamente aos processos de pesquisa e metodologias científicas utilizadas, assim como as implicações negativas derivadas da comercialização dos objectos arqueológicos recolhidos. Contudo, esta empresa possui uma licença para exploração arqueológica atribuída pelo Governo.

A Convenção da UNESCO de 2001, sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, estabelece princípios de boas práticas que devem orientar a conservação do património subaquático da Ilha de Moçambique. De acordo com esta Convenção, a preservação *in situ* do Património Cultural subaquático deve ser considerada como a primeira opção antes de ser autorizada ou iniciada qualquer actividade dirigida a este património. A mesma Convenção reitera que o Património Cultural subaquático não deve ser objecto de exploração comercial (UNESCO 2001). Assim, afigura-se importante a ratificação desta Convenção por parte do Governo de Moçambique como uma das medidas primordiais para uma protecção efectiva do património subaquático não só da Ilha de Moçambique, mas de todo território nacional. A decisão sobre a adopção desta Convenção pelo Governo de Moçambique foi já tomada pelo então Ministério da Educação e Cultura ouvido o Conselho Nacional do Património Cultural.

### **3.6. Autenticidade e Integridade do património da Ilha de Moçambique**

Os bens inscritos na Lista do Património Mundial devem satisfazer as condições de autenticidade e integridade. A nomeação da Ilha de Moçambique considera que a autenticidade e a integridade da Ilha são expressas pela “admirável unidade arquitectónica da Ilha derivada da utilização ininterrupta das mesmas técnicas com os mesmos materiais e os mesmos princípios decorativos” (ICOMOS 1990). Contudo, ao se ter em conta as mudanças que ocorreram na Ilha, desde a inscrição do Sítio em 1991, afigura-se pertinente reflectir sobre a forma de preservar a sua autenticidade no presente. De acordo com o Guia Operacional da UNESCO para a implementação da Convenção de 1972, “pode-se considerar que os bens satisfazem as condições de autenticidade se os seus valores culturais estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais: situação e enquadramento, forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão e outros factores internos e externos” (UNESCO 2008: Paragrafo 82). A análise sobre a autenticidade e integridade da Ilha de Moçambique

que a seguir se apresenta baseia-se na estrutura plasmada no Guia Operacional da UNESCO de 2008.

### **Situação e enquadramento**

A paisagem natural (Ilha e a Baía envolvente) que atraiu as comunidades africanas, navegadores e comerciantes estrangeiros ao longo de séculos apresenta-se, ainda hoje, no seu contexto e cenário (paisagem natural) originais. A morfologia urbana, resultante da fusão cultural durante mais de cinco séculos, que levou a uma organização específica do espaço (funções específicas atribuídas às diferentes partes da Ilha ao longo dos séculos de ocupação) ainda continua visível no território. Esta morfologia urbana única pode ser contemplada a vários níveis: a baía e a Ilha; a cidade de Macuti e a cidade de Pedra e Cal; as diferentes áreas de utilização (administrativa, comercial, pesqueira, religiosa, etc.); a cidade ‘nobre’ e a antiga pedreira.

### **Forma e concepção**

A maior parte dos edifícios que tinham uma função administrativa, comercial ou militar (principalmente na cidade de Pedra e Cal), mantêm a sua forma e representam em termos conceptuais a estrutura arquitectónica do seu período de construção, conforme ilustram os fortes, as igrejas, as mesquitas, o hospital, a capitania, a alfândega, o mercado, as lojas e armazéns, assim como uma considerável parte das casas modestas que compõem o tecido urbano da Ilha. Contrariamente à Cidade de Pedra e Cal cuja tradição construtiva assegura a longevidade dos edifícios, as residências modestas na cidade de Macuti tem uma vida relativamente curta, sobretudo por causa da cobertura. Embora algumas habitações tenham mudado em termos do uso dos materiais, como reflexo das diferentes influências, do desenvolvimento político-económico e da legislação colonial referente às construções na Ilha, muitas habitações mantêm ainda a sua forma e concepção espacial.

O êxodo populacional de e para a Ilha (logo após a Independência Nacional e durante a guerra de desestabilização, assim como os constrangimentos relativos à conservação resultantes da dificuldade de resposta às necessidades básicas da população (aumento do número de quartos na casa que leva à ocupação progressiva e paulatina do espaço público) afectaram o aspecto físico (conjunto urbano) e socioeconómico da Ilha de Moçambique. Como resultado, à excepção de alguns casos (na cidade de Pedra e Cal) em que as intervenções seguem os princípios de conservação, alguns espaços públicos estão abandonadas ou ocupados ilegalmente, como é mais crítico na cidade de Macuti.

## **Materiais e substância**

Grande parte dos edifícios e dos espaços públicos na cidade de Pedra e Cal são ainda constituídos pelo material usado quando foram construídos apesar da crescente perda ou ausência de elementos construtivos como as antigas portas e janelas. Contudo, algumas alterações no seu uso, não têm dado importância à sua expressão histórica. Na cidade de Macuti, por força dos regulamentos da administração Portuguesa (em 1866, 1868, 1894 e 1897), as casas passaram a ter de ser feitas com base em materiais locais (tradicionais): *pau a pique* maticado e cobertura em macuti. Actualmente é já significativa a substituição dos materiais construtivos tradicionais (*pau a pique* e macuti) por materiais industriais (bloco de cimento e chapa de zinco). Contudo, somente uma inventariação e análise cuidadosa da situação na Cidade de Macuti permitirá perceber em que medida as casas (tradicionais) continuam a satisfazer, ou não, as aspirações dos utilizadores.

## **Uso e função**

Com a entrada em funcionamento do porto de Nacala (1951), a Ilha perdeu uma parte do papel que tinha, deixou de ser o grande centro comercial na região. No entanto, continua a ser, à escala local, um importante entreposto comercial como é testemunhado pela intensa actividade na costa (zona portuária) e no mercado ligado à pesca. A Ilha continua a ser o local de encontro de culturas como testemunham as diferentes identidades culturais (nacionais e estrangeiras) que vêm contribuindo para o seu desenvolvimento. Por outro lado, a Ilha deixou de ser, desde a transferência da capital para então Lourenço Marques em 1898, um centro administrativo à escala do território. Consequentemente a zona administrativa da Ilha deixou de ter a mesma função e importância. Contudo, as zonas residenciais e comercial continuam activas.

## **Tradições, técnicas e sistemas de gestão**

Para além do seu vasto património monumental, manifestações como rezas, cantares e danças (*tufo*, *ntsope* e *mualide*), adornos, enfeites e vestuário, técnicas de beleza (o famoso mussiro ou *m'siro*, máscara de beleza), práticas culinárias (conserva tradicional e doméstica de mariscos), a medicina tradicional e mezinhas, tradições e lendas, língua local (*nahara*), constituem parte integrante das tradições ainda vivas na Ilha. Conta igualmente o conhecimento das técnicas tradicionais de construção (casas de *pau-pique* e *macuti*), de pesca artesanal e de construção naval (canoas de influência oriental e os barcos forrados de casca de árvore).

Perderam-se as tecnologias do trabalho em pedra coral (já antes da independência com a introdução de ferro e cimento armado) que se tentam reintroduzir através de estudos da FAPF e da capacitação das artífices em Lamu e Zanzibar. Contudo, no geral, pode-se dizer que parte destes conhecimentos e técnicas encontram-se em perigo de desaparecer por força de influências mais gerais e por falta de capacidade institucional para a revitalização de tais técnicas tradicionais. No entanto, experiências na Ilha de Moçambique mostram que a formação de atracões em qualquer técnica não assegura por si só o seu auto-emprego pela prática dessas mesmas técnicas. Uma experiência positiva que se regista recentemente é o facto do projecto de reabilitação da Fortaleza São Sebastião permitir o ensino de técnicas de restauro do património a mais de uma centena de jovens da Escola de Artes e Ofícios que usam os conhecimentos adquiridos para prestar serviços nos diversos edifícios históricos da Ilha de Moçambique a necessitar de intervenção.

## **Conclusão**

A Ilha de Moçambique continua a exprimir com autenticidade os seus valores culturais, principalmente a nível da paisagem natural, do conjunto urbano, do património intangível e, com algumas ameaças sérias, a nível do seu património edificado. Esta autenticidade está, contudo, em grande risco de ser fortemente comprometida quer a nível do património edificado quer a nível do conjunto urbanístico, se não forem tomadas medidas concretas para a melhoria das condições de vida na Cidade de Macuti, sempre com estrita observância dos princípios gerais de conservação, e com o controlo efectivo do desenvolvimento da cidade de Pedra e Cal e Macuti, através da implementação efectiva de planos de urbanização e de outros meios legais e estratégicos. No entanto esta situação pode ser ainda positivamente invertida, sendo este o grande desafio, o e implementar o presente Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique.

### **3.7. Ameaças à Conservação da Ilha**

#### **Degradação acelerada do Património Edificado**

O arrastamento *ad infinitum* do processo de degradação infra-estrutural, arquitectónica e sanitária, torna extremamente pesado e oneroso qualquer projecto de recuperação da Ilha. Pormenores e elementos construtivos dos edifícios, vão desaparecendo devido a acelerada degradação e a pilhagem das madeiras para serem utilizadas como combustível. Acresce que os materiais habitualmente usados nas construções da Cidade de Pedra e Cal (coral e cal queimada localmente para as alvenarias, e madeira de mecusse e de mangal para as vigas, pavimentos e caixilharias) escasseiam no mercado local. Nos bairros da Ponta da Ilha (de técnica de construção tradicional africana, com utilização de pedras de pequena dimensão e barro), escasseiam, igualmente, os mesmos materiais de madeira e também as folhas secas de coqueiro (macuti) para as coberturas. Ademais, há uma enorme carência de operários especializados que dominem as técnicas de construção antigas, caídas em desuso, para a intervenção no património (CESO-CI 2009).

#### **Pressão demográfica**

Os cerca de 6.837 habitantes que, em 1980, viviam na parte insular (ambiente urbano) do Distrito da Ilha de Moçambique aumentaram agora para 13.350 habitantes (de acordo com os dados do censo de 2007), habitando uma área de aproximadamente 1 km<sup>2</sup>, o que significa uma densidade populacional muito alta (CMIM 2006<sup>a</sup>; INE 2007). Esta densidade agrava-se na cidade de Macuti, onde se verifica um progressivo parcelamento do espaço disponível privado e público para novas habitações e subdivisão das habitações já existentes, acompanhadas pelo aumento dos subalugueres. Na zona de Macuti, é usual uma casa com quatro compartimentos ser partilhada por 4 famílias (Nguirazi 2008). Verifica-se portanto uma saturação e progressiva degradação das infra-estruturas e espaços comuns face à crescente pressão demográfica que coloca sérios desafios à conservação do património da Ilha. A crescente demanda de habitação significa que as casas de macuti existentes na área estão em crescente perigo de alterações e de mudanças no sentido de uma pior condição de habitabilidade.

#### **Saneamento**

A Ilha tem um grave problema de saneamento e drenagem das águas pluviais, especialmente na Cidade de Macuti. Uma parte das casas estão construídas abaixo do nível médio do mar o que leva os habitantes desta zona, a não abrirem muitos aterros sanitários ou latrinas melhoradas para o seu uso. Tais situações têm trazido consequências dramáticas a todos os níveis, como são, a proliferação do fecalismo a céu aberto e a deposição do lixo

de diferentes origens junto às praias e nas ruínas. É igualmente preocupante o caso de alguns edifícios que utilizam sanitários públicos com canais de escoamento a céu aberto descarregando directamente na praia, com os efeitos negativos previsíveis sobretudo em períodos de maré-baixa.

### **Pobreza e falta de informação**

A conservação do Património Mundial da Ilha de Moçambique depende do desenvolvimento sustentável dos seus habitantes, não só na área classificada como Património Mundial, como também da região continental. É lógico assumir, portanto, que a pobreza em que vive a maior parte dos ilhéus é provavelmente a maior ameaça à conservação da Ilha de Moçambique como Património Mundial. A comunidade não participa activamente na conservação devido às suas necessidades básicas que se constituem a sua preocupação quotidiana constante. A falta de recursos impossibilita igualmente os moradores em geral de levarem a cabo acções de reabilitação criteriosas dos edifícios com valor histórico de que são em muitos casos proprietários. O mesmo se aplica a muitos dos proprietários não residentes.

### **Problemas e desafios de coordenação entre os intervenientes**

Apesar das várias iniciativas de reabilitação do património e de apoio ao município por parte dos vários parceiros de desenvolvimento da Ilha, existe ainda uma falta de coordenação das diversas iniciativas estatais e público-privadas que constitui uma das ameaças para a gestão efectiva da Ilha. No entanto, o Governo de Moçambique tem vindo a envidar esforços para assegurar a coordenação de iniciativas dos parceiros no Sítio. São alguns exemplos a realização de seminários sucessivos de coordenação em 2006 e 2007, levadas a cabo por iniciativa do Governo, com apoio de parceiros de cooperação, incluindo a UNESCO. Salienta-se o facto de estar em criação um Comité Interministerial de Coordenação sobre a Ilha de Moçambique, que contará com apoio das Nações Unidas. O presente Plano de Gestão irá reforçar esta coordenação.

## **4. PROTECÇÃO E GESTÃO**

### **4.1. Quadro Institucional referente a Conservação da Ilha**

Em Moçambique existe uma legislação de protecção do património para o país, como um todo, e outra mais específica sobre a Ilha de Moçambique. Esta legislação abrange tanto o Património Cultural (leis, regulamentos e políticas), como o natural ou ambiental (planeamento e o ordenamento territorial, gestão do solo urbano e águas marinhas), sendo aplicável para as acções de conservação, turismo e outras áreas conexas. A Ilha dispõe ainda de um Estatuto Específico, além de ser protegida pela Convenção do Património Mundial da UNESCO. O quadro institucional local é constituído pelo Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMIM), pelo Governo Distrital da Ilha de Moçambique (GDIM) e pelo Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM). A este quadro administrativo junta-se a sociedade civil, que se encontra organizada sob várias formas. No seu conjunto, as principais características deste quadro particularmente complexo são sintetizadas de seguida.

#### **4.1.1. Conselho Municipal da Ilha de Moçambique**

A Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, institucionaliza as Autarquias como forma de poder local (Artigo 272). A 31 de Maio de 1997, pela Lei n.º 10/97, foi criado o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique, sendo composto pela parte insular e pelo Posto Administrativo do Lumbo. As atribuições desta autarquia compreendem:

- Desenvolvimento económico e social local;
- Meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida;
- Abastecimento público;
- Saúde;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Polícia municipal;
- Urbanização, construção e habitação.

#### **4.1.2. Governo do Distrito da Ilha de Moçambique**

O Decreto n.º 11/2005 de 10 de Junho, aprova o Regulamento da Lei n.º 8/2003 dos Órgãos Locais Estatais (LOLE). Em consonância com a LOLE, o Distrito da Ilha de Moçambique compreende a região insular e o Posto Administrativo do Lumbo (parte continental), com um Administrador Distrital. O Governo Distrital da Ilha de Moçambique é composto pelos seguintes órgãos:



- Secretaria Distrital;
- Gabinete do Administrador Distrital;
- Serviços Distritais;
- Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas;
- Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia;
- Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social;
- Serviço Distrital de Actividades Económicas;
- Serviço Distrital do Turismo e da Pesca.

Independentemente da autoridade municipal da Ilha, existem ainda os Museus da Ilha de Moçambique e a Administração Marítima, que possuem estatutos específicos. A Administração Marítima subordina-se à Direcção Provincial dos Transportes e Comunicações de Nampula (DPTCN).

#### **4.1.3. Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique**

O Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) foi criado pelo Decreto n.º 28/2006 do Conselho de Ministros. O mesmo diploma define como áreas sectoriais de intervenção do GACIM, a protecção arquitectónica, histórica e arqueológica e a protecção ambiental e o turismo cultural. Para efeitos da prossecução das competências estipuladas na última alínea, a APIE procedeu, em Abril de 2008, à transferência formal para o GACIM de 125 imóveis da Ilha de Moçambique que se encontravam sob sua gestão. As receitas resultantes da gestão dos contratos de arrendamento em questão passaram a reverter a favor do GACIM. Por sua vez, o Decreto n.º 27/2006 de 13 de Julho, que define o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique, assegura a aplicação das normas da UNESCO relativas à protecção do Património Mundial. Nesse sentido, este Estatuto estabelece as regras e mecanismos de articulação e coordenação entre os diferentes intervenientes no processo de desenvolvimento e conservação da Ilha e promoção do investimento nacional e estrangeiro na região.

Não obstante, as competências do CMIM na área de gestão do espaço urbano, ao abrigo do Estatuto Específico da Ilha de Moçambique, com a criação do GACIM, este passam a assumir funções ao nível da conservação, restauro e edificação do património. Assim, passou a ser necessária a autorização/ aprovação prévia do GACIM para:

- A execução de projectos de conservação, restauro e protecção do Património Cultural;
- A realização de modificações, internas ou externas, às características arquitectónicas do património edificado;

- A utilização de material diferente do original e a introdução de elementos estranhos na arquitectura;
- A construção e reconstrução de edifícios.

É, por outro lado, necessário o parecer favorável do GACIM para a autorização da ocupação duradoura e permanente dos espaços públicos, nomeadamente com toldos, alpendres, vitrinas e guarda-ventos.

#### **4.1.4. Sociedade Civil**

As organizações e associações profissionais e culturais constituem um elemento incontornável do quadro institucional, social, cultural e económico da Ilha. De entre estas organizações, destacam-se, pela sua importância na sociedade civil e pelo seu número, as oito confrarias religiosas existentes, todas elas islâmicas, reflectindo a importância da tradição religiosa e cultural muçulmana. São organizações centrais na vivência da grande maioria da população da Ilha. Igualmente, com elevado número de associados, são os agrupamentos ou associações culturais da Ilha de Moçambique, ligados à expressão artística musical. Estas associações constituem-se também em redes de solidariedade corporativa e são, frequentemente, um veículo de mobilização social e política, dada a proximidade dos grupos com uma ou outra força partidária.

Complementarmente, existem associações ligadas à promoção do desenvolvimento da Ilha de Moçambique, como a Associação Watana Wamiravo, a Associação Olaleia, Associação dos Pequenos Empresários de Turismo da Ilha de Moçambique e a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique. Esta última é, indubitavelmente, a de maior visibilidade na região, cruzando-se, frequentemente, de uma forma ou de outra, com iniciativas e projectos em curso. Assim, não obstante algumas carências, o movimento associativo da sociedade civil na região da Ilha de Moçambique é rico e diversificado, com características que potenciam o seu desejável envolvimento no processo de gestão, conservação e desenvolvimento da Ilha. Nas associações de carácter socioprofissional destaca-se a Associação dos Pescadores da Ilha de Moçambique.

#### **4.2. Principais Instrumentos Legais referentes à Conservação da Ilha de Moçambique**

O quadro institucional e administrativo acima apresentado rege-se pelos vários instrumentos legais (para além dos apresentados) para diferentes áreas importantes da conservação do património da Ilha de Moçambique, como ambiente e turismo.

#### 4.2.1. No domínio da Gestão do Território

Os principais instrumentos existentes no domínio da gestão do território são:

- Lei nº 19/97 de 1 de Outubro – **Lei de Terras**, a qual estabelece que a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma, alienada, hipotecada ou penhorada (Artigo 3). A lei atribui competências aos Presidentes dos Conselhos Municipais e de Povoação e aos Administradores do Distrito, nos locais onde não existam órgãos municipais, para autorizar pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização e desde que tenham serviços públicos de cadastro. A lei considera zonas de protecção parcial (entre outras), a faixa da orla marítima e no contorno de Ilhas, baías e estuários, medida da linha máxima da praia-mar até 100 metros para o interior do território (artigo 8). Nas zonas de protecção total e parcial não podem ser adquiridos direitos de uso e aproveitamento da terra, podendo, no entanto, ser emitidas licenças especiais para o exercício de actividades determinadas.
- Decreto nº 60/2006 de 26 de Dezembro – **Regulamento sobre a Gestão do Solo Urbano** respeitante ao regime de uso e aproveitamento da terra nas áreas de cidades e vilas. De acordo com este regulamento, o serviço de cadastro de terras é gerido pelos órgãos locais (artigo 1). Os planos de ordenamento das cidades, vilas e dos assentamentos humanos ou aglomerados populacionais, classificam-se em Plano de Estrutura Urbana; Plano Geral e Parcial de Urbanização e Plano de Pormenor.<sup>12</sup>
- Lei nº 19/2007 de 18 de Julho - **Regulamento sobre o Planeamento e Ordenamento Territorial**. Este Regulamento atribui a competência do Governo Distrital para a elaboração e aprovação dos instrumentos de ordenamento territorial (planos) ao nível distrital (artigo 13). Nas autarquias, os Planos do território são elaborados e aprovados pelos órgãos competentes para o efeito (artigo 13).
- **Código das Posturas Municipais de 2006**: as Posturas sobre o Património Material do Sítio do Património Mundial da Ilha de Moçambique são, na essência, um código de posturas municipais que regem as suas acções de direcção e monitoria no território do Município, nomeadamente no quadro do saneamento, meio ambiente e cemitérios; publicidade, vias públicas, transporte e trânsito; mercados e actividades económicas; cultura e diversão pública; construção e urbanização;

---

<sup>12</sup> O **Plano de Estrutura Urbana** estabelece a organização espacial da totalidade do território do município (...) as infra-estruturas e os equipamentos sociais existentes. O **Plano Geral e Parcial de Urbanização** é instrumento de *gestão territorial* de nível municipal. O **Plano de Pormenor** define *com detalhe a tipologia de ocupação* de qualquer área específica do centro urbano pronunciando-se sobre os usos *do solo e condições gerais de edificações* (Decreto nº 60/2006).

conservação e restauro do património edificado; impostos, licenças, taxas e multas. O Código das Posturas Municipais está actualmente em revisão.

#### 4.2.2 No domínio da Cultura

Os principais instrumentos no domínio da cultura são:

- Convenção da UNESCO para a **Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972**. Na qualidade de Estado Parte da Convenção de 1972, Moçambique compromete-se a assegurar a identificação, protecção, conservação, apresentação do Património Cultural e natural situado no seu território, transmitindo o seu legado às futuras gerações. Neste contexto, o Estado Moçambicano é responsável pela gestão e monitoria da Ilha de Moçambique, devendo preparar e submeter relatórios sobre o estado de conservação do sítio ao Centro do Património Mundial.
- Convenção da UNESCO para a **Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003**. A principal finalidade desta Convenção é salvaguardar o Património Cultural imaterial. Assim, a salvaguarda do património por parte dos Estados Parte inclui a adopção de medidas que visam assegurar a viabilidade da conservação do Património Cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, protecção, promoção, valorização, transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste património.
- Convenção da UNESCO sobre a **Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005**. Em conformidade com o seu objectivo principal – a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais – a Convenção busca criar um ambiente conducente à afirmação e à renovação da diversidade de expressões culturais em benefício de todas as sociedades. Um dos objectivos fundamentais da Convenção é “reafirmar os direitos soberanos dos Estados quanto a manterem, adoptarem e implementarem as políticas e medidas que julguem apropriadas à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais nos seus territórios” (UNESCO 2005: Art 1). A Convenção promove a interacção entre participantes individuais e institucionais na partilha de responsabilidades e em nome da diversidade das expressões culturais.
- A Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro sobre a **Protecção do Património Cultural** determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural moçambicano. Esta lei aplica-se a todos os bens do Património Cultural em geral, quer estejam na posse do Estado e dos organismos de direito público, quer sejam propriedade privada, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respectivos titulares. A lei estabelece também os termos de defesa e protecção dos

bens culturais de outros países existentes em Moçambique, tendo em conta as obrigações decorrentes da aplicação do princípio da reciprocidade.

- O Decreto nº 27/94 de 20 de Julho sobre o **Regulamento de Protecção de Património Arqueológico**. Este regulamento define conceitos relativos à conservação do património arqueológico e os procedimentos com vista a obtenção de licenças para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional.
- A Resolução nº 12/2010 de 27 de Abril sobre a **Política de Monumentos** tem como objecto a preservação e valorização de Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública. Abrange os monumentos, conjuntos e sítios, de acordo com o critério de valor local, nacional ou universal que estes bens representam.

#### **4.2.3. Noutros domínios**

Nos outros domínios conexos às problemáticas das várias áreas com impacto directo e/ou indirecto sobre o património da Ilha de Moçambique, existem igualmente vários instrumentos legais referentes, por exemplo, ao meio ambiente (Lei nº 20/97 – Lei do Ambiente; Decreto nº 45/2006 - Regulamento para a Prevenção da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho Costeiro), obras públicas (Decreto nº 2/2004 - Regime de Licenciamento de Obras Particulares), e turismo (Lei nº 4/2004 - Quadro Legal para o Fomento e Exercício das Actividades Turísticas; Decreto nº 44/2006 - Regulamento de Mergulho Amador).

#### **4.3. Efectividade do Quadro Legal e Institucional na Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique**

A coordenação interinstitucional dos diferentes actores com responsabilidades pela gestão e desenvolvimento da região da Ilha de Moçambique encontra-se prevista em diversos instrumentos legais:

- A LOLE (Artigo 12) define a coordenação dos planos, programas, projectos e acções dos órgãos locais do Estado com os órgãos das autarquias locais, a nível do respectivo território;
- O Estatuto Específico da Ilha de Moçambique (Artigos 2, 4, 5, 6, 7, 9 e 14), que tem como um dos seus objectivos específicos definir as regras de articulação e coordenação entre os diferentes órgãos do Governo para o desenvolvimento integrado e conservação sustentável da Ilha de Moçambique, estabelece:

- A articulação entre o GACIM e o CMIM no quadro da conservação, restauro e protecção de património e da ocupação permanente ou duradoura do espaço público;
- A articulação entre o GACIM e o Governo Distrital, e entre estes e a sociedade civil, para a realização de programas de educação ambiental e patrimonial (CESO-CI 2009).

O Estatuto Orgânico do GACIM realiza a coordenação da sua actividade, a nível local, com o Governo Distrital, o CMIM e demais instituições (Artigo 18). Possui uma Comissão Técnica (Artigos 14 a 16) que tem como competências aconselhar o GACIM sobre o conteúdo de programas, que contribuem para a informação actualizada do decurso dos programas e projectos de conservação na Ilha, sob tutela dos vários intervenientes.

Contudo, parece evidente haver um elevado número de autoridades institucionais na Ilha de Moçambique (GDIM, CMCIM, GACIM), em algumas situações, com posições divergentes, o que favorece zonas de confusão institucional e de vazio de capacidade de decisão. Na realidade, num cenário em que ao CMIM e GDIM, cujos âmbitos territoriais têm correspondência exacta, acresce uma terceira entidade com funções administrativas (GACIM). A articulação interinstitucional nem sempre ocorre de forma perfeita e sem conflitos. Isto deve-se, em parte, ao facto de que a legislação e regulamentação mencionada são insuficientes para a definição de mecanismos efectivos de coordenação. Acresce ainda uma aparente ausência de clareza na percepção da repartição de atribuições entre os diferentes intervenientes.

O CMIM é o actor principal na gestão do património histórico edificado da Ilha de Moçambique. A emissão de licenças para construção ou reabilitação de edifícios compete ao CMIM como também é da sua competência a manutenção dos espaços públicos e infra-estruturas urbanas. No entanto, não tem sido prática cumprir com as Posturas Municipais. Na resposta às tentativas do GACIM de introduzir regras sobre reabilitações e novas construções, em conformidade com o espírito da Convenção da UNESCO de 1972, as Posturas Municipais mostram-se insuficientes, provando assim, que tais pareceres não são vinculativos ou não são sempre respeitados.

A salvaguarda e defesa de valores estéticos, históricos e ambientais urbanos, sobretudo no que concerne ao uso e aproveitamento dos espaços vazios e desocupados, sejam eles públicos, comunitários tradicionais, semi-privados ou privados está a ser desrespeitada por tentativas de aproveitamento unicamente privado. Este facto reflecte não só mudanças

demográficas culturais mas, e sobretudo, uma grande ausência de autoridade. De facto a gestão do património na sua globalidade é realizada por muitos parceiros e por muitas vias sem coordenação ou controlo por parte do GACIM como responsável pela gestão do Património Cultural. A gestão duma grande parte dos edifícios em ruínas continua inexistente, ou não efectiva, de modo que estas são alvo de intervenções, que qualquer indivíduo ou instituição pode efectuar sem sanção.

Por outro lado, os instrumentos de implementação da Lei do Ordenamento do Território aos níveis do Distrito e do Município (planos de urbanização) ainda não estão elaborados e aprovados, o que significa que não existem critérios objectivos e estabelecidos para avaliação e aprovação de projectos que dizem respeito ao património histórico edificado na Ilha de Moçambique (subaproveitado ou em ruína). As autorizações para a refuncionalização dos edifícios têm sido dadas sem critérios efectivos, resultando numa crescente ocupação para fins recreativos privados (casa de férias) o que pode constituir uma ameaça ao equilíbrio de toda a cidade.

O Cadastro de Terras ao nível da cidade está incompleto, existindo somente alguns fragmentos não actualizados. O desconhecimento da situação económico-jurídica do solo urbano, e do seu tipo de ocupação, uso e aproveitamento impede a gestão efectiva do mesmo, o que tem dado origem a ampliações e novas construções privadas ocupando espaço público (sobretudo na Cidade de Macuti), tendo como resultado uma degradação e insalubridade crescentes do ambiente urbano. O CMIM tem emitido licenças de construção de carácter permanente na orla marítima em discordância com a Lei de Terras (Artigos 8, 9 e 11) o que ameaça o estatuto da Ilha como Património Mundial, pelo facto de não serem tidas em conta as regras de conservação inerentes. Por outro lado, a morosidade dos processos de transferência de propriedade e de DUAT têm atrasado muito a iniciativa privada disponível para a reabilitação dos imóveis e para o desenvolvimento económico e social da Ilha.

#### **4.4. Análise *SWOT*<sup>13</sup> referente a Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique**

O Plano aqui apresentado constitui um instrumento de planificação e orientação da gestão da Ilha de Moçambique, cujo objectivo é garantir a salvaguarda do significado cultural/valor universal excepcional do sítio; proteger a sua essência material e assegurar a sua integridade. Para que o mesmo alcance estes objectivos, torna-se necessário fazer uma análise sistemática das questões-chave relacionadas com a conservação da Ilha, através da

---

<sup>13</sup> Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças (*Strengths-Weaknesses-Opportunities-Threats*).

identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (SWOT). A análise SWOT que a seguir se apresenta centra-se não só na Ilha de Moçambique, enquanto objecto de análise, mas também no papel das principais instituições responsáveis pela gestão da Ilha de Moçambique, nomeadamente o CMIM e o GACIM, nas seguintes áreas:

- Quadro legal, institucional e recursos humanos para a conservação;
- Coordenação entre as instituições (CMIM e GACIM);
- Planeamento urbano, propriedade e uso do Património Imóvel;
- Conservação e técnicas construtivas;
- Promoção, valorização e educação;
- Desenvolvimento cultural e turismo.



**Tabela – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças na Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique**

| <b>QUADRO LEGAL, INSTITUCIONAL E RECURSOS HUMANOS PARA CONSERVAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Forças</b>                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Fraquezas</b>                                                                                                                                                                                                                                                       |
| A Ilha beneficia de um Estatuto Específico e possui Posturas Municipais.                                                                                                                                                                                                | Fraca implementação e obediência às normas instituídas sobre a conservação do património.                                                                                                                                                                              |
| Pressão institucional e monitoria por parte da UNESCO.                                                                                                                                                                                                                  | Percepção por parte da população de que os princípios e as regras de conservação constituem elementos de restrições que dificultam a vivência quotidiana.                                                                                                              |
| Existência de uma Comissão Técnica do GACIM que tem contribuído na gestão da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                                        | Escassez generalizada de recursos humanos qualificados, originando um deficiente desempenho na administração pública (por exemplo: emissão de licenças) por parte do CMIM.                                                                                             |
| Recente aprovação do qualificador profissional e quadro de pessoal do GACIM por parte do Governo Central.                                                                                                                                                               | Parte significativa do pessoal técnico do GACIM com insuficiente formação profissional em assuntos de gestão do Património Cultural.                                                                                                                                   |
| Reforço institucional do GACIM através da contratação temporária de dois arquitectos estrangeiros com o apoio do IPAD.                                                                                                                                                  | Falta de quadros técnicos efectivos no GACIM para assuntos referentes à conservação a vários níveis (análise de projectos arquitectónicos e arqueologia subaquática).                                                                                                  |
| Forte presença cultural na comunidade da Ilha.                                                                                                                                                                                                                          | Fraca coesão social entre os diferentes grupos culturais e religiosos.                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Oportunidades</b>                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>Ameaças</b>                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Ratificação da Convenção da UNESCO de 2001 sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático para uma protecção efectiva do património subaquático da Ilha.                                                                                                          | A inscrição da Ilha de Moçambique na Lista do Património Mundial em Perigo.                                                                                                                                                                                            |
| Existência de instituições não governamentais, nacionais e internacionais, baseadas na Ilha, comprometidas com a conservação do Património Cultural (AAIM, APETUR, UNESCO, IPAD, G13).                                                                                  | A fragilidade de actuação das autoridades locais (CMIM e GACIM) em situações de transgressão ou incumprimento das normas estabelecidas referentes à conservação da Ilha, resultando no agravamento das intervenções não criteriosas no que diz respeito ao património. |
| Capacitação do quadro de pessoal através de cursos na área de gestão de sítos do Património Mundial (participação de técnicos do GACIM em cursos realizados nas cidades do Património Mundial em Portugal e nas cidades de Pemba e Ilha do Ibo, em Moçambique em 2009). | Fraca capacidade institucional e técnica do GACIM e do CMIM em monitorar a evolução das construções nas diferentes zonas urbanas da Ilha de Moçambique (Cidade de Pedra e Cal & Macuti).                                                                               |
|                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                        |

| COORDENAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES (GACIM E CMIM)                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Forças                                                                                                                                                                                                                                                                              | Fraquezas                                                                                                                                                                                                                                      |
| Envolvimento do GACIM e CMIM nos fóruns nacionais e internacionais de discussão e decisão (organizados pela UNESCO) referentes à gestão da Ilha de Moçambique que contribuem para uma cada vez maior articulação destas instituições e reforçam as suas capacidades institucionais. | Inexistência de uma estratégia multisectorial comum de conservação entre os principais intervenientes da Ilha associada a uma fraca sensibilização destes actores sobre boas práticas referentes à gestão e conservação da Ilha de Moçambique. |
| Assistência técnica e financeira de parceiros nacionais e internacionais à Ilha de Moçambique (OGE, IPAD, UNESCO, AWHF, BAD, Programa África 2009).                                                                                                                                 | Dificuldades organizacionais e de coordenação entre GDIM, CMIM, GACIM e actores privados na operacionalização dos projectos existentes referentes à conservação e no controle efectivo do desenvolvimento urbano da Ilha.                      |
| Oportunidades                                                                                                                                                                                                                                                                       | Ameaças                                                                                                                                                                                                                                        |
| Sociedade civil (movimento associativo) disponível e motivada em contribuir para a melhoria das condições de vida na Ilha.                                                                                                                                                          | Dificuldades em se estabelecerem consensos entre os diversos intervenientes no concernente a soluções viáveis, sustentáveis e que não ameacem o valor patrimonial que confere o estatuto de Património Mundial à Ilha de Moçambique.           |
| PLANEAMENTO URBANO, PROPRIEDADE E USO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                |
| Forças                                                                                                                                                                                                                                                                              | Fraquezas                                                                                                                                                                                                                                      |
| Existência da Lei e do Regulamento do Ordenamento Territorial e do Regulamento do Solo Urbano.                                                                                                                                                                                      | O cadastro do património imóvel da Ilha de Moçambique apresenta-se incompleto, fragmentado e desactualizado.                                                                                                                                   |
| Existem alguns actores privados que contribuem para a preservação do património edificado, através de obras de restauro ou de reabilitação em conformidade com os princípios de conservação.                                                                                        | A não participação activa das comunidades da Ilha na conservação do sítio devido ao seu estado de pobreza.                                                                                                                                     |
| Crescente utilização do património edificado para a promoção do turismo (instâncias turísticas).                                                                                                                                                                                    | A oferta para fins turísticos ainda é limitada.                                                                                                                                                                                                |
| Transferência do património imobiliário do APIE para o GACIM.                                                                                                                                                                                                                       | Parte significativa das propriedades do Estado (Património Imóvel na posse do GACIM) é arrendada a preços desactualizados não gerando receita para acções de manutenção dos mesmos edifícios.                                                  |
| Crescente número de edifícios públicos e privados reabilitados em condições razoáveis de conservação.                                                                                                                                                                               | Aparente subutilização de alguns edifícios, mesmo depois de reabilitados, por parte dos depositários (Caso da Casa Girassol).                                                                                                                  |
| Oportunidades                                                                                                                                                                                                                                                                       | Ameaças                                                                                                                                                                                                                                        |
| Refuncionalização de alguns edifícios da Ilha para fins diversos (turismo, serviços, habitação).                                                                                                                                                                                    | A pobreza generalizada da maioria da população da Ilha.                                                                                                                                                                                        |

| CONSERVAÇÃO E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Forças                                                                                                                                                                                                                                                | Fraquezas                                                                                                                                                                                                                                                             |
| O conhecimento das técnicas tradicionais de construção na cidade de Macuti continuam vivas. Reintroduzem-se as técnicas e saberes de construção em pedra coralina (Projecto Ilha Bergen; estudos da FAPF; iniciativa de arquitectos privados).        | Difícil acesso aos materiais tradicionais de construção.                                                                                                                                                                                                              |
| Existência de fontes de material de construção (pedra carolina, macuti, bambu) e de fornos de produção de cal nas áreas circundantes à Ilha de Moçambique (Muecate, Sancul, Namapa).                                                                  | Ausência de um manual de boas práticas sobre manutenção e conservação do património edificado da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                  |
| Existência de Museus que criam condições de conservação do espólio museológico da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                 | Ausência de um sistema integrado de gestão do património na Ilha.                                                                                                                                                                                                     |
| Existência de projectos de estabilização e reabilitação do património edificado em curso (Fortaleza São Sebastião), que constituem uma mais-valia aos esforços de gestão do património.                                                               | Em alguns casos não há definição das atribuições de funções compatíveis ao património edificado reabilitado.                                                                                                                                                          |
| Oportunidades                                                                                                                                                                                                                                         | Ameaças                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Crescente consciencialização da população da Ilha de Moçambique sobre os princípios de conservação (técnicas e procedimentos) do património histórico edificado.                                                                                      | Crescente tendência de transformação das casas de <i>pau-a-pique</i> e cobertura em macuti em casas de alvenaria e cobertura em chapas de zinco que pode contribuir para uma fixação mais forte da população com condições insustentáveis de vida, na área de Macuti. |
| PROMOÇÃO, VALORIZAÇÃO E EDUCAÇÃO                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Forças                                                                                                                                                                                                                                                | Fraquezas                                                                                                                                                                                                                                                             |
| A Ilha é internacionalmente reconhecida como Património Cultural Mundial o que constitui um prestígio para o país.                                                                                                                                    | Desconhecimento por parte das comunidades locais das implicações e vantagens de viverem num sítio do Património Mundial.                                                                                                                                              |
| Advocacia de alguns indivíduos na obtenção de projectos de conservação da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                         | Inexistência de um sistema de disseminação dos valores da Ilha e dos instrumentos legais que protegem o seu património e de promoção das potencialidades.                                                                                                             |
| Oportunidades                                                                                                                                                                                                                                         | Ameaças                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Grande riqueza patrimonial (património imaterial, arquitectónico, arqueológico -subaquático) variada na forma e no tempo e diversa na sua matriz cultural (tradicional, militar, religiosa, civil, etc.) inserida num contexto paisagístico singular. | Percepção pelos habitantes de que o património da Ilha se restringe unicamente aos monumentos coloniais, na sua maioria em mau estado de conservação e que em nada contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades.                                  |
| Existência da Rádio comunitária (em língua Macua) que constitui um                                                                                                                                                                                    | Ideia de que a inscrição da Ilha de Moçambique na Lista de Património                                                                                                                                                                                                 |

| importante meio de disseminação de informação sobre o valor patrimonial da Ilha de Moçambique.                                                                                                                               | Mundial pela UNESCO em 1991 pouco beneficiou a população mais necessitada.                              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DESENVOLVIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO                                                                                                                                                                                         |                                                                                                         |
| Forças                                                                                                                                                                                                                       | Fraquezas                                                                                               |
| Crescente número de visitantes à Ilha (turismo cultural e turismo profissional) que tem contribuído para a realização de diversas actividades com o consequente desenvolvimento da capacidade hoteleira.                     | Falta de um balcão de atendimento turístico.                                                            |
| Redução do fecalismo a céu aberto pelas medidas tomadas pelo CMIC                                                                                                                                                            | Fraca manutenção dos sanitários em alguns edifícios públicos                                            |
| A inserção da Ilha de Moçambique na Lista do Património Cultural Mundial.                                                                                                                                                    | Fraca divulgação da Ilha de Moçambique como destino privilegiado para a prática do turismo cultural.    |
| Grupos culturais que estimulam a sobrevivência das expressões culturais da Ilha de Moçambique.                                                                                                                               | Fraca publicidade e marketing das potencialidades da Ilha de Moçambique.                                |
| Sucesso de algumas iniciativas da sociedade civil da Ilha: campanha de sensibilização promovida pela APETUR para pintura das fachadas dos edifícios com cal; actividades de formação de guias turísticos pela AAIM e APETUR. | Fraca divulgação de roteiros turísticos sobre a Ilha.                                                   |
| Eventos anuais como o Festival Cultural da Ilha de Moçambique                                                                                                                                                                | Falta de identificação de guias turísticos (através de uso de uniformes e crachás de identificação).    |
| Oportunidades                                                                                                                                                                                                                | Ameaças                                                                                                 |
| Disponibilidade de recursos históricos, arquitectónicos, culturais e naturais susceptíveis de serem transformados em projectos e produtos turísticos.                                                                        | Existência de diferenças socioeconómicas entre os habitantes de Macuti e da Cidade de Pedra e Cal       |
| Património subaquático com possibilidade de criação de 'roteiros' subaquáticos altamente atractivos, com condições favoráveis de mergulho e de desportos náuticos, particularmente à vela e atracção turística.              | Proliferação do fecalismo a céu aberto e a deposição do lixo de diferentes origens nas praias e ruínas. |

#### **4.5. Modelo de Gestão da Ilha de Moçambique**

A nível nacional existe um Modelo de Gestão para Locais Históricos, a ser implementado para cada caso específico, que consiste na gestão participativa e partilhada entre os sectores público e privado. Da análise feita acima sobre a efectividade do quadro institucional, depreende-se que é necessária uma acção mais coordenada das diversas instituições e actores públicos locais e uma clareza acrescida das respectivas atribuições, com vista a uma gestão efectiva do património da Ilha de Moçambique. Deste modo, considerando os recursos humanos, a capacidade financeira e organizacional existente, o presente Plano define os termos de referência para a articulação dos diferentes actores e intervenientes no âmbito da sua implementação. Para o caso de entidades cujos dispositivos legais já definem competências e responsabilidades, como é o caso do CMIM, GACIM, GDIM e MC (DINAC, CNPC) são apenas propostas algumas atribuições adicionais para o preenchimento das lacunas existentes em determinadas áreas específicas de actividade, no contexto da implementação do Plano.

##### **4.5.1. Termos de Referência para os Actores na Gestão da Ilha**

###### **A. Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMCIM)**

De acordo com a Lei 10/97 de 31 de Maio, as atribuições da CMCIM na gestão da Ilha de Moçambique compreendem, entre outras:

- Executar tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local (recolha, depósito e tratamento de resíduos; manutenção de jardins, mercados e das vias de acesso);
- Conceder licenças para habitação ou outra utilização de prédios;
- Emitir licenças e alvarás;
- Alienar ou onerar bens imóveis próprios;
- Exercer os poderes e faculdades estabelecidas na Lei de Terras e seu regulamento;
- Conceder licenças para construção, reedificação ou conservação, bem como aprovar os respectivos projectos, nos termos da lei;
- Ordenar, após vistoria, a demolição total ou parcial, ou beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança pública;

No contexto do presente Modelo de Gestão do Património da Ilha, as atribuições do CMIM compreendem igualmente:

- Aprovação do Plano e preparação do respectivo orçamento para a implementação das actividades nele previstas sob a responsabilidade do CMIM;
- Implementação das actividades previstas no Plano, que sejam da responsabilidade do CMIM;
- Melhoria das bases ou condições para uma gestão do património da Ilha assente na participação comunitária, na valorização e apoio das associações culturais e das iniciativas locais.

## **B. Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM)**

De acordo com o Decreto n.º 28/2006 de 13 Julho, as atribuições do GACIM na gestão da Ilha de Moçambique compreendem:

- Promover e planificar a actividade de pesquisa científica sobre a Ilha;
- Analisar e avaliar os projectos de novas construções;
- Analisar, avaliar e dar parecer sobre os projectos de conservação e reabilitação de edifícios classificados;
- Promover o conhecimento e o respeito pelas leis e princípios nacionais e internacionais sobre a preservação e conservação do património edificado;
- Prestar assistência técnica e orientar as actividades inerentes à pesquisa, preservação e valorização do património da Ilha no seu todo;
- Orientar as entidades especializadas na supervisão, fiscalização e inspecção das actividades de pesquisa subaquática, bem como no restauro de bens móveis e imóveis da Ilha;
- Promover programas educativos sobre Património Cultural e meio ambiente da Ilha;
- Organizar um arquivo de informação sobre o património da Ilha, através da criação de um banco de dados informatizado ou de outro tipo;
- Promover o turismo cultural e comunitário na Ilha e o turismo massivo no continente;
- Promover assessoria e parceria para assistência e apoio técnicos aos projectos de conservação, reabilitação e desenvolvimento sustentável da Ilha;
- Gerir contratos de arrendamento de edifícios classificados ou em vias de classificação.
- As competências da Comissão Técnica do GACIM compreendem:

- Aconselhar o GACIM sobre o conteúdo dos programas de conservação do Património Cultural e natural da Ilha;
- Contribuir para uma informação actualizada do decurso dos programas e projectos de conservação da Ilha, sob tutela dos vários intervenientes, incluindo as actividades propostas no Plano de Gestão e Conservação;
- Propor medidas apropriadas para uma melhor coordenação das actividades e articulação entre os intervenientes.
- 

No contexto do presente Modelo de Gestão do Património da Ilha, as atribuições do GACIM compreendem igualmente:

- Implementação das actividades apresentadas no Plano sob responsabilidade do GACIM;
- Melhoria das bases ou condições para uma gestão do património da Ilha assente na participação comunitária, na valorização e apoio das associações culturais e das iniciativas locais.

### **C. Governo do Distrito da Ilha de Moçambique (GDIM)**

As atribuições do GDIM compreendem igualmente:

- Implementação das actividades apresentadas no Plano sob a responsabilidade do GDIM;
- Promoção e apoio às iniciativas de desenvolvimento local (indústrias culturais, feiras, festivais) com a participação das comunidades locais na solução dos seus problemas.

### **D. Ministério da Cultura (MC)**

As atribuições do MC compreendem:

- Adoptar medidas apropriadas de âmbito legal, científico, técnico, administrativo e financeiro com vista à identificação, protecção, conservação, apresentação e reabilitação do Património Cultural e Natural da Ilha, e quando se verificar necessário, recorrer à assistência e cooperação internacional para o efeito;
- Promover o património da Ilha como factor integral do desenvolvimento socioeconómico, identidade cultural e de unidade nacional;
- Incentivar a participação das comunidades, instituições públicas e sector privado na planificação e implementação de programas e acções para o desenvolvimento sociocultural da Ilha;

- Preparar, em coordenação com o GACIM, o relatório anual sobre o estado de conservação da Ilha de Moçambique, a ser submetido ao Centro do Património Mundial da UNESCO.

## **E. Comunidade da Ilha de Moçambique**

A responsabilidade dos ilhéus compreende:

- Respeitar e valorizar, divulgando a importância do Património Cultural da Ilha;
- Respeitar o quadro legal referente a construção, a conservação e reabilitação do Património Cultural da Ilha de Moçambique;
- Colaborar com as instituições responsáveis pela gestão e conservação da Ilha;
- Propor programas e acções que promovam a igualdade de acesso dos ilhéus aos benefícios inerentes à gestão do Património Cultural da Ilha;
- Promover, patrocinar e realizar iniciativas culturais, nos vários domínios, tais como festivais, concursos, debates, concertos, exposições e participar nas actividades de coordenação de actividades referentes à gestão da Ilha;
- Contribuir, através das várias organizações e associações, na educação patriótica e cultural dos ilhéus, de modo a que estes tenham uma maior consciência sobre a importância e valor do património da Ilha.

## **F. UNESCO**

A UNESCO pode/deve, sempre que solicitada:

- Assessorar as autoridades do Estado Parte da Convenção (MC/ GACIM) na implementação de acções (em concordância com os princípios plasmados nas convenções da UNESCO) referentes à salvaguarda do Valor Excepcional Universal da Ilha de Moçambique;
- Apoiar programas de disseminação do significado cultural da Ilha de Moçambique e a participação das comunidades locais (ilhéus) na preservação do respectivo Património Cultural e natural;
- Providenciar assistência técnica e financeira ao Estado Parte (MC/GACIM) sempre que necessário.

## **G. Conselho Nacional do Património Cultural (CNPC)**

Em adição às competências definidas pela Lei 10/88,o CNPC pode/deve, sempre que solicitado:



- Apoiar a implementação do Plano através da coordenação e harmonização dos esforços dos diferentes intervenientes a nível do Estado (Ministérios);
- Aconselhar, sempre que solicitado, sobre acções e aspectos da gestão da Ilha com base nos relatórios produzidos pelo Comité de Gestão, DINAC/GACIM.

## **H. Comité de Gestão da Ilha de Moçambique (CGIM)**

### ***Missão do Comité de Gestão***

O Comité de Gestão deverá actuar como guardião deste sítio do Património Mundial e o seu dever primordial é garantir a conservação do Património Cultural da Ilha de Moçambique. O comité de gestão funciona como órgão coordenador para a gestão e conservação do património, no quadro da responsabilidade do MC.

### ***Ao Comité de Gestão compete:***

- Coordenar as acções no sítio, garantido que as mesmas estejam de acordo com os objectivos traçados no Plano;
- Coordenar, harmonizar e garantir o envolvimento político e institucional dos vários actores (parceiros públicos e privados) na gestão quotidiana da Ilha de Moçambique;
- Ajudar na implementação das actividades listadas no Plano de Acção;
- Sensibilizar os diferentes parceiros sobre a necessidade de implementação progressiva e rigorosa do Plano de Acção, em consonância com o respeito pelos princípios orientadores e estratégias definidas no presente Plano;
- Aconselhar sobre o impacto dos diferentes projectos no significado cultural da Ilha de Moçambique;
- Assegurar o uso adequado do Fundo de Conservação (todas as decisões de uso deverão ser baseadas numa decisão do Comité de Gestão);
- Avaliar e tomar decisões sobre o progresso da realização das actividades do Plano, entre as sessões de encontros:
- As decisões poderão ser tomadas somente se dois terços (2/3) dos membros permanentes da Comissão se fizerem presente;
- Todas as decisões deverão ser atempadamente discutidas com os membros associados/convidados que necessitem de expressar a sua opinião no Fórum, sendo validadas se forem aceites por todos os membros;
- A acta da reunião do Comité de Gestão deverá ser tornada pública (incluindo membros associados/convidados) duas semanas após a reunião;

- Efectuar visitas regulares ao Sítio como forma de assegurar que a autenticidade e integridade do conjunto são mantidas;
- Submeter o relatório sobre o estado de conservação do Sítio ao MC, GACIM e CNPC;
- Assessorar GACIM/MC na preparação do relatório anual sobre o estado de conservação da Ilha de Moçambique, a ser submetido ao Centro do Património Mundial da UNESCO;
- Preparar a avaliação e revisão do Plano de Gestão e Conservação;
- Tomar decisões sobre a gestão e conservação da Ilha de Moçambique de acordo com as recomendações feitas no Fórum de discussão. Tais decisões deverão reflectir as visões da maioria dos intervenientes/partes interessadas;
- Ter encontros regulares na Ilha de Moçambique, sempre que possível, de três em três meses. A agenda irá incluir os seguintes pontos:
- Avaliação do grau de implementação do Plano de Gestão e Conservação e das decisões tomadas;
- Reunião num Fórum em que esteja grande parte dos intervenientes;
- Decidir sobre as acções a serem tomadas com base na avaliação da situação e recomendações do fórum de debate;
- Produzir um relatório sobre as decisões tomadas pelo Fórum, com a assistência do GACIM, a efectuar no prazo de duas semanas após a realização do encontro;

### ***Composição do Comité de Gestão***

O Comité inclui membros representativos das várias competências institucionais e sensibilidades culturais, sociais e religiosas, incluindo, no essencial, o número indispensável dos seus representantes.

#### ***Membros Permanentes***

- Instituições do Estado com tutela na conservação do Património Cultural, a nível central e provincial;
- Instituições de gestão do Estado, a nível Local e Distrital;
- Organizações não governamentais, nacionais e internacionais, para a conservação do Património Cultural Classificado.

#### ***Membros Associados/Convidados***

- Organizações da Sociedade Civil da Ilha de Moçambique;
- Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique – AAIM;

- Associação dos Pequenos Operadores Turísticos da Ilha de Moçambique – APETUR;
- Associação dos Pescadores da Ilha de Moçambique – ASSOPIMO;
- Associações Culturais da Ilha de Moçambique - ACIM;
- Organizações da Comunidade Religiosa da Ilha de Moçambique;
- Confrarias Maometanas da Ilha de Moçambique;
- Conselho Islâmico da Ilha de Moçambique;
- Paróquia da Ilha de Moçambique;
- Sector privado;
- Três (3) representantes da comunidade oficialmente indicados (através de um sistema representativo de escolha).

### ***Funcionamento***

- O Comité é presidido pelo MC/GACIM e vice-presidido pelo Conselho Municipal.
- O GACIM é responsável pelo funcionamento do Comité (secretariado e circulação da informação).
- O Comité é responsável por garantir a presença de qualquer entidade que considere necessária.
- O Comité deverá reunir ordinariamente por semestre e extraordinariamente sempre que necessário.

### ***Orçamento***

- O Comité de Gestão deverá ser dotado de um orçamento anual, previsto no Orçamento Geral do Estado para cobrir os seus custos de funcionamento.
- O Comité de Gestão deverá garantir que as acções de preservação previstas no Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique assim como as inerentes à planificação, documentação e investigação, estejam previstas nos orçamentos das respectivas instituições.

## **I. Fórum**

Com vista a assegurar que a gestão do património da Ilha tenha em conta as preocupações das comunidades, em termos de conservação e contribuição do Património Cultural para o desenvolvimento socioeconómico, o Comité de Gestão deverá criar um fórum de debate. Este fórum irá assegurar que a comunidade esteja melhor representada no processo de tomada de decisão sobre o futuro da Ilha de Moçambique. O Fórum terá lugar três (3) vezes por ano, por ocasião dos encontros do Comité de Gestão.

*O Fórum deverá:*

- Constituir um espaço de discussão entre as comunidades e outros parceiros/intervenientes da Ilha sobre as expectativas e preocupações referentes à gestão e conservação da Ilha;
- Constituir um espaço de discussão sobre o uso dos espaços públicos na área central na Zona de Protecção da Ilha de Moçambique (saneamento, desenvolvimento urbano, regulamentos urbanos, etc.);
- Constituir um espaço de discussão sobre usos e acções nos espaços privados (manutenção, conservação, construção, etc.);
- Constituir um fórum para troca de informação referentes aos diversos projectos que poderão ter algum impacto no significado cultural do património da Ilha de Moçambique;
- Constituir um espaço para incentivar os diferentes intervenientes e partes interessadas a desempenhar um papel activo na conservação da Ilha;

#### **4.6. Recursos Humanos e Financeiros para a Conservação e Gestão**

O CMIM, apesar de contar com 178 funcionários (115 efectivos e 63 contratados), debate-se com escassez de recursos humanos, particularmente qualificados, nomeadamente quando é necessário fazer face às exigências que se colocam ao nível do planeamento espacial, restauro, administração e gestão competente de uma realidade urbana singular, caracterizada por um rico património histórico em degradação, numa situação de insularidade, grande pressão populacional e crescente interesse turístico. Por outro lado, apesar de não ter o seu quadro de pessoal aprovado até 2010, em 2009, o GACIM assistiu a um crescimento nos seus recursos humanos com o recrutamento de um Técnico Superior de Turismo e afectação de mais dois arquitectos no âmbito da Cooperação com o Governo Português. Neste sentido o Gabinete conta actualmente com um efectivo de 12 funcionários (1 Director, 3 Arquitectos, 1 Técnica de Investigação Científica, 1 Técnico Superior de Turismo, 2 Técnicos de Administração e Finanças e 4 Auxiliares Administrativos) (GACIM 2010). Apesar do quadro de recursos humanos do GACIM evidenciar competências a nível de gestão do Património Cultural, e beneficiar de constante formação na área de gestão de Património Cultural a estrutura actual não cobre, no entanto, os domínios da arqueologia (incluindo subaquática), do património classificado, da gestão do parque imobiliário ou da protecção ambiental.

No Município da Ilha de Moçambique, o nível de receitas próprias é ainda bastante reduzido. As grandes fontes de financiamento do Orçamento Autárquico são, assim, as Transferências Orçamentais (49%) e os Donativos consignados a Projectos (40%). Por seu turno, o GACIM não dispõe de nenhuma verba para acções de manutenção e conservação dos edifícios em sua posse. De facto, para o seu funcionamento em 2009, foi atribuído ao GACIM o valor global de 9.874.430,00MT, sendo 7.824.430,00MT para as despesas de bens, serviços e transferências correntes; 700.000,00MT para Combustíveis e Lubrificantes; 50.000,00MT Subsídio de Funeral e 1.300.000,00MT para Despesas de Capital (GACIM 2010).

#### **4.7. Visitas ao Sítio**

Os dados referentes às visitas à Ilha de Moçambique aparecem intrinsecamente associados ao desenvolvimento do turismo. O desenvolvimento de iniciativas viradas para o turismo na Ilha de Moçambique começou por volta de 1997. Nos últimos 11 anos a Ilha passou de uma quase total ausência de visitantes para um movimento estimado em cerca de 5.000 visitantes em 2005, o que, de acordo com os dados da Technoserve (2006), corresponde a cerca de 34% de ocupação dos equipamentos turísticos existentes. O mesmo relatório avalia a actual oferta em 29.400 pernoitas por ano.

Apesar de constituir a actividade dominante geradora de renda e emprego, o turismo não se encontra ainda suficientemente desenvolvido. As autoridades (GACIM ou CMIM) não possuem qualquer sistema em vigor para registo e gestão das visitas na Ilha. Importa valorizar a actividade turística, garantir-lhe maior qualidade mas ao mesmo tempo manter maior atenção para evitar os malefícios do turismo, que afectam os valores éticos da população local, particularmente a prostituição infantil.

## **5. PLANO DE ACÇÃO 2010 - 2014**

A quinta parte do Plano define as acções específicas a serem levadas a cabo pelos vários intervenientes, através do Plano de Acção. Com vista a alcançar os objectivos estratégicos definidos, o Plano de Acção apresenta sete áreas de intervenção e respectivo cronograma, conforme se segue.

- 1** **Modelo de gestão**
- 2** **Documentação do património**
- 3** **Conservação do património**
- 4** **Condições de vida**
- 5** **Medidas de intervenção sobre o património**
- 6** **Educação patrimonial**
- 7** **Quadro legal e institucional**

|                    |                                          |
|--------------------|------------------------------------------|
| <b>Objectivo 1</b> | <b>Pôr um sistema de gestão em vigor</b> |
|--------------------|------------------------------------------|

### 1.1. Pôr em funcionamento o Comité de Gestão

| 2010                                                                                         | Responsável | Parceiros                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------------------------------|
| Organização do fórum de debate para assuntos de gestão da Ilha                               | MC, GACIM   | CMIM, Sociedade Civil (Associações) |
| Elaboração de uma proposta do sistema de gestão da Ilha                                      | MC, GACIM   | CMIM, Sociedade Civil (Associações) |
| Apresentação da proposta do sistema de gestão aos vários parceiros                           | GACIM, MC   | CMIM, Sociedade Civil (Associações) |
| Actualização da proposta do sistema de gestão da Ilha                                        | GACIM, MC   | CMIM, Sociedade Civil (Associações) |
| Implementação de um sistema de gestão da Ilha                                                | GACIM, CMIM | Sociedade Civil (Associações)       |
| Reprodução do Plano (mais de 100 exemplares)                                                 | MC          | -----                               |
| Distribuição do Plano aos diversos parceiros ( <i>stakeholders</i> )                         | MC, GACIM   | Sociedade Civil (Associações)       |
| Divulgação do Plano por meio electrónico: <i>website</i> e disco                             | MC, GACIM   | Sociedade Civil (Associações)       |
| 2011-2013                                                                                    | Responsável | Parceiros                           |
| Organização de encontros regulares (trimestralmente) para implementação e monitoria do Plano | GACIM, CMIM | Comité de Gestão                    |
| 2014                                                                                         | Responsável | Parceiros                           |
| Organização de encontros regulares (trimestralmente) para implementação e monitoria do Plano | GACIM, CMIM | Comité de Gestão                    |

### 1.2. Criar um sistema de financiamento para a gestão e monitoria do Sítio

| 2010                                                                                           | Responsável         | Parceiros                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------------|
| Elaboração do orçamento para viabilizar o sistema de gestão adoptado                           | GACIM, GDIM, CMIM   | Comité de Gestão              |
| Abertura de uma conta específica para a gestão da Ilha                                         | GACIM               | Comité de Gestão              |
| 2011-2013                                                                                      | Responsável         | Parceiros                     |
| Monitoria do processo de implementação do Plano                                                | MC/Comité de Gestão | Sociedade Civil (Associações) |
| Preparação do relatório financeiro anual e dinamização das estratégias de angariação de fundos | GACIM, GDIM, CMIM   | Comité de Gestão              |
| Produção e venda de uma brochura referente ao património da Ilha                               | GACIM, GDIM         | Comité de Gestão              |

| 2014                                                                                           | Responsável             | Parceiros        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------|
| Preparação do relatório financeiro anual e dinamização das estratégias de angariação de fundos | GACIM,<br>GDIM,<br>CMIM | Comité de Gestão |

### Indicadores para o objectivo 1

|           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2010      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Encontros dos parceiros/<i>stakeholders</i> pelo menos três vezes ao ano;</li> <li>- O Plano devidamente distribuído a todos os parceiros/<i>stakeholders</i>;</li> <li>- Existência de uma conta bancária para operacionalização do sistema de gestão da Ilha;</li> <li>- Cópias do Plano disponíveis para venda;</li> <li>- Cópias do Plano vendidas e devidamente contabilizadas;</li> </ul> |
| 2011      | - Parte das receitas da venda do Plano utilizada para actividades de manutenção do património da Ilha;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 2012-2014 | - A brochura sobre a Ilha disponível para venda.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |

|                    |                                                               |
|--------------------|---------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 2</b> | <b>Inventariar e documentar o Património Cultural da Ilha</b> |
|--------------------|---------------------------------------------------------------|

### 2.1. Melhorar o conhecimento sobre o Património Cultural Tangível da Ilha

| 2010                                                                                                                                                                           | Responsável | Parceiros                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|------------------------------------------------------|
| Recolha do material (documentação e inventário) produzido em projectos anteriores referentes ao património da Ilha                                                             | MC, GACIM   | Cientistas Sociais, Aarhus, Arquitectos, FAPF, DAA   |
| Actualização do cadastro de propriedade dos edifícios                                                                                                                          | CMIM        | GACIM, CMIM, FAPF<br>Sociedade Civil                 |
| Avaliação do estado de conservação do património imóvel                                                                                                                        | GACIM       | UNESCO-Maputo/Ilha,<br>FAPF, Arquitectos,            |
| Classificação dos imóveis da Ilha de acordo com o seu significado cultural, autenticidade e estado de conservação (ver atribuição da classificação para o património cultural) | MC, GACIM   | FAPF, Comité de Gestão,<br>CNPC, Cientistas Sociais, |
| Estabelecimento de um programa de monitoria do estado de conservação do património imóvel da Ilha                                                                              | GACIM, CMIM | UNESCO-Maputo/Ilha,<br>FAPF                          |
| 2012                                                                                                                                                                           | Responsável | Parceiros                                            |
| Actualização do cadastro e do inventário dos imóveis da Ilha                                                                                                                   | CMIM        | GACIM, FAPF, Sociedade Civil                         |
| Inventariação do Património Cultural Imóvel da Zona de Protecção                                                                                                               | GACIM       | Sociedade Civil, GDIM                                |
| Inventariação do património subaquático, náutico e arqueológico actualmente                                                                                                    | GACIM       | MC, Museus da Ilha,<br>Administração Marítima        |



|                                                                                                                                                                                  |                    |                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| conhecido, bem como o do património móvel disperso com valor histórico e cultural existente na Ilha.                                                                             |                    | da Ilha, DAA-UEM, IIP, UNESCO, Arqueólogos                                           |
| Pesquisa e documentação do património material referente a escravatura na Ilha                                                                                                   | GACIM              | Cientistas Sociais, ARPAC, FLCS-UEM                                                  |
| <b>2013</b>                                                                                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                     |
| Inventariação do património subaquático, náutico e arqueológico actualmente conhecido, bem como o do património móvel disperso com valor histórico e cultural existente na Ilha. | GACIM              | MC, Museu da Ilha, Administração Marítima da Ilha, DAA-UEM, IIP, UNESCO, Arqueólogos |
| <b>2014</b>                                                                                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                     |
| Elaboração de um mapa referente aos imóveis da Zona Central e Zona de Protecção da Ilha                                                                                          | MC, GACIM          | Projecto Ilha-Bergen, CENACARTA, CMIM, FAPF                                          |

## 2.2. Melhorar o conhecimento sobre o Património Cultural Intangível da Ilha

|                                                                                                                                                                                     |                    |                                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b>                                                                                                                                                                         | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                      |
| Levantamento da toponímia dos espaços públicos                                                                                                                                      | CMIM, GACIM        | FAPF, Sociedade Civil (Secretários dos Bairros)                                                       |
| Levantamento e documentação das técnicas tradicionais locais para melhor compreensão dos valores do sítio (critério vi) e inclusão no <i>Manual de Boas Práticas de Conservação</i> | CMIM, GACIM        | MC, UNESCO, Arquitectos, Engenheiros Cívicos, FAPF, Arquitectos, Mestres-de-obras, Cientistas Sociais |
| <b>2011</b>                                                                                                                                                                         | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                      |
| Documentação do património intangível da Ilha (danças, gastronomia, técnicas tradicionais, traje local)                                                                             | GACIM, DPC         | UNESCO, ARPAC, MC, Cientistas Sociais, Comunidade Local (confrarias), AHM                             |
| <b>2013</b>                                                                                                                                                                         | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                      |
| Produção de uma brochura sobre a Ilha, referente ao Património Cultural Intangível (moda, dança, gastronomia, entre outro)                                                          | GACIM              | MC, UNESCO, Cientistas Sociais, Sociedade Civil (Associações)                                         |

## Indicadores para o objectivo 2

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos (inventários) disponíveis nas principais instituições envolvidas na implementação do plano (GACIM, CMIM, MC, UNESCO);</li> <li>- Existência de um guião com os critérios definidos para a avaliação do estado de conservação dos imóveis;</li> <li>- Cadastro de propriedade disponível no GACIM e no CMIM;</li> <li>- Existência de um relatório de avaliação sobre o estado de conservação do património;</li> <li>- Existência de um mapa no GACIM, CMIM e no MC com a indicação da classificação dos edifícios;</li> </ul> |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|             | - Mapa indicando a toponímia de todos os espaços públicos disponível no GACIM e no CMIM;                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>2011</b> | - Visitas de monitoria levadas a cabo antes dos encontros trimestrais com os parceiros/ <i>stakeholders</i> ;<br>- Relatórios de monitoria disponíveis no GACIM e no CMIM;                                                                                                                                                        |
| <b>2012</b> | - Existência de um mapa sobre o património da Ilha (Zona Central e Zona de Protecção);<br>- Visitas de monitoria levadas a cabo antes dos encontros trimestrais com os parceiros/ <i>stakeholders</i> ;<br>- Relatórios de monitoria disponíveis no GACIM e no CMIM;                                                              |
| <b>2013</b> | - Classificação de novos sítios (histórico-arqueológicos);<br>- Lista dos sítios classificados e inventário resultante disponível no GACIM e no MC;<br>- Visitas de monitoria levadas a cabo antes dos encontros trimestrais com os parceiros/ <i>stakeholders</i> ;<br>- Relatórios de monitoria disponíveis no GACIM e no CMIM; |
| <b>2014</b> | - Visitas de monitoria levadas a cabo antes dos encontros trimestrais com os parceiros/ <i>stakeholders</i> ;<br>- Relatórios de monitoria disponíveis no GACIM e no CMIM.                                                                                                                                                        |

|                    |                                                              |
|--------------------|--------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 3</b> | <b>Conservar o Património Cultural da Ilha de Moçambique</b> |
|--------------------|--------------------------------------------------------------|

### 3.1. Definir boas práticas referentes a conservação e restauro do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico da Ilha

| <b>2010</b>                                                                                 | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Aprovação do Plano de utilização sustentável da Fortaleza de São Sebastião                  | MC                 | Sociedade Civil (Associações), CMIM, UNESCO, GPN, GDIM                                 |
| Levantamento de informação sobre os princípios das boas práticas de conservação             | GACIM, CMIM        | Mestre-de-obras, Construtores, Comunidade Local, UNESCO, FAPF                          |
| Documentação das técnicas tradicionais locais                                               | CMIM, GACIM        | Comunidade Local, Arquitectos, Engenheiros, Mestres-de-obras, Cientistas Sociais, FAPF |
| Proposta de um projecto-piloto referente às opções de conservação para a Ilha de Moçambique | CMIM, GACIM        | Cientistas Sociais, Arquitectos, Engenheiros, Mestres-de-obras, FAPF                   |
| Angariação de fundos para o lançamento do projecto-piloto                                   | CMIM, GACIM        | UCCLA, Projecto 7 Cidades, Agências de Cooperação, UNESCO                              |
| <b>2011</b>                                                                                 | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                       |
| Implementação do projecto-piloto                                                            | CMIM, GACIM        | Comunidade Local, Arquitectos, Engenheiros,                                            |

|                                                                                                    |                    |                                                                          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                    |                    | Mestres-de-obras, Cientistas Sociais, FAPF                               |
| Documentação do projecto-piloto de conservação para o guião sobre as boas práticas                 | CMIM, GACIM        | Contribuintes (autores) do <i>Manual de Boas Práticas de Conservação</i> |
| <b>2012</b>                                                                                        | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                         |
| Distribuição o <i>Manual de Boas Práticas de Conservação</i> com uma linguagem simples e acessível | CMIM, GACIM        | MC, UNESCO, DPE, EPC & ES, DPOH, UEM, Sociedade Civil (Associações)      |

### 3.2. Estancar a crescente degradação do património urbanístico da Ilha

| <b>2010</b>                                                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diagnóstico do estado de conservação e classificação dos imóveis da Ilha, de acordo com o seu significado cultural, autenticidade e estado de conservação                      | GACIM, CMIM        | MC, FAPF, Arquitectos, UNESCO, Sociedade Civil (Associações)                                                        |
| Levantamento das construções em perigo                                                                                                                                         | GACIM              | CMIM                                                                                                                |
| Proposta de projecto-piloto sobre conservação preventiva                                                                                                                       | GACIM, CMIM        | Proprietários (Público/Privados), Arquitectos, Engenheiros, Mestres-de-obras, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre Ensag, |
| Definição dos usos para o património edificado, tendo em conta o papel da Ilha como centro cultural e turístico                                                                | GACIM, MC, CMIM    | Instituições do Estado, Proprietários (Público/Privados), Sociedade Civil (Associações)                             |
| Angariação de fundos para o lançamento do projecto-piloto                                                                                                                      | GACIM, CMIM        | UCCLA, Projecto 7 Cidades, Agências de Cooperação, UNESCO                                                           |
| <b>2011</b>                                                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                                    |
| Manutenção dos edifícios desocupados/em desuso (tirar os escombros, vedar os acessos, remover vegetação intrusiva, etc.)                                                       | GACIM, CMIM        | Proprietários (Público/Privados), FAO, FAPF, Sociedade Civil (Associações)                                          |
| Identificação dos facilitadores para o projecto-piloto                                                                                                                         | GACIM, DINAC       | Cientistas Sociais, Arquitectos, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre Ensag                                               |
| Definição de critérios de selecção dos beneficiários/participantes (do sector público e privado) da formação referente ao projecto-piloto, tendo em conta as suas necessidades | GACIM, MC          | Cientistas Sociais, Arquitectos, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre Ensag                                               |
| Programas de formação/sensibilização para artesãos                                                                                                                             | GACIM, MC          | UNESCO, DPC                                                                                                         |

|                                                                                                                                                |                    |                                                                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Programas de formação/sensibilização para os proprietários de imóveis                                                                          | GACIM, MC          | Sociedade Civil (Associações), DAA-UEM, FAPF, UNESCO            |
| Implementação de um curso piloto sobre conservação preventiva                                                                                  | GACIM, MC          | Arquitectos, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre-Ensag               |
| <b>2012</b>                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                |
| Estabilização das estruturas dos edifícios em perigo eminente de colapso (prioridade deve ser definida de acordo com a Política de Monumentos) | GACIM, CMIM        | Proprietários (Público/Privados), Mestres-de-Obras, Arquitectos |
| <b>2013</b>                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                |
| Estabilização das estruturas dos edifícios em perigo eminente de colapso (prioridade deve ser definida de acordo com a Política de Monumentos) | GACIM, CMIM        | Proprietários (Público/Privados), Mestres-de-Obras, Arquitectos |
| <b>2014</b>                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                |
| Continuação do processo de estabilização das estruturas dos edifícios e dos espaços públicos mais significativos da Ilha                       | GACIM, CMIM, GDIM  | Proprietários (Público/Privados), Mestres-de-Obras, Arquitectos |

### 3.3. Melhorar a limpeza e manutenção da Ilha

|                                                                                                                      |                    |                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b>                                                                                                          | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                  |
| Definição de um sistema para a limpeza e manutenção dos edifícios e dos espaços públicos da Ilha                     | CMIM               | GACIM, Proprietários (Público-Privados), Sociedade Civil (Associações)            |
| Angariação de fundos para adquirir parte do equipamento necessário para a limpeza e manutenção da Ilha de Moçambique | CMIM               | GPN, GDIM, GACIM, UNESCO, FAO                                                     |
| Identificação de lugares para o depósito e a triagem de resíduos sólidos                                             | CMIM               | CDS, GDIM, Sociedade Civil (Associações)                                          |
| <b>2011</b>                                                                                                          | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                  |
| Colocação de repositórios para o depósito e a triagem de resíduos sólidos na Ilha                                    | CMIM               |                                                                                   |
| Implementação do programa de limpeza dos lugares públicos                                                            | CMIM               | Proprietários (Público-Privados), Sociedade Civil (Associações)                   |
| <b>2011-2014</b>                                                                                                     | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                  |
| Limpeza geral anual da Ilha                                                                                          | CMIM               | Proprietários (Público-Privados), Sociedade Civil (Associações)                   |
| Monitoria do (s) programa (s) de manutenção dos espaços públicos                                                     | GACIM, CMIM        | Proprietários (Público-Privados), Sociedade Civil (Associações), Comité de Gestão |

### 3.4. Disseminar princípios de boas práticas de conservação do património arquitectónico

| 2010                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Responsável       | Parceiros                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| Organização de um fórum sobre benefícios de valorizar o património da Ilha                                                                                                                                                                                                                                  | GACIM             | UNESCO, CMIM, MC, Conselho de Anciãos da Ilha, Sociedade Civil (Associações) |
| 2011                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Responsável       | Parceiros                                                                    |
| Organização de um fórum sobre as implicações de viver num sítio do Património mundial                                                                                                                                                                                                                       | GACIM             | UNESCO, CMIM, MC, Conselho de Anciãos da Ilha, Sociedade Civil (Associações) |
| Assistência técnica aos ilhéus referente aos procedimentos para a construção e reabilitação dos imóveis                                                                                                                                                                                                     | GACIM, CMIM       | FAPF, UNESCO, MC                                                             |
| Assistência técnica aos ilhéus para desenhar modelos-tipo sobre as opções de construção e utilização dos imóveis                                                                                                                                                                                            | GACIM, CMIM       | MC, GACIM, CMIM, Arquitectos, Engenheiros, FAPF                              |
| 2012                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Responsável       | Parceiros                                                                    |
| Criação de um programa de incentivo (prioridade para a comunidade da Ilha) sobre actividades de reabilitação, conservação e uso sustentável de imóveis na posse de instituições do Estado (isenção do pagamento de renda de aluguer por um período determinado; providenciar materiais de construção, etc.) | CMIM              | GACIM, GDIM, Sociedade Civil (Associações), DPT                              |
| 2013                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Responsável       | Parceiros                                                                    |
| Disponibilização de incentivos para a aplicação das técnicas melhoradas referentes a construção e conservação das casas (macuti e cal) de forma sustentável                                                                                                                                                 | GDIM, CMIM, GACIM | Agência de Cooperação, UNESCO                                                |
| Criação de um programa de prémios aos bons exemplos de conservação como forma de incentivar os proprietários das casas                                                                                                                                                                                      | CMIM, GACIM       | Agência de Cooperação, UNESCO                                                |

### Indicadores para o objectivo 3

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2010 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas de construção tradicionais devidamente documentadas;</li> <li>- Informações sobre os princípios de conservação reunidas e disponíveis no GACIM;</li> <li>- Diagnóstico do estado de conservação e classificação dos imóveis terminados e relatório disponível no GACIM e no MC;</li> <li>- Proposta do projecto-piloto apresentada/discutida pelos vários parceiros;</li> </ul> |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceiros/financiadores para o projecto-piloto identificados;</li> <li>- Equipamento para limpeza adquirido;</li> </ul>                                                                                                                                 |
| 2011 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projecto-piloto implementado e devidamente documentado;</li> <li>- Edifícios desocupados limpos;</li> <li>- Limpeza geral anual feita;</li> <li>- Fórum sobre as implicações/benefícios de viver num sítio do Património Mundial organizado;</li> </ul> |
| 2012 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual de Boas Práticas distribuído;</li> <li>- Edifícios em perigo eminente de colapso minimamente estabilizados;</li> <li>- Limpeza geral anual feita;</li> <li>- Programa de incentivo para conservação em funcionamento;</li> </ul>                 |
| 2013 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os princípios das boas práticas são conhecidos;</li> <li>- Actividades de conservação dos espaços públicos e edifícios em curso;</li> <li>- Limpeza geral anual feita;</li> <li>- Os bons trabalhos/exemplos de conservação recompensados;</li> </ul>   |
| 2014 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Actividades de conservação dos espaços públicos e edifícios em curso;</li> <li>- Limpeza geral anual feita;</li> <li>- Os bons trabalhos/exemplos de conservação são recompensados.</li> </ul>                                                          |

|                    |                                                                                                                       |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 4</b> | <b>Assegurar benefícios socioeconómicos através da conservação da Ilha e melhorar as condições de vida dos Ilhéus</b> |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### 4.1. Apoiar a sociedade civil no que se refere às iniciativas culturais locais

| 2010                                                                                                                                 | Responsável         | Parceiros                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------|
| Elaboração de estratégias para a promoção do turismo cultural e comunitário                                                          | GACIM, CMIM, APETUR | DPT, DPC, Sociedade Civil (Associações) |
| Avaliação das necessidades da população em termos de iniciativas sustentáveis                                                        | GDIM, CMIM          | GPN, MC, DPC                            |
| Definição de critérios para implementação/apoio às iniciativas sustentáveis                                                          | GDIM, CMIM          | GPN, MC, DPC                            |
| Adopção de um sistema de angariação de fundos para apoio às iniciativas sustentáveis                                                 | GDIM, CMIM          | GPN, MC, DPC                            |
| 2011                                                                                                                                 | Responsável         | Parceiros                               |
| Estudo de viabilidade da revitalização do estaleiro de construção de barcos usando técnicas tradicionais locais                      | GDIM, ASSOPIMO      | Pescadores, ASSOPIMO, CMIM, GACIM       |
| 2012                                                                                                                                 | Responsável         | Parceiros                               |
| Revitalização o estaleiro de construção de barcos no continente para a promover as técnicas tradicionais ( <i>pirogas, cangais</i> ) | GDIM, ASSOPIMO      | Pescadores, ASSOPIMO, CMIM, GACIM       |
| Realização das feiras semanais (indústrias                                                                                           | Sociedade           | Sociedade Civil                         |

|                                                                                                                                                                      |                                  |                                                                                            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| culturais) – Santo António (segundas e quintas) e no Lumbo (Domingos) para divulgar e comercializar os produtos locais                                               | Civil, DPC, DPT                  | (Associações), Ourivas, Artesãos, GNP                                                      |
| <b>2013</b>                                                                                                                                                          | <b>Responsável</b>               | <b>Parceiros</b>                                                                           |
| Promoção da moda, dança, gastronomia, técnicas tradicionais de construção (de barcos, macuti, pedra e cal), lendas da Ilha de Moçambique                             | Sociedade Civil (Associações)    | Escola Secundária<br>Escola Profissional da IM<br>DPC, GACIM, CMIM                         |
| <b>2014</b>                                                                                                                                                          | <b>Responsável</b>               | <b>Parceiros</b>                                                                           |
| Programas de apoio das iniciativas culturais locais da sociedade civil (festivais; isenção do pagamento de renda de aluguer de edifícios por um período determinado) | CMIM, GDIM                       | GDIM, CMIM e Parceiros Nacionais e Internacionais                                          |
| Promoção de um Centro de Arte e Artesanato do Lumbo (MES-Militar), para aprendizagem das técnicas tradicionais locais.                                               | Sociedade Civil                  | Sociedade Civil                                                                            |
| Realização do Festival Anual (Omuiphiti) e o Ecarama (festival popular de intercâmbio cultural entre as comunidades)                                                 | Fórum de Organização do Festival | DPT, GDIM, CMIM, Agentes económicos, Associações Culturais, Confrarias, Líderes religiosos |

#### 4.2. Melhorar as condições de vida dos Ilhéus

|                                                                                                                                                           |                                  |                                                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b>                                                                                                                                               | <b>Responsável</b>               | <b>Parceiros</b>                                                                      |
| Inquéritos sobre a situação do saneamento do meio da Ilha (cidade de Macuti) e elaborar propostas de intervenção                                          | GACIM, CMIM                      | CDS - Zonas Urbanas, GDIM, GPN, MICOA                                                 |
| Consciencialização dos habitantes sobre os limites dos espaços públicos                                                                                   | CMIM, GACIM                      | Sociedade Civil (Associações)                                                         |
| <b>2012</b>                                                                                                                                               | <b>Responsável</b>               | <b>Parceiros</b>                                                                      |
| Elaboração do Plano de Urbanização do Distrito com vista a solucionar os problemas de pressão demográfica e saneamento do meio que afecta a parte insular | CMIM                             | CMIM, GACIM, GDIM<br>Sociedade Civil                                                  |
| Estudo de impacto sociocultural do projecto de criação de actividades económicas na Ilha de Moçambique (parte insular e continental)                      | CMIM, GDIM, Comité de Gestão, MC | Sociedade Civil, Ministério da Ciência e Tecnologia                                   |
| Elaboração de um programa de incentivos/contrapartidas para medidas de intervenções nos espaços públicos e privados (casas, ruas, praças, etc.)           | CMIM                             | CMIM, GACIM, Parceiros Privados (Projectos de Desenvolvimento), FAPF, Sociedade Civil |
| <b>2013</b>                                                                                                                                               | <b>Responsável</b>               | <b>Parceiros</b>                                                                      |
| Implementação do Plano de Urbanização                                                                                                                     | GDIM,                            | GPN, CMIM, FAPF, CDS-                                                                 |



|                                                                                                                                     |      |                                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------|
| de modo a criar condições básicas (saúde, educação, habitação, infra-estruturas, etc.) de acordo com as opções apresentadas no PDIM | CMIM | Zonas Urbanas, Parceiros Nacionais e Internacionais |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------|

#### Indicadores para o objectivo 4

|             |                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório com o levantamento das necessidades das populações em termos áreas/iniciativas sustentáveis;</li> <li>- Critérios para apoio às iniciativas privadas definidos;</li> </ul>                                             |
| <b>2011</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de um estudo de viabilidade para revitalizar o estaleiro de construção de barcos feito;</li> </ul>                                                                                                                    |
| <b>2012</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos privados a beneficiarem de fundos provenientes da conservação</li> <li>- Feiras semanais organizadas;</li> <li>- Plano de Urbanização da Ilha elaborado;</li> </ul>                                                    |
| <b>2013</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos privados a beneficiarem de fundos provenientes da conservação;</li> <li>- Moda, dança, gastronomia, oratura, etc., divulgados, através de uma exposição e brochura;</li> <li>- Feiras semanais organizadas;</li> </ul> |
| <b>2014</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos privados a beneficiarem de fundos provenientes da conservação;</li> <li>- Feiras semanais organizadas;</li> </ul>                                                                                                      |

|                    |                                                                                                             |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 5</b> | <b>Definir opções de intervenção construtiva para a Ilha com viabilidade técnica, económica e ambiental</b> |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### 5.1. Reforçar os conhecimentos dos construtores e mestres-de-obras

| <b>2010</b>                                                                                                                                                                                          | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| Avaliação das competências disponíveis em termos de técnicas construtivas (modernas e tradicionais)                                                                                                  | GACIM, CMIM        | Arquitectos, Engenheiros, FAPF, UNESCO                                         |
| <b>2012</b>                                                                                                                                                                                          | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                               |
| Preparação de um projecto sobre o modelo arquitectónico para as casas de macuti de acordo com o significado cultural da Ilha para as necessidades actuais (água, electricidade, saneamento) do meio) | GACIM, CMIM        | Arquitectos, Cientistas Sociais, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre Ensag          |
| Aplicação da experiência da construção em Macuti na implementação do Balcão de Informação Turística na Ilha                                                                                          | CMIM, DPT          | GACIM, DPOPH, Arquitectos, Mestres-de-obras                                    |
| Criação de um fórum dos mestre-de-obras, pedreiros e construtores com vista a melhorar e usar métodos e técnicas comuns de construção                                                                | CMIM               | Construtores Locais, GACIM, Mestres-de-obras, Arquitectos, Engenheiros, UNESCO |
| Formação de técnicos locais com vista ao melhoramento dos materiais de                                                                                                                               | CMIM, GACIM        | FAPF, UNESCO, Mestres-de-obras, Arquitectos,                                   |



|                                                                                                                                                                |                    |                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| construção tradicionais                                                                                                                                        |                    | Engenheiros                                                                                          |
| <b>2013</b>                                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                     |
| Elaboração e implementação do projecto-piloto N°2 de construção e conservação usando o sistema construtivo tradicional (casas de macuti) nos Bairros de Macuti | GACIM, CMIM        | Cientistas Sociais, Arquitectos, Engenheiros, Mestres-de-obras, FAPF, ICCROM, UNESCO, Craterre Ensag |
| Disponibilização de incentivos para a aplicação das técnicas melhoradas referentes a construção e conservação das casas (macuti e cal) de forma sustentável    | GACIM, CMIM        | GPN, DPT, Parceiros Nacionais e Internacionais                                                       |
| <b>2014</b>                                                                                                                                                    | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                     |
| Criação de um centro de pesquisas, estudos e ensaios de materiais de construção tradicional (na Escola Profissional)                                           | EPIM, CMIM         | GACIM, GDIM, UNESCO, ICCROM, FAPF, UNILÚRIO                                                          |

## 5.2. Melhorar o acesso aos materiais de construção

|                                                                                                                                                                                   |                    |                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b>                                                                                                                                                                       | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                             |
| Avaliação da viabilidade do uso dos diferentes materiais de construção na conservação da Ilha (custo, disponibilidade no mercado local)                                           | GACIM, CMIM        | Arquitectos, Engenheiros, Economistas, FAPF, UNESCO, PNUD                    |
| <b>2011</b>                                                                                                                                                                       | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                             |
| Criação de um estaleiro de materiais de construção na Ilha (nas oficinas da antiga Captania) e de materiais de construção tradicionais no Lumbo                                   | CMIM, GDIM         | DPOPH, Agentes económicos, DPTC, Administração Marítima, Construtores Locais |
| Adopção de mecanismos de controlo e monitoria (licenciamento) dos exploradores de areia, pedra, cal, macuti                                                                       | CMIM,              | GDIM, DPOP                                                                   |
| Identificação de um local adequado (jazigo) para extracção de pedra (pedra queijo e pedra coral) e areia (areia fina, areia grossa) para construção sem prejuízo do meio ambiente | CMIM, GDIM         | DPOPH, CDS - Zonas Urbanas, DPTC, MICOA, Construtores Locais                 |
| <b>2012</b>                                                                                                                                                                       | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                             |
| Programas de plantio de árvores de sombra na Ilha e espécies florestais no continente para a obtenção dos materiais tradicionais de construção (coqueiro, pau-ferro, murapa)      | CMIM, GDIM         | DPA, FAO, CMIM, CDS - Zonas Urbanas, MICOA, Sociedade Civil (Associações)    |

## Indicadores para o objectivo 5

|             |                                                                                                |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b> | - Fontes de materiais devidamente identificados e sinalizados no cadastro/mapa do CMIM/GACIM;  |
| <b>2011</b> | - Estaleiro de materiais de construção criado;<br>- Balcão de Informação Turística construído; |
| <b>2012</b> | - Modelo arquitectónico para as casas de macuti desenhado;                                     |
| <b>2013</b> | - Projecto-piloto nº2 implementado;<br>- Espécies florestais replantadas;                      |
| <b>2014</b> | - Centro de pesquisas criado na Escola Profissional;                                           |

|                    |                                                                            |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 6</b> | <b>Interpretar e divulgar a importância do Património Cultural da Ilha</b> |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------|

### 6.1. Melhorar os conhecimentos dos habitantes sobre o Património Cultural intangível e tangível

| <b>2010</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Criação de uma base de dados (arquivo) sobre o património (edificado, intangível e subaquático) da Ilha e da zona adjacente (Lunga, Mussuril, Muchelia) acessível à população                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | GACIM, CMIM        | FAPF, DPC, UNESCO, ARPAC, DAA, MC                                                                                  |
| Formação de agentes de divulgação do significado cultural da Ilha (por exemplo líderes religiosos, secretários de bairros)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | GACIM              | UNESCO, MC, DAA, FAPF                                                                                              |
| <b>2011</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                                                   |
| Angariação de fundos para a produção e colocação de placas de identificação e didácticas sobre o património da Ilha e como património classificado pela UNESCO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | CMIM, GACIM        | DPC, GDIM, MC, UNESCO                                                                                              |
| Programas temáticos de divulgação da informação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rádio novela, debates directos e palestras nas comunidades (estruturas de base, secretário, régulo)</li> <li>- Inclusão da informação produzida no currículo local (ensino primário) e nos temas transversais (ensino secundário)</li> <li>- Produção de folhetos, cartazes e brochuras</li> <li>- projecção de filmes sobre a Ilha (promover discussão sobre vários temas)</li> </ul> | CMCI, GACIM        | DPE, DPC, GACIM, UNESCO, CMIM, CMC, Líderes Comunitários & Religiosos, Secretários de Bairros, Polícia Comunitária |
| Criação de uma página <i>Web</i> (internet) da Ilha Moçambique para divulgação e promoção da Ilha                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | GDIM, CMIM, GACIM, | MITUR, MC, DPT,                                                                                                    |

| 2012                                                                                                                                                                                                                                  | Responsável    | Parceiros                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Produção e colocação de placas de sinalização e didácticas sobre a Ilha como Património classificado pela UNESCO                                                                                                                      | GACIM<br>MC    | CMIM, DPC, GDIM, UNESCO                                                                       |
| 2013                                                                                                                                                                                                                                  | Responsável    | Parceiros                                                                                     |
| Organização de uma exposição sobre património urbano da Ilha (exposições sobre toponímia, cadastro, limites dos espaços públicos, etc.) com vista a uma maior consciencialização dos habitantes sobre os limites dos espaços públicos | GACIM, MC      | UNESCO, DPE, DPC, GDIM, FAPF, Sociedade Civil (Associações) Líderes Comunitários e Religiosos |
| Organização de uma exposição sobre património intangível da Ilha (baseado na segunda brochura)                                                                                                                                        | GACIM, MC      | UNESCO, DPE, DPC, GDIM, DPC, Sociedade Civil (Associações) Líderes Comunitários e Religiosos  |
| Actualização das exposições permanentes dos museus da Ilha e apetrechamento das colecções existentes                                                                                                                                  | Museus da Ilha | GACIM, MC, DPC, DAA, Museólogos, Arqueólogos, Arquitectos, UNESCO, ICOM                       |
| Criação de núcleos museológicos, que incorporem temas sobre escravatura, vestuário, pescas e outros significativos sobre a história local da Ilha                                                                                     | Museus da Ilha | GACIM, MC, DPC, DAA, Museólogos, Arqueólogos, Arquitectos, UNESCO, ICOM                       |
| 2014                                                                                                                                                                                                                                  | Responsável    | Parceiros                                                                                     |
| Programa de formação sobre o património subaquático, náutico e arqueológico com os pescadores                                                                                                                                         | GACIM          | MC, DAA, CIHA, UNESCO, AWHF, Arqueólogos                                                      |

## 6.2. Interpretar e apresentar o sítio com base na nova declaração do significado cultural

| 2010                                                                                                                | Responsável           | Parceiros                                      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------------------------------------------|
| Criação e operacionalização de um pacote turístico (itinerários) da Ilha                                            | Operadores Turísticos | DPT, APETUR, GACIM, MICTUR, Agentes Económicos |
| Formação de guias turísticos                                                                                        | Operadores Turísticos | APETUR, AAIM, DPT, MICTUR                      |
| 2011                                                                                                                | Responsável           | Parceiros                                      |
| Produção e colocação de placas de identificação e painéis de orientação no sítio (Zona Central e Zona de Protecção) | GACIM                 | MC, DPC, DAA, Arqueólogos, Arquitectos, UNESCO |

## Indicadores para o objectivo 6

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2010 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Arquivo acessível ao público disponível no GACIM;</li> <li>- Plano de Gestão e Conservação publicado e disponível para os diversos parceiros/<i>stakeholders</i>;</li> <li>- Plano disponíveis para a venda na Ilha e outros locais em Moçambique;</li> </ul> |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|             |                                                                                                                                                                                                  |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2011</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projecto para a produção e colocação de placas enviado aos potenciais financiadores;</li> <li>- Página Web (website) da Ilha criado;</li> </ul>         |
| <b>2012</b> | - Placas de identificação e didácticas colocadas no sítio;                                                                                                                                       |
| <b>2013</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estratégia de disseminação/marketing para a Ilha definida;</li> <li>- Exposição sobre património da Ilha (tangível e intangível) organizada;</li> </ul> |
| <b>2014</b> | - Membros da comunidade local sensibilizados e treinados.                                                                                                                                        |

|                    |                                                                                                       |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objectivo 7</b> | <b>Reforçar e operacionalizar o quadro legal referente a protecção do Património Cultural da Ilha</b> |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|

### 7.1. Disseminar leis e princípios aplicáveis ao património da Ilha

| <b>2010</b>                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------|
| Compilação da legislação pertinente concernente a gestão urbana orientada na conservação do património                                                                                                                                                                     | CMIM, GACIM        | UNESCO, FAPF, MC              |
| <b>2011</b>                                                                                                                                                                                                                                                                | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>              |
| Disseminação dos instrumentos legais (Lei 10/ 88, Decreto 27/94, resolução 12/97, Posturas Municipais e Estatuto Específico da Ilha de Moçambique) de modo a sensibilizar os vários parceiros (instituições públicas e religiosas, agentes privados e comunidade no geral) | CMIM, GACIM, MC    | Sociedade Civil (Associações) |

### 7.2. Melhorar a protecção do Património Cultural da Ilha

| <b>2010</b>                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Revisão do Código de Posturas Municipais,                                                                        | CMIM               | FAPF, Sociedade Civil, GACIM                                                           |
| <b>2011</b>                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                       |
| Elaboração da fundamentação para a ratificação da Convenção da UNESCO de 2001 por parte do Governo de Moçambique | GACIM, MC          | GACIM, INAMAR, Administração Marítima, CIHA, DAA, MICOA, UNESCO, Arqueólogos, Juristas |
| Delimitação e oficialização dos limites do Sítio (limite físico da Zona de Protecção da Ilha)                    | CMIM, GACIM        | MC, UNESCO                                                                             |
| <b>2012</b>                                                                                                      | <b>Responsável</b> | <b>Parceiros</b>                                                                       |
| Sensibilização do público sobre os limites do Sítio do Património Mundial                                        | CMIM, GACIM,       | MC, UNESCO, Sociedade Civil (Associações)                                              |

### Indicadores para o objectivo 7

|             |                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>2010</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Dossier e relatório sobre a compilação dos principais instrumentos legais disponível no GACIM e CMIM;</li><li>- Limites do sítio (Zona de Protecção) definidos num mapa disponível no GACIM e CMIM.</li></ul> |
| <b>2011</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Documento simplificado e didáctico sobre os procedimentos legais referentes ao património da Ilha;</li></ul>                                                                                                  |
| <b>2012</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Relatório sobre o nível de conhecimento da sociedade civil no concernente aos procedimentos para a protecção do património;</li></ul>                                                                         |
| <b>2013</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Relatório sobre o nível de conhecimento da sociedade civil no concernente aos procedimentos para a protecção do património.</li></ul>                                                                         |

**Tabela – Cronograma do Plano de Acção (2010-2014)**

|                                                                                                                                                                                 | 2010  | 2011            | 2012            | 2013    | 2014 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----------------|-----------------|---------|------|
| <b>Pôr em funcionamento o Comité de Gestão</b>                                                                                                                                  |       |                 |                 |         |      |
| Organização do fórum de debate para assuntos de gestão da Ilha                                                                                                                  | x     |                 |                 |         |      |
| Elaboração de uma proposta do sistema de gestão da Ilha                                                                                                                         | x     |                 |                 |         |      |
| Apresentação da proposta do sistema de gestão aos vários parceiros                                                                                                              | x     |                 |                 |         |      |
| Actualização da proposta do sistema de gestão da Ilha                                                                                                                           | X     |                 |                 |         |      |
| Implementação um sistema de gestão da Ilha                                                                                                                                      | X     |                 |                 |         |      |
| Reprodução do Plano (acima de 100 exemplares)                                                                                                                                   | x     |                 |                 |         |      |
| Distribuição do Plano aos diversos parceiros ( <i>stakeholders</i> )                                                                                                            | x     |                 |                 |         |      |
| Divulgação do Plano por meio electrónico: <i>website</i> e disco                                                                                                                |       | x x x           |                 |         |      |
| Organização de encontros regulares (trimestralmente) para implementação do Plano                                                                                                |       | x x x x x x x x | x x x x x x x x |         |      |
| <b>Criar um sistema de financiamento para gestão e monitoria do Sítio</b>                                                                                                       |       |                 |                 |         |      |
| Elaboração do orçamento para viabilizar o sistema de gestão adoptado                                                                                                            | x     |                 |                 |         |      |
| Abertura de uma conta específica para a gestão da Ilha                                                                                                                          | x     |                 |                 |         |      |
| Monitoria do processo de implementação do Plano                                                                                                                                 | X     | x x             | x x             | x x     | x x  |
| Produção e venda de uma brochura referente ao património da Ilha                                                                                                                | x x x |                 |                 |         |      |
| Preparação do relatório financeiro anual e dinamização das estratégias de angariação de fundos                                                                                  | x     |                 | x               | x       | x    |
| <b>Melhorar os conhecimentos sobre o Património Cultural tangível da Ilha</b>                                                                                                   |       |                 |                 |         |      |
| Recolha do material (documentação e inventário) produzido em projectos anteriores referentes ao património da Ilha                                                              | x x   |                 |                 |         |      |
| Actualização do cadastro de propriedade dos edifícios                                                                                                                           | x x   |                 |                 |         |      |
| Avaliação do estado de conservação do património imóvel                                                                                                                         | x x   |                 |                 |         |      |
| Classificação dos imóveis da Ilha de acordo com o seu significado cultural, autenticidade e estado de conservação (ver atribuição da classificação para o património cultural)  | x x   |                 |                 |         |      |
| Estabelecimento de um programa de monitoria do estado de conservação do património imóvel da Ilha                                                                               | x     | x               | x               | x       | x    |
| Actualização do cadastro e do inventário dos imóveis da Ilha                                                                                                                    | x x   |                 | x               | x x     |      |
| Inventariação do Património Cultural Imóvel da Zona de Protecção                                                                                                                |       |                 | x x x           |         |      |
| Inventariação do património subaquático, náutico e arqueológico actualmente conhecido, bem como o do património móvel disperso com valor histórico e cultural existente na Ilha |       |                 | x x x x         | x x x x |      |

[illegible]

[illegible]



|                                                                                                                                                                           |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---|---|---|--|---|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Avaliação das necessidades da população em termos de iniciativas sustentáveis                                                                                             |  |   | x |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Elaboração de estratégias para a promoção do turismo cultural e comunitário                                                                                               |  |   | X |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Definição de critérios para implementação/apoio às iniciativas sustentáveis                                                                                               |  | x | x |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Adopção de um sistema de angariação de fundos para apoio às iniciativas sustentáveis                                                                                      |  |   | x |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Estudo de viabilidade da revitalização do estaleiro de construção de barcos usando técnicas tradicionais locais                                                           |  |   |   | x |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Revitalização o estaleiro de construção de barcos no continente para a promover as técnicas tradicionais ( <i>pirogas, cangais</i> )                                      |  |   |   |   |  |   |  | x | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Apoio à realização das feiras semanais (indústrias culturais) – Santo António (segundas e quintas) e no Lumbo (Domingos) para divulgar e comercializar os produtos locais |  |   |   |   |  |   |  |   | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| Promoção da moda, dança, gastronomia, técnicas tradicionais de construção (de barcos, macuti, pedra e cal), lendas da Ilha de Moçambique                                  |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   |   | x | x |   |   |   |   |   |   |
| Programas de apoio das iniciativas culturais locais da sociedade civil (festivais; isenção do pagamento de renda de aluguer de edifícios por um período determinado)      |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   | x | x | x | x | x | x |   |
| Promoção de um Centro de Arte e Artesanato do Lumbo (MES-Militar), para aprendizagem das técnicas tradicionais locais                                                     |  |   |   |   |  | x |  |   | x |   |   |   | x |   |   |   |   |   |   | x |
| Realização do Festival Anual (Omuiphiti) e o Ecarama (festival popular de intercâmbio cultural entre as comunidades)                                                      |  |   |   |   |  | x |  |   | x |   |   |   | x |   |   |   |   |   |   | x |
| <b>Melhorar as condições de vida dos Ilhéus</b>                                                                                                                           |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Inquéritos sobre a situação do saneamento do meio da Ilha (cidade de Macuti) e elaborar propostas de intervenção                                                          |  | x | x |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Consciencialização dos habitantes sobre os limites dos espaços públicos                                                                                                   |  |   | x |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Elaboração do Plano de Urbanização do Distrito com vista a solucionar os problemas de pressão demográfica e saneamento do meio que afecta a parte insular                 |  |   |   |   |  |   |  | x | x | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Estudo de impacto sociocultural do projecto de criação de actividades económicas na Ilha de Moçambique (parte insular e continental)                                      |  |   |   |   |  |   |  |   | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Elaboração de um programa de incentivos/contrapartidas para medidas de intervenções nos espaços públicos e privados (casas, ruas, praças, etc.)                           |  |   |   |   |  |   |  |   | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Implementação do Plano de Urbanização de modo a criar condições básicas (saúde, educação, habitação, infra-estruturas, etc.) de acordo com as opções apresentadas no PDIM |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| <b>Reforçar os conhecimentos dos construtores e mestres-de-obras em matérias de conservação</b>                                                                           |  |   |   |   |  |   |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |

|                                                                                                                                                                                                      |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|---|---|---|---|--|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Avaliação das competências disponíveis em termos de técnicas construtivas (modernas e tradicionais)                                                                                                  |   |   | x |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Preparação de um projecto sobre o modelo arquitectónico para as casas de macuti de acordo com o significado cultural da Ilha para as necessidades actuais (água, electricidade, saneamento) do meio) |   |   |   |   |   |  |  |   | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Aplicação da experiência da construção em Macuti na implementação do Balcão de Informação Turística na Ilha                                                                                          |   |   |   |   |   |  |  |   | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Criação de um fórum dos mestre-de-obras, pedreiros e construtores com vista a melhorar e usar métodos e técnicas comuns de construção                                                                |   |   |   |   |   |  |  |   | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Formação de técnicos locais com vista ao melhoramento dos materiais de construção tradicionais                                                                                                       |   |   |   |   |   |  |  |   | x |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Elaboração e implementação do projecto-piloto N°2 de construção e conservação usando o sistema construtivo tradicional (casas de macuti) nos Bairros de Macuti                                       |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   | x | x |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Disponibilização de incentivos para a aplicação das técnicas melhoradas referentes a construção e conservação das casas (macuti e cal) de forma sustentável                                          |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   |   |   | x |   |   |   |   |   |   |   |
| Criação de um centro de pesquisas, estudos e ensaios de materiais de construção tradicional (na Escola Profissional)                                                                                 |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   | x | x | x | x |   |
| <b>Melhorar o acesso aos materiais de construção</b>                                                                                                                                                 |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Avaliação da viabilidade do uso dos diferentes materiais de construção na conservação da Ilha (custo, disponibilidade no mercado local)                                                              |   |   | x |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Criação de um estaleiro de materiais de construção na Ilha (nas oficinas da antiga Captania) e de materiais de construção tradicionais no Lumbo                                                      |   |   |   | x | x |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Adopção de mecanismos de controlo e monitoria (licenciamento) dos exploradores de areia, pedra, cal, macuti                                                                                          |   |   |   | x | x |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Identificação de um local adequado (jazigo) para extracção de pedra (pedra queijo e pedra coral) e areia (areia fina, areia grossa) para construção sem prejuízo do meio ambiente                    |   |   |   | x | x |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Programas de plantio de árvores de sombra na Ilha e espécies florestais no continente para a obtenção dos materiais tradicionais de construção (coqueiro, pau-ferro, murapa)                         |   |   |   |   |   |  |  | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| <b>Melhorar os conhecimentos dos habitantes da Ilha sobre o Património Cultural tangível e intangível</b>                                                                                            |   |   |   |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Criação de uma base de dados (arquivo) sobre o património (edificado, intangível e subaquático) da Ilha e da zona adjacente (Lunga, Mussuril, Muchelia) acessível à população                        | x | x | x |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
| Formação de agentes de divulgação do significado cultural da Ilha (por exemplo líderes religiosos,                                                                                                   |   |   | x |   |   |  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |

[illegible]

[illegible]

## 6. PRESSUPOSTOS

À semelhança dos anteriores Planos Estratégicos, de Conservação e/ou de Desenvolvimento socioeconómico da Ilha de Moçambique, o sucesso do presente Plano está radicalmente dependente de um conjunto de pressupostos, quer a nível político, quer legal, quer ainda da disponibilidade dos necessários meios humanos, técnicos e financeiros. O sucesso deste Plano dependerá ainda da verificação de vários pressupostos transversais a todas as componentes, tais como:

- Aprovação do Plano pelo Governo Central como forma de garantir o envolvimento directo de todos intervenientes (administração pública central e local; parceiros privados nacionais e estrangeiros; a população abrangida ou *stakeholders*) e garantir financiamento para a implementação e monitoria do Plano;
- Existência da dotação adequada do OGE necessária para assegurar a participação pública em projectos de conservação e nos custos de funcionamento corrente dos órgãos locais (orçamento para manutenção dos imóveis em posse do GACIM);
- Reforço dos meios humanos e técnicos ao dispor do GACIM para a implementação das várias actividades (por exemplo: programas de preservação e valorização do património, nas suas diferentes componentes) que lhe são atribuídas no Estatuto Específico da Ilha de Moçambique, bem como as previstas no presente Plano de Conservação e Gestão.

Sem a concretização de tais pressupostos, que a partida colocam enormes desafios, o Plano não passará de mais um projecto que não saiu do papel.

## VI. Referências

- Adamowicz, L., 1987. Projecto CIPRIANA 1981-1985 - Contribuição para o conhecimento arqueológico entre-os-rios Lúrio e Ligonha, província de Nampula. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 5:47-144.
- Akibodé, C. 2009. Sistema de Gestão dos Sítios: a participação das partes interessadas. Comunicação apresentada no *Curso de sobre o Processo de Candidatura e Gestão de Sítios do Património Mundial dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)*, Pemba e Ilha do Ibo, de 31 de Agosto a 11 de Setembro de 2009.
- Angius, M. & Zamponi, M. 1999. Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Culturas. San Marino: AIEP.
- Burra Charter. 1999. *The Australian ICOMOS Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance*. Australia: ICOMOS.
- Capela, J. 2002. *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Carrilho, J. 2005. *Ibo: a casa e tempo*. Maputo: FAPF/UEM.
- CEDH/FAPF 2008. *Plano de Urbanização da Vila do Ibo*. Cabo Delgado: GPCD/MICOA.
- Chami, F. 1994. The Tanzanian Coast in the First Millenium AD. An archaeology of the iron-working, farming communities. *Studies in African Archaeology* 7. Uppsala: Societas Archaeologica Uppsaliensis.
- CMIM 2005. Plano Estratégico para a Gestão do Património Edificado da Ilha de Moçambique (2005-2010). Ilha de Moçambique: CMIM.
- CMIM 2006a. Plano de Urbanização - Programa de Apoio ao Sector do Ambiente - Componente 7 Cidades/Gestão do Ambiente Urbano para Sete Municípios.
- CMIM 2006b. *Código de Posturas Municipais*. Ilha de Moçambique: CMIM.
- CESO-CI 2009. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique*. Maputo: BAD/MEC.
- Decreto nº 27/94, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural, *Boletim da República* nº 29 (I), de 20 de Julho de 1994.
- Decreto nº 11/2005 CONSELHO DE MINISTROS (2005). Decreto nº 11/2005 de 10 de Junho: Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado
- Decreto nº 27/2006 de 13 de Julho: Aprova o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique.
- Decreto nº 28/2006 de 13 de Julho: Cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respectivo Estatuto Orgânico.
- Decreto nº 44/2006: Aprova o Regulamento de Mergulho Amador.
- DINAC 2004. Parecer relativo ao pedido de renovação de Licença para trabalhos arqueológicos em nome de Alejandro Mirabal, no âmbito do contrato com as Sociedades Património Internacional, SARL e Arqueonautas World Wide, SA. Maputo: Direcção Nacional da Cultura.
- DINAC 2007a. Technical Assistance Request from the Republic of Mozambique. AFRICA2009/UNESCO.
- DINAC 2007b. Relatório da Reunião de Harmonização dos Projectos de Investimento para o desenvolvimento da Ilha de Moçambique. Maputo: Direcção Nacional da Cultura.

- Duarte R. T. & Meneses, M. P. 1996. The Archaeology of Mozambique Island. In Pwiti, G. & Soper, R. (eds.) *Aspects of African Archaeology – Papers from the 10th Congress of Pan African Association for Pre History and Related Studies*: 555-559. Harare: University of Zimbabwe Publications.
- Eloundou, L. & Weydt, J. 2009 (Eds.) *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique*. Paris: UNESCO.
- Fundação Calouste Gulbenkian 1983. *A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GACIM-MEC 2007. Documento n.º 0.7/SCI/2007 – Plano de Acção para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique (2007-2011). Ilha de Moçambique: GACIM.
- GACIM 2010. Relatório de Actividade de 2009. Ilha de Moçambique: GACIM.
- Google Earth 2009. <http://earth.google.com>.
- INE 2007. Sinopse dos Resultados Definitivos do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação. Província de Nampula.
- José Forjaz Arquitectos 2010. *Island of Mozambique - Architectural Survey and Study on Local Vernacular Architecture*. Reference Nr: 513MOZ4001. Maputo: José Forjaz Arquitectos.
- Lei nº 10/88, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural moçambicano, *Boletim da República* nº 51 (I), de 22 de Dezembro de 1988.
- Lei nº 10/97, que cria os Municípios de Cidade e de Vila em algumas Circunscrições Territoriais. *Boletim da República* nº 56, de 31 de Maio de 1997.
- Lei nº 8/2003, que define os Princípios e Normas de Organização, Competências e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado nos Escalões de Província, Distrito, Posto Administrativo e Localidade.
- Lobato, A. 1970. Conservar e Modernizar na Ilha de Moçambique. *Monumenta* 6 (VI): 7-10. Lourenço Marques: Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique.
- Macamo, S. 2003a. *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*, Maputo: MC/UNESCO.
- Macamo, S. (coord.) 2003b. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. Maputo: MC/DNPC.
- MEC 2007. *Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique*. 1ª Edição. Maputo: MEC.
- MEC/DINAC 2007. *Levantamentos de Projectos Socioeconómicos da Ilha de Moçambique*. Maputo: DINAC.
- EXPO'92. *Ilha de Moçambique, Ponto de Encontro de Civilizações*. Maputo: Museu Nacional de Arte.
- Mutal, S. 1998. *Ilha de Moçambique – World Heritage Site: A Programme for Sustainable Human Development and Integral Conservation*. Maputo: STS-UNESCO/UNDP.
- Ndoro, W. 2005. *The Preservation of Great Zimbabwe: Your Monument our Shrine*. ICCROM *Conservation Studies* 4. Rome: ICCROM.
- Ndoro, W., Mumma, A. & Abungu, G. (eds) 2008. *Cultural Heritage and the Law. Protecting Immovable Heritage in English Speaking Countries of Southern Africa*. ICCROM *Conservation Studies* 8. Rome: ICCROM.
- Pereira, L. F. 1988. Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique – património histórico nacional em degradação acelerada. *Arquivo* 4: 5-12. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

- Pereira, L. F. 1988. Notas sobre o comércio no Norte de Moçambique em meados do século XVIII. *Arquivo* 4: 79-82. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Pereira, L. F. 1994. As Transformações Urbanas na Ilha de Moçambique.
- Nguirazi, T. 2008. Conservation of Traditional Buildings on the Island of Mozambique: A Case Study of Macuti City. Harare: University of Zimbabwe.
- Resolução 12/2010, que aprova a Política de Monumentos, *Boletim da República* nº 59, de 27 de Abril de 2010.
- Rodrigues, E.; Rocha, A. & Nascimento, A. 2010. *A Ilha de Moçambique*. Maputo: Alcance Editores.
- Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique/ Arkitektiskolen I Aarhus 1985. Ilha de Moçambique – Relatório/ Report 1982-85 (“Livro Azul”).
- Serra, C. 2000 (Coord.). História de Moçambique vol.1. Maputo: Livraria Universitária.
- Tecno-Serve 2006. Ilha de Moçambique – O Orgulho de um povo – Apresentação ao Governo (*PowerPoint*).
- UCODIN 2010. Plano Estratégico da Província de Nampula 2010-2020. Nampula: Governo da Província de Nampula.
- UNESCO 1972. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris: WHC.
- UNESCO 2001. Convention on the Protection of the Underwater Cultural Heritage. Paris: WHC.
- UNESCO 2003. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Paris: WHC.
- UNESCO 2008. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Paris: WHC.



## VII - ANEXOS

### ANEXO 1 – LISTA DOS PARTICIPANTES

#### A. LISTA DOS PARTICIPANTES DO I SEMINÁRIO SOBRE A PREPARAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, 9 DE JUNHO DE 2009

| Ordem | Nome               | Instituição      | Função                  | Contacto     |
|-------|--------------------|------------------|-------------------------|--------------|
| 1     | Abacar Atumane     | GACIM            | Motorista               | 822554490    |
| 2     | Abacar Naimo       | TURISMO          | Director                | 824556810    |
| 3     | Abeta J. Sequeira  | GACIM            | Técnica                 | 825812349    |
| 4     | Agi Assumane       | ASSOPIMO         | Pescador                | ...          |
| 5     | Agostinho Uanieque | SDEJT-I.M        | Director                | 826800740    |
| 6     | Albino Jopela      | UEM/ DINAC       | Docente                 | 820901710    |
| 7     | Alfa Miguel        | GACIM            | Técnico                 | 826631650    |
| 8     | Amade Rafael       | CMCIM            | Coordenador             | 824759220    |
| 9     | Antoine Millnoux   | ASOTUR           | Operador                | 824542070    |
| 10    | Assane Etanto      | CMIM             | Vereador                | 826644060    |
| 11    | Beatriz Cetting    | UNESCO           | Arquitecta              | 845632809    |
| 12    | Buanamade          | GACIM            | Auxiliar                |              |
| 13    | Carlos Jasso       | CMIM             | Assessor                | 825984050    |
| 14    | Carlos Magassiga   | OIKOS            | Coordenador             | 827270620    |
| 15    | Celestino Girimula | GACIM            | Director                | 826400580    |
| 16    | Domingos Artur     | DINAC            | Director                |              |
| 17    | Domingos Zacarias  | AAIM             | Presidente              | 823890733    |
| 18    | Eusébio Colulia    | SDEJT-I.M        |                         | 825976130    |
| 19    | Faiza Momade       | Orera Orera      | Secretária              | 826702640    |
| 20    | Farana Sifa        | Adm. Maritima    | Administrativa          | 826866760    |
| 21    | Flora Maglhães     | APETUR           | Presidente              | 824543290    |
| 22    | Francisco Benesse  | MEC-DINAC        | Chefe de Departamento   | 827011740    |
| 23    | Francisco Monteiro | UNESCO           | Conselheiro Técnico     | 827056258    |
| 24    | Hafiz Jamu         | Confraria Bagdad | Sajjada                 | 826055992    |
| 25    | Jeans Hougard      | GACIM            | Consultor               | 825578440    |
| 26    | Joana Paruque      | DINAC            | Secretária de Direcção  |              |
| 27    | Lúcia Omar         | GACIM            | Técnica de Investigação | 820994530    |
| 28    | Manuel Paulo       | CMIM             | Vereador                | 82 4015099   |
| 29    | Manuel Sumalgy     | CMCIM            | Vereador                | 826908820    |
| 30    | Marcos Evaristo    | DINAC            | Chefe de Departamento   | 823240640    |
| 31    | Mário Intetepe     | DPC-NPL          | Chefe de Departamento   | 826686010    |
| 32    | Matias Mutetere    | PRM              | Agente Policial         | 827507230    |
| 33    | Momade Osumane     | AMODER           | Coord. de Projecto      | 8295044343   |
| 34    | Nagihe Mussa       | STAE             | Digitalizador           | 828795448    |
| 35    | Rakotomamongy      | Africa 2009      |                         | +33662681974 |
| 36    | Seana Daúd         | MUSET- NPL       | Técnica de Investigação | 826907070    |
| 37    | Sérgio Cambuile    | GACIM            | RAF                     | 842003215    |
| 38    | Silverio Nauaito   | MUSIM            | Director                | 824258490    |
| 39    | Solange Macamo     | DINAC            | Dir. Nacional Adjunta   | 824101286    |
| 40    | Teodato Ngurazi    | Consultor        | Arquitecto              | 824120220    |
| 41    | Thindeka D.        | UNESCO           | Assistente de Projecto  | 824159173    |

|    |                |      |             |           |
|----|----------------|------|-------------|-----------|
| 42 | Tuquia B. Juma | GDIM | Funcionário | 824232516 |
|----|----------------|------|-------------|-----------|

**B. LISTA DOS PARTICIPANTES DO II SEMINÁRIO SOBRE A PREPARAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, 7 DE AGOSTO DE 2009**

| Ordem | Nome                 | Instituição       | Função                  | Contacto       |
|-------|----------------------|-------------------|-------------------------|----------------|
| 1     | Abacar A.S. Naimo    | Turismo           | Director                | 82 4556810     |
| 2     | Abdula Abdala        | Posto             | Régulo                  | 82 6621051     |
| 3     | Abeta J. Sequeira    | GACIM             | Técnica                 | 82 6702640     |
| 4     | Abudo Amade          | Habitante-Macuti  | Estudante               |                |
| 5     | Agostinho Malissau   | Admin. Marítimo   |                         | 82 6747360     |
| 6     | Agostinho Uanieque   | S.D.E.J.T         | Director                | 82 6800740     |
| 7     | Albino Jopela        | UEM               | Consultor               | 82 0901710     |
| 8     | Alfa Miguel          | GACIM             | Técnico de Turismo      | 82 6631650     |
| 9     | Amade Mohamed        | PA - Lumbo        | Chefe do Posto          | 82 6943040     |
| 10    | Anli Momade          | Habitante-Macuti  | Estudante               | 82 4095492     |
| 11    | Armino Gove          | GDIM              | Secretário Permanente   | 82 9162590     |
| 12    | Assuba Saide         | Sociedade Civil   | Estudante               |                |
| 13    | Bako Rakomamonjy     | África 2009       | Project Specialist      | +33 76 6983 90 |
| 14    | Belito Celestino     |                   | ADC                     |                |
| 15    | Buarmamade           | GACIM             | Auxiliar Administrativo |                |
| 16    | Carlos Jasso         | CMIM              | Assessor                |                |
| 17    | Celestino Girimula   | GACIM             | Director                | 826400580      |
| 18    | Chambane Albino      | Cdo. PRM          | Chefe de Operações      | 82 5653042     |
| 19    | Domingos Artur       | DINAC             | Director                | 82 3868070     |
| 20    | Domingos Zacarias    | AAIM              | Presidente              | 82 3890733     |
| 21    | Elísio J. Juarte     | SDAE Ilha         | Director                | 82 9040630     |
| 22    | Eusebio Coholia      | S.D.E.J. Mossuril | Substituto do Director  | 82 5976130     |
| 23    | Feuza Momade         | Orera Orera       | Secretária              | 4129234        |
| 24    | Francisco Benesse    | MEC-DINAC         | Chefe Departamento      | 82 7011740     |
| 25    | Francisco Monteiro   | UNESCO            | Conselheiro             | 82 7056258     |
| 26    | Hafiz Jamú           | Confrar. Qadiriya |                         | 82 5812349     |
| 27    | Helena Vicente       | Casuarina Camping | Empresária              | 82 9522610     |
| 28    | Jens Hougard         | GACIM             | Ass. Técnica            | 82 5578440     |
| 29    | Joana Cristina Sofio | MUSIM             | Conservadora/Restaur    | 82 2542866     |
| 30    | Joana Paruque        | MEC-DINAC         | Técnica                 | 21- 313176/94  |
| 31    | Jovenato Bernardo    | S.D.P.I.          | Director                | 827619300/84   |
| 32    | Lúcia Manuel         | Saúde             | Directora               | 82 0262200     |
| 33    | Lúcia Omar           | GACIM             | Técnica                 | 82 0994530     |
| 34    | Luís Filipe Pereira  | CNPC/AAIM         | Membro                  | 82 7044260     |
| 35    | Mafalda Jorge        | MUSIM             | Conservadora/Restaur.   | 84 2357680     |
| 36    | Malimo Himo          | GACIM             | Auxiliar Administrativo | 82 5358842     |
| 37    | Manuel Sulemane      | CMIM              | Vereador                | 82 6908820     |
| 38    | Marcos Evaristo      | MEC-DINAC         | Chefe do Departamento   | 82 3240640     |
| 39    | Mário Intetepe       | DPEC-Nampula      | Chefe Departamento      | 82 6686010     |
| 40    | Momade Ibraimo       | ASSOIMO           | Presidente              | 82 3129769     |

|    |                   |                  |                         |            |
|----|-------------------|------------------|-------------------------|------------|
| 41 | Momade Osumane    | AMODER           | Coordenador             | 82 9504343 |
| 42 | Muaziza Assane    | APETUR           | Membro                  | 82 3203721 |
| 43 | Oliveira Rareque  | Administração IM | Administrador           |            |
| 44 | Paula Oksanem     | APETUR           | Tesoureira              | 82 3174160 |
| 45 | Rajabo Mussa      | GACIM            | Auxiliar Administrativo | 82 7044539 |
| 47 | Seana Daúd        | Museu Etnologia  | Técnica                 | 82 6907070 |
| 48 | Sérgio Cambuile   | GACIM            | RAF                     | 84 2003215 |
| 49 | Sérgio Crispim    | AAIM             | Colaborador             | 82 7146347 |
| 50 | Silvério Nawaito  | MUSIM            | Director                | 82 4258490 |
| 51 | Stefano Ferroni   |                  | Médico                  |            |
| 52 | Tuquia Bacar Juma | Assoc. ACUMIM    | Presidente              | 82 4232516 |
|    | Vírgilio Imposto  | GACIM            | Estagiário              | 82 9587480 |

**C. LISTA DOS PARTICIPANTES DO III SEMINÁRIO SOBRE A PREPARAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, 17-18 DE NOVEMBRO DE 2009**

| Ordem | Nome                 | Função          | Instituição        | Contacto/email |
|-------|----------------------|-----------------|--------------------|----------------|
| 1     | Abacar S.Naimo       | Director        | Turismo            | 824556810      |
| 2     | Abdurremane Ibraimo  | Regulo          |                    | 823205806      |
| 3     | Abdurremane Ibraimo  | Regulo          | Ampapa             | 823205806      |
| 4     | Agostinho malissau   | Admin. Maritimo | Admin. Maritima    | 826747360      |
| 5     | Agostinho Malissau   | Admin. Maritimo | Adm.Maritima       | 826747360      |
| 6     | Agostinho Uanieque   | Director        | SDEJ-Ilha de Moç   | 822555124      |
| 7     | Alfa Miguel          | Tecnico         | GACIM              | 826631650      |
| 8     | Alfa Miguel          | Téc.Turismo     | GACIM              | 826631650      |
| 9     | Amade A.Mohamede     | Chefe do Posto  | Posto Adm.Lumbo    | 826943040      |
| 10    | Amade Ismael         | Coordenador     | CMC Ilha de Moç    | 824759220      |
| 11    | Amade Ismael         | Coordenador     | CMC Ilha de Moç    | 824759220      |
| 12    | Amade S Muhamede     | Chefe do Posto  | Posto Adm.Lumbo    | 826943040      |
| 13    | André Uandela        | Consultor       | UmcConsultor-P13   | 21312833       |
| 14    | Assane Etopito       | Vereador        | C.M.C.I.M          | 826644060      |
| 15    | Atija Ali            | Vice-Presidente | ACUMIM             | 825274173      |
| 16    | Bakotomamo           | Arquitecta      | Africa 2009        |                |
| 17    | Carlos Magadiga      | Coordenador     | OIKOS              | 827270620      |
| 18    | Domingos A. Zacarias | Presidente      | AAIM               | 823890733      |
| 19    | Domingos A. Zacarias | Presidente      | AAIM               | 823890733      |
| 20    | Emanuel Dionisio     | Investigador    | DINAC/MEC          | 826401399      |
| 21    | Emanuel Dionisio     | Hist/Investig   | MEC/DINAC          | 826401399      |
| 22    | Faiza Momade         | Secretaria      | Orera-Orera        | 826702640      |
| 23    | Faiza Momade         | Secretária      | Orera orera        | 826702640      |
| 24    | Flora Magalhães      | Presidente      | APETUR             | 824543290      |
| 25    | Francisco Benesse    | MEC-DINAC       | Chefe Departamento | 82 7011740     |
| 26    | Hafiz Abdurrazaque   | SATJADA         | Confrarias         | 826055992      |
| 27    | Helena Vieira        | Comerciante     | Casuarina          | 829022610      |
| 28    | Jens Hougaard        | Arquitecto      | GACIM              | 825528440      |
| 29    | Joana Paruque        | Protocolo       | DINAC              | 21313176       |
| 30    | Joe Willians         | Infer/Consultor | UNESCO             |                |
| 31    | José Andrade         | Assist. Admin.  | Museu da Ilha      | 826108877      |
| 32    | José Andrade         | Asst. Admin.    | Museu Ilha         | 826108877      |
| 33    | Lazaro D. Agostinho  | Comandante      | PRM                | 824548010      |

|    |                       |                   |                  |             |
|----|-----------------------|-------------------|------------------|-------------|
| 34 | Lúcia Laurentina Omar | Investigadora     | GACIM            | 820994530   |
| 35 | Luís Abdurremane      | Oper. Turístico   | APETUR           | 824367570   |
| 36 | Luís Filipe Rocha     | Técnico           | GACIM            | 822592468   |
| 37 | Manuel Balança        | Sect Cadastro     | CMIM             |             |
| 38 | Manuel Sumalgi        | Vereador          | C.M-Ilha de Moç  | 826908820   |
| 39 | Marcos Fernando       | Chef Do DPTº      | MEC/DINAC        | 84- 3240640 |
| 40 | Maria da Graça        | Vereadora         | C.M.C.I.M        | 826476350   |
| 41 | Maria da Graça        | Vereadora         | CMIM             | 826476350   |
| 42 | Mario A.Intetepe      | C.DPEC            | DPEC             | 826686010   |
| 43 | Mario Paciano         | Director          | SDEJT mOSSURIL   | 826811890   |
| 44 | Misa Tamona           | Intern/Consultant | Museu Nac.Etnol  |             |
| 45 | Momade Gulamo         | Rep.Comunidade    | A.M.S.S          | 820386170   |
| 46 | Momade Ibraimo        | Presidente        | ASSOPIMO         | 823129769   |
| 47 | Mussagi Faquira       |                   |                  |             |
| 48 | Octávio Waite         | Coordenador       | Vilas do Milenio | 828987210   |
| 49 | Octávio X.Waite       | Coordenador       | Vilas de MILENIO | 845680940   |
| 50 | Rakotomamonjy B       | Projct Specialist | Africa 2009      |             |
| 51 | Seana I. Daúd         | Tec.Invest        | Museu de NPL     | 826907070   |
| 52 | Sérgio Cambuile       | RAF               | GACIM            | 842003215   |
| 53 | Solange Macamo        | Dir.Nacional Adj  | MEC/DINAC        | 824101286   |
| 54 | Teodato Nguirezi      | Arquitecto        | Consultor        | 824120220   |
| 55 | Zainal Abdul          | -                 | AAIM             | 828575758   |

## ANEXO 2 – ESFORÇOS PARA A CONSERVAÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

| Ano       | Acontecimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1943      | Em Fevereiro foi constituída a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (CMRHM), à qual cumpria investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia (Diploma Legislativo nº 825, de 20 de Fevereiro). A Ilha de Moçambique passou a estar desde então sob o cuidado da CMRHM.                                                                                                                                                  |
| 1955      | Para garantir a preservação do núcleo urbano da Ilha de Moçambique, este foi classificado como imóvel de interesse público, com excepção da zona ocupada por construções sem carácter permanente que a respectiva Câmara Municipal delimitasse. Foram então definidas algumas medidas relacionadas com as intervenções arquitectónicas a fazer (BO nº22 de 22/ 05/ 55).<br>Há introdução de elementos urbanísticos e decorativos históricos não autênticos da Ilha de Moçambique. |
| 1969-1972 | A CMRHM realizou diversas acções de preservação do património móvel. Iniciou trabalhos de pesquisa, pediu empréstimos, reuniu e comprou diverso património móvel para a criação de museus. Neste contexto foram instalados os museus da Ilha de Moçambique: Museu de Artes Decorativas e Museu da Marinha no Palácio de S. Paulo e Museu de Arte Sacra nos anexos da Igreja da Misericórdia.                                                                                      |
| 1975      | Independência Nacional.<br>O sector Estatal da Cultura, através do Serviço Nacional de Museus e Antiguidades e da Direcção Nacional do Património Cultural, levou a cabo as primeiras medidas de conservação dos monumentos e do património edificado em geral, da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                                                            |
| 1977      | Criou-se a Brigada de Conservação e Restauo, pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades da Direcção Nacional de Cultura, subordinada ao Museu de Nampula, com a tarefa de cuidar da                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

|                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | manutenção dos edifícios que no fim da época colonial tinham sido reabilitados (o Palácio e Capela de S. Paulo e a Mesquita do Lumbo).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>1978</b>      | Realizou-se a 1ª Reunião Nacional de Museus e Antiguidades na Ilha de Moçambique, onde se discutiram também aspectos relacionados com a preservação do património da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>1980</b>      | Início das actividades do Gabinete de Conservação e Restauro da Ilha de Moçambique que passou a dirigir a Brigada e iniciou investigações sobre o património edificado e ambiente da cidade, para futura intervenção ao nível de toda a Ilha. Este Gabinete foi dirigido pelo arquitecto Jens Hougaard e até 1985 serviu como dinamizador e executor das principais acções que posteriormente foram sendo executadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>1981</b>      | Consultor da UNESCO, arquitecto Kzysztow Pawlowsky, visitou a Ilha e elaborou um relatório cujas propostas o Gabinete seguiu nos primeiros anos do seu funcionamento. Em sua opinião a Ilha de Moçambique merecia constar na Lista do Património Mundial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>1982</b>      | Com a criação da Secretaria do Estado da Cultura, criou-se igualmente o Serviço Nacional do Património Edificado, do qual fazia parte o Departamento de Monumentos.<br>Com o objectivo de apoiar a conservação da Ilha de Moçambique, foi constituída a Associação de Amigos da Ilha de Moçambique (AAIM). Entre os vários amigos destaca-se a contribuição do Historiador Luís Filipe Pereira.<br>A 27 de Novembro a República Popular de Moçambique ratificou a Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural do Mundo da UNESCO de 1972 (Resolução nº17/82).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>1983</b>      | Na sequência de uma missão realizada pelo Arquitecto Viana de Lima, organizou-se uma exposição, tendo sido igualmente editado, pela Fundação Calouste Gulbenkian, um estudo chamado: A Ilha de Moçambique em Perigo de Desaparecimento: Uma Perspectiva Histórica, Um Olhar para o Futuro, com um capítulo de Sugestões para uma Recuperação Integrada da Estrutura Urbana da Ilha de Moçambique.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>1983-1985</b> | Realiza-se uma série de estudos, acções de divulgação (exposições, seminários, palestras, publicações), e iniciam-se trabalhos concretos de conservação, restauro e revitalização, resultado de esforços desenvolvidos em anos anteriores que permitiram obter apoios em assistência de técnicos qualificados, meios financeiros, equipamentos e materiais.<br>O Relatório da Ilha de Moçambique 1982-1985, é o resultado do trabalho de pesquisa arquitectónica, pormenorizada (estrutura dos talhões, plantas tipos de edifícios, registo sobre o estado de conservação, princípios de restauro, métodos de restauro, plano para a conservação, infra-estruturas técnicas, levantamentos, programa de acção, etc) com a participação da Escola de Arquitectura de Aarhus (Dinamarca), em parceria com a Secretaria do Estado da Cultura de Moçambique. Este relatório foi elaborado para servir de guia prático para a concretização da conservação e reabilitação da Ilha de Moçambique. Vários serviços estatais e a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique tiveram também uma participação relevante.<br>A partir de 1985, por causa da intensificação da guerra e por questões de segurança, os técnicos dinamarqueses foram evacuados e o trabalho de preservação foi muito prejudicado. |
| <b>1988</b>      | Foi aprovada a Lei de Protecção do Património Cultural, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural moçambicano (Lei nº10/ 88 de 22 de Dezembro).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>1990</b>      | Em Outubro Moçambique submeteu o dossier de candidatura da Ilha de Moçambique ao Comité do Património Mundial da UNESCO. O processo de candidatura da Ilha de Moçambique foi liderado pelo então Ministro da Cultura, Sr. Luís Bernardo Honwana, que contou com uma equipe de colaboradores composta, entre outros, pela Dra. Alda Costa, então chefe do                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | Deprtamento de Museus e pelo Arquitecto Jens Hougaard, como consultor principal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>1991</b>      | <p>A Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial pelo Comité do Património Mundial com base nos Critérios (iv) e (vi) da Convenção, durante a 15ª sessão em Cartago, Tunísia, de 9 a 13 de Dezembro de 1991.</p> <p>Ainda no contexto da guerra, a a população da Ilha cresceu de aproximadamente 6,837 habitantes em 1980 para aproximadamente 11,988 habitantes em 1991. Verifica-se igualmente uma acelerada ocupação dos espaços públicos e das ruínas, associada à pllhagem de madeiras dos edifícios.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>1992</b>      | Na Exposição Universal de Sevilha (EXPO 92), a Ilha de Moçambique ocupou um lugar de destaque no pavilhão de Moçambique, uma iniciativa que veio contribuir em larga escala para a sua divulgação e chamada de atenção para potenciais investidores na área da Cultura.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>1994</b>      | <p>Foi criado em Janeiro, o Gabinete Técnico de Apoio à Reabilitação da Ilha de Moçambique (GTARIM). Este gabinete era constituído pelo Arquitecto José Forjaz, Dr. Luís Filipe Pereira, Dr. Ricardo Teixeira Duarte, Engenheiro Francisco Pereira e pelo Dr. Carlos Trindade. Ao GTARIM foi atribuída a responsabilidade de concepção, coordenação e controlo de todo o programa de recuperação da Ilha de Moçambique (Despacho Ministerial, de 26 de Janeiro de 1994). Por iniciativa do GTARIM foram elaborados estudos mais completos em todas as áreas sociais, económicas e técnicas sobre a Ilha de Moçambique.</p> <p>Promulgou-se o Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico, onde são definidos conceitos e princípios relativos à gestão do património, bem como procedimentos com vista a obtenção de licença para trabalhos arqueológicos.</p> <p>Entrou em funcionamento o Conselho Nacional do Património Cultural, órgão de consulta em questões de Património Cultural, que deu bastante atenção aos assuntos relacionados com a Ilha de Moçambique;</p> <p>O Ministério da Cultura Juventude e Desportos solicitou ao Centro do Património Mundial da UNESCO (WHC), uma assessoria destinada a efectuar o estudo do estado de conservação da Ilha de Moçambique e para elaborar um Plano de Acção para a sua recuperação.</p> |
| <b>1995</b>      | Foram realizadas missões e estudos técnicos sobre diferentes áreas de forma a ser elaborado o Plano Director para a reabilitação da Ilha. Este plano, que teve a contribuição de vários intervenientes locais, foi mais tarde apresentado ao Governo e à comunidade internacional numa Conferência Internacional sobre a Ilha de Moçambique realizada em 1999.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>1996-1997</b> | <p>A Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), durante o ano de 1996, entre outras acções, financiou a reabilitação da Capela de Nossa Senhora do Baluarte, tendo as obras terminado em 1997.</p> <p>Em 1997, na reunião de Évora, Portugal, conclui-se que apenas uma campanha de solidariedade internacional de grande envergadura poderia permitir a salvaguarda da Ilha de Moçambique. Portugal disponibilizou fundos para o arranjo da Praça de Luís de Camões.</p> <p>Através do Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP) foi realizada uma pesquisa aprofundada sobre as colecções dos Museus da Ilha de Moçambique.</p> <p>No âmbito da Organização das Cidades Património Mundial (OCPM), desenvolveram-se perspectivas de trabalho conjunto envolvendo a Ilha de Moçambique. A partir daí várias acções de cooperação entre o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique e o Município da cidade de Bergen, na Noruega, lançaram as bases para o Projecto Ilha-Bergen (2003-2007).</p> <p>Em 1997 uma missão do Centro do Património Mundial da UNESCO recomendou ao Governo de Moçambique a elaboração do Estatuto Específico para a Ilha de Moçambique, como bem do Património Mundial.</p>                                                                                                                                                               |



|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1998 | <p>Um Consultor da UNESCO, Sr. Sílvio Mutal, realizou uma missão em Maputo e na Ilha de Moçambique, com o objectivo de preparar um Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integrada da Ilha de Moçambique. A UNESCO e o PNUD foram os executores do projecto, em coordenação do então Ministério da Cultura, tendo resultado num documento base com linhas mestras para um plano director de gestão da Ilha de Moçambique. O referido documento contém 50 projectos individuais que cobrem as seguintes áreas: acesso à Ilha, águas, drenagem, saneamento, reabilitação do património, habitação, arruamentos, electricidade, comunicações, recolha de lixo, transportes, serviços públicos, formação, pesca, turismo e ambiente. A tónica comum na elaboração destes projectos é a noção de sustentabilidade e utilidade.</p> <p>A Embaixada da Noruega financiou a reabilitação do Palácio de S. Paulo e dos anexos da Igreja da Misericórdia, onde funciona o Museu de Arte Sacra. As obras estavam praticamente concluídas em 2001, altura em que foram reabertos ao público os Museus da Ilha de Moçambique.</p> |
| 1999 | <p>Durante a Conferência Internacional de Doadores, França, Holanda e Portugal, manifestaram interesse em compartilhar diversas obras em monumentos e em infra-estruturas da Ilha de Moçambique. Por esta ocasião a Cooperação Suíça e a França já estavam a financiar a recuperação da rede de abastecimento de água e a Noruega o restabelecimento da energia eléctrica.</p> <p>Por iniciativa da AAIM e com o apoio da Cooperação Suíça, iniciou-se a implementação de um programa de alargamento de redes sanitárias, escolar, de abastecimento de água e fornecimento de energia ao posto administrativo do Lumbo, para que 400 famílias residentes na Ilha fossem para ali direccionadas.</p> <p>Destaca-se ainda um conjunto de iniciativas de intervenção patrimonial por parte de particulares, residentes ou não na Ilha de Moçambique, de Organizações Não-Governamentais, de entidades religiosas e do sector privado, visando recuperar habitações e criar infra-estruturas de natureza social e turística.</p>                                                                                                                |
| 2000 | <p>Por iniciativa da AAIM e com o patrocínio do Grupo Bancário BCP/BIM, foi feita a pintura das fachadas da Ilha, com a colaboração dos residentes.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| 2001 | <p>No dia 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus, o então Presidente da República Joaquim Chissano presidiu à reabertura dos Museus da Ilha de Moçambique. Na mesma ocasião visitou a Escola de Artes e Ofícios reabilitada pela OIKOS com financiamento da União Europeia e o escritório do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GTRIM) recuperado num esforço conjunto entre o Governo moçambicano e a UNESCO, assim como outros monumentos.</p> <p>Por iniciativa do Governo Provincial realizou-se um Seminário sobre o desenvolvimento da micro-região de Mossuril e Ilha de Moçambique, que veio trazer novos elementos ao contexto geral da reabilitação da Ilha de Moçambique.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 2003 | <p>Foi produzido o Inventário Nacional de Monumentos Conjuntos e Sítios do Património Cultural bem como a proposta do documento normative para a preservação e critérios de classificação desses conjuntos, monumentos e sítios. A Ilha de Moçambique é classificada, sob o ponto de vista patrimonial, como conjunto.</p> <p>Uma missão do Centro do Património Mundial da UNESCO, liderada por Michel Le Berre, deslocou-se à Ilha de Moçambique para recolher informações com vista a realização do «Programa de Desenvolvimento e Conservação Durável». O prosseguimento deste documento ficou a cargo do Governo de Moçambique.</p> <p>Por iniciativa da sociedade civil, AAIM e da Associação dos Pequenos Empresários de Turismo (APETUR), têm-se realizado Festivais Culturais na Ilha de Moçambique envolvendo também a</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

|                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | <p>participação das outras Ilhas do Oceano Índico.</p> <p>A UNESCO e o Governo Moçambicano assinaram um Plano de Operações visando a recuperação da Fortaleza de S. Sebastião. Esta iniciativa visava salvaguardar o monumento que se encontrava no início de um processo de degradação que poderia acelerar drasticamente num curto período de tempo, caso não fossem tomadas as medidas necessárias.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>2003-2007</b> | <p>Realizadas importantes actividades para a conservação e gestão da Ilha de Moçambique no âmbito do Projecto Ilha-Bergen, contemplando quatro áreas fundamentais:</p> <p>Planificação da Gestão do Património - Elaboração do Plano Estratégico para a Gestão do Património Edificado da Ilha de Moçambique (2005-2010);</p> <p>Restauro de Monuments em Risco - Reabilitação da casa Girassol e da antiga residência do Governador da Ilha/Lar Feminino.</p> <p>Capacitação Institucional - Capacitação de técnicos do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique (CMIM) em Zanzibar e Bergen; criação de uma Base de dados para Cadastro;</p> <p>Proposta para salvaguarda dos arquivos antigos da Ilha; elaboração pelo CMIM, em 2006, do Código de Posturas Municipais, instrumento que permite monitorar actividades relacionadas com a preservação do ambiente histórico da cidade;</p> <p>Rede das Cidades Patrimoniais da África Oriental.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>2005</b>      | <p>Realizou-se um encontro para definir uma estratégia para a reabilitação da Fortaleza de São Sebastião.</p> <p>Projecto de Formação do Pessoal do Município na Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, realizado pelo arquitecto Alexandre Mimoso, em colaboração com a UNESCO.</p> <p>Missões conjuntas constituídas pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a UNESCO no Programa de Desenvolvimento da Ilha de Moçambique.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>2006</b>      | <p>Uma missão conjunta constituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), BAD e UNESCO, deslocou-se à Ilha de Moçambique, com vista a recolha de dados para a elaboração de um Plano Director. Da missão efectuada resultou uma documentação anotada sobre os termos de referência do Plano Director.</p> <p>Em Maio realizou-se um encontro, em Portugal, entre o o Governo de Moçambique e os parceiros nacionais e estrangeiros para definir prioridades nos Programas de Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique. Assim, reiterou-se a necessidade do fortalecimento da coordenação sob a liderança do Governo e comunicação entre os diversos intervenientes na Ilha, bem como a elaboração de um Plano de Director para a Ilha de Moçambique.</p> <p>O Governo de Moçambique aprovou, o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique e o Estatuto Orgânico do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique – GACIM:</p> <p>Decreto n.º 27/2006, de 27 de Junho que Aprova o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique, estabelece os mecanismos que garantem a conservação e desenvolvimento do Património Mundial da Ilha de Moçambique;</p> <p>Decreto n.º 28/2006, de 27 de Junho que Cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respectivo estatuto orgânico (cria as condições para a existência, no local, de uma equipa executiva com capacidade técnico-profissional e financeira).</p> |
| <b>2007</b>      | <p>No seguimento do Plano de Operações assinado entre o Governo Moçambicano e a UNESCO, teve início o projecto de reabilitação da Fortaleza São Sebastião sob financiamento da UCCLA e dos Governos do Japão, Finlândia, Holanda e Portugal. O projecto foi coordenado pela UNESCO, estando preparação técnica e supervisão a cargo da empresa Forjaz Arquitectos e a execução sob responsabilidade do consorsium Texeira Duarte/Bel. As medidas de reabilitação da Fortaleza contemplam, para além do restauro do conjunto edificado, também a sua reutilização, de forma a assegurar a sustentabilidade do projecto. Numa primeira fase, e após</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |



|                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | <p>os estudos arqueológicos efectuados, foi feita a limpeza e consolidação dos panos da muralha que se apresentavam degradados, bem como dos edifícios existentes no seu interior. Procedeu-se igualmente a reabilitação de raiz do sistema da cisterna para recolha e armazenamento de água e a instalação de uma fontenária para o provimento de água às comunidades, no recinto exterior da Fortaleza. Reabilitou-se igualmente o bloco da Fortaleza para o centro de visita. A segunda fase consistirá na dotação do conjunto edificado das infra-estruturas necessárias ao seu novo funcionamento após a conclusão da obra.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                  | <p>Implantação do GACIM e aprovação da Comissão Técnica.</p> <p>Realizou-se de 5 a 6 de Fevereiro o Seminário de Coordenação sobre a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique com o objectivo de:</p> <p>Submeter a discussão o Plano de Acção para a Gestão do Património Mundial da Ilha De Moçambique, 2007-201;</p> <p>Submeter a aprovação dos Termos de Referência para a elaboração do Plano Director;</p> <p>Dar a conhecer o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique e o Estatuto Orgânico do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM);</p> <p>Apresentar a proposta de criação do fundo comum.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                  | <p>Consultor do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Sr. Mwalim Ali Mwalim, realizou de 20 a 27 de Fevereiro uma missão a Moçambique com o objectivo de monitorar o estado de conservação do Património Mundial da Ilha de Moçambique. A missão enquadra-se na decisão adoptada pelo Comité do Património Mundial, em Julho de 2006, no sentido de se reactivar a monitoria do estado de conservação da Ilha de Moçambique, pelo ICOMOS. O relatório de avaliação do ICOMOS reiterou as constatações de relatórios anteriores, nomeadamente:</p> <p>Falta de saneamento e de ruas adequadas para um sistema funcional de drenagem e controle das inundações, sobretudo na parte da Cidade de Macuti.</p> <p>Degradação das construções e infra-estruturas que foram alienadas e abandonadas pelos respectivos proprietários.</p> <p>Falta de progresso no restauro da Fortaleza de São Sebastião.</p> <p>Ausência de um Plano de Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique.</p> |
| <b>2008-2009</b> | <p>Em Junho de 2008 foi apresentado, pela CESO-CI, o Diagnóstico Estratégico do Master Plan da Ilha de Moçambique, com vista a desenhar um programa de desenvolvimento sustentável para a Ilha e as áreas costeiras adjacentes do Lumbo e Mossuril que, tomando a reabilitação do património histórico como o catalisador para a promoção do desenvolvimento integrado da região, promova a luta contra a pobreza e a geração de emprego e rendimento para a comunidade local.</p> <p>Em Maio de 2009 foi apresentado a versão final do “Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique” (PDIM). O PDIM aguarda ainda por aprovação pelo Governo.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>2009</b>      | <p>Relatório Periódico de Moçambique ao Centro do Património Mundial da UNESCO (Janeiro) menciona que foram reabilitados 37 edifícios (4 edifícios religiosos, 29 edifícios privados e 4 edifícios do Estado). Foram igualmente reabilitadas 495 casas na cidade de Macuti, das quais 330 casas usando material tradicional (macuti) e 165 casas usando material convencional.</p> <p>Missão conjunta da UNESCO/ICOMOS (Fevereiro) reportou que 20 edifícios o colapsaram na totalidade, 40 edifícios privados e 3 na posse do Estado estão em avançado estado de degradação mas se encontram parcialmente habitados, e 38 edifícios privados e 2 edifícios do Estado que estão degradados mas habitados.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

### ANEXO 3 - ALGUNS EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS DA ILHA E A SUA SITUAÇÃO EM TERMOS DE USO CORRENTE<sup>14</sup>

| Nº Registo    | Edifício                                 | Uso                                       | Proprietário Utilizador                            | Situação e estado de conservação                                                 |
|---------------|------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| 01.01         | Fortaleza S. Sebastião                   | Em desuso                                 | Estado                                             | Primeira fase de reabilitação efectuada                                          |
| 02.02         | Armazéns Caramo                          | Em desuso                                 | IMOTUR                                             | Em ruína                                                                         |
| 04.05         | Clube Sporting                           | Em desuso                                 |                                                    | Em ruína                                                                         |
| 06.08         | Antigo liceu                             | Lar de professores                        | Serviços Distritais de Educação e Cultural         | Uso impróprio e em degradação acelerada                                          |
| 06.07         | Convento S. Domingos                     | Tribunal                                  | Direcção Provincial de Justiça                     | Sob uso e em degradação                                                          |
| 06.06         | Igreja S. Domingos                       | Em desuso                                 |                                                    | Reconstrução da fachada nos anos 60, espaço vazio em desuso                      |
| 03.07         | Antigo Palácio do Capitão Mor            | Em desuso                                 | Em disputa                                         | Em ruína                                                                         |
| 05.01         | Palácio e capela S. Paulo                | Museus                                    | Direcção Nacional da Cultura                       | Em degradação ligeira, projecto de reabilitação em elaboração                    |
| 07.01         | Antiga alfândiga                         | Habitação precária                        | Privado                                            | Projecto em elaboração sem informação ao GACIM                                   |
| 05.06         | Igreja da Misericórdia                   | Igreja Paroquial                          | Igreja Católica                                    | Em estado razoável                                                               |
| 09.32         | Antigo Consulado Francês                 | Em desuso                                 | Igreja Católica                                    | Em degradação acelerada, reparações em curso mas sem projecto aprovado pelo CMIM |
| 12.10         | Casa Girassol (antiga Administração)     | Várias instituições (GACIM, UNESCO)       | Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique | Sob uso, recém restaurada mas parcialmente degradada                             |
| 14.01 a 14.06 | Capitania                                | Administração Marítima                    | Administração Marítima                             | Sob uso, degradação parcial                                                      |
| 15.01         | Esquadra da Polícia                      | Polícia Distrital                         | Ministério do Interior                             | Em degradação parcial                                                            |
| 16.02         | Câmara Municipal                         | CMCIM                                     | Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique | Degradação ligeira, projecto de reabilitação em elaboração                       |
| 16.03         | Cadeia Municipal                         | Cadeia                                    |                                                    |                                                                                  |
| 17.07         | Antiga imprensa                          | Em desuso                                 | Privado                                            | Em ruína                                                                         |
| 18.05         | Clube Desportivo                         | Em desuso                                 | Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique | Em ruína, projecto de reabilitação previsto                                      |
| 17.11         | Templo Hindu                             | Templo Hindu                              | Comunidade Hindu                                   | Reabilitado, degradação ligeira do jardim                                        |
| 20.10         | Mercado Municipal                        | Vendedores                                | Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique | Sob uso e uso impróprio, degradação ligeira                                      |
| 22.06 a 22.08 | Feitorias do Séc. XVII ao longo da costa | Serviços Administrativos, Partido Frelimo | Governo do Distrito da Ilha de Moçambique          | Em sob uso, degradação acelerada                                                 |

<sup>14</sup> Planta de localização dos edifícios referidos no Quadro 2 em anexo 2.

|                  |                                   |                              |                                                          |                                                                     |
|------------------|-----------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
|                  |                                   | e<br>Habitações<br>precárias |                                                          |                                                                     |
| 27.01<br>a 27.14 | Antigo Hospital                   | Posto de saúde               | Ministério da Saúde                                      | Sob uso<br>Degradação acelerada                                     |
| 30.01            | Igreja de Saúde                   | Em desuso                    | Igreja Católica                                          |                                                                     |
| 26.02            | Antigo Celeiro                    | Comércio e<br>habitação      | Privado (AGT)                                            | Ampliações e alterações<br>impróprias durante os últimos<br>25 anos |
| 26.01            | Mercado do peixe                  | Comércio<br>informal         | Conselho Municipal da<br>Cidade da Ilha de<br>Moçambique | Uso impróprio, degradação<br>ligeira                                |
| 28.03<br>a 28.06 | Mesquita principal e<br>madrassa  | Mesquita e<br>Madrassa       | Comunidade<br>Muçulmana                                  | Em degradação parcial                                               |
| 31.02            | A Cavalaria                       | Habitação<br>precária        | Grupo João Ferreira<br>dos Santos (JFS)                  | Sob uso, uso impróprio e<br>em degradação acelerada                 |
| 32.02            | Antigo matadouro                  | Música                       | Associação                                               | Sob uso e uso impróprio<br>Em degradação acelerada                  |
| Sem<br>número    | Antigo paiol                      | Espectáculos                 |                                                          | Uso impróprio em degradação<br>ligeira                              |
| 33.01            | Fortim e igreja de St.<br>António | Em desuso                    | Igreja Católica<br>Estado                                | Em estado de abandono e ligeira<br>degradação                       |
| 34.01            | Capela de S. Francisco<br>Xavier  | Em desuso                    | Igreja Católica                                          | Em estado de abandono                                               |
| 35.01            | Capela do cemitério<br>católico   | Em desuso                    | Igreja Católica                                          | Em ruína                                                            |
| 35.02            | Crematório Hindu                  | Em desuso                    | Comunidade Hindu                                         | Em ruína                                                            |
| 36.01            | Fortim de S. Lourenço             | Em desuso                    | Estado                                                   | Existe só a estrutura principal<br>em estado de abandono            |
|                  | Antiga Cisterna                   | Em uso                       | Conselho Municipal da<br>Cidade da Ilha de<br>Moçambique | Semi arruinada                                                      |